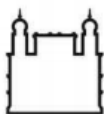


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS 14-21

Informe quinzenal sobre
Saúde Global e Diplomacia da Saúde
27 de julho a 9 de agosto de 2021



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2021



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
08	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Santiago Alcázar</i>	
11	Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
16	Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
30	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	
37	O G-20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury</i>	
40	OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Pedro Burger, Júlia Abbud e Vinicius Rolland</i>	
44	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
47	Fórum Acadêmico “BRICS e a Agenda da Saúde Global” e a XI Declaração dos Ministros da Saúde dos BRICS- <i>Claudia Hoirisch</i>	
50	Resposta da OEA à pandemia de Covid-19 - <i>Luana Bermudez</i>	
52	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger</i>	
59	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>	
64	A (re)ação tardia: reposta da Europa à Covid-19 - <i>Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i>	
68	Em meio à luta contra variante Delta, a humanidade é cobrada por anos de destruição, descaso e negligência contra o planeta: Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Lúcia Marques</i>	
80	EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
81	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>André Lobato</i>	
84	Especial - Urgência de ações concretas frente a crise climática global – <i>Luiz Augusto Galvão e Paulo M. Buss</i>	
87	*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - pg. 87	
88	**Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ - pg. 88	

RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL E DA DIPLOMACIA DA SAÚDE À COVID-19

Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde

27 de julho a 09 de agosto de 2021

Apresentação

Em candente documento dirigido à Assembleia Geral da ONU, que se realizará em setembro próximo, o Secretário Geral Guterres descreve os problemas planetários: “insegurança na saúde, instabilidade financeira global e o reconhecimento nascente de que o mundo é extremamente frágil (...) e sua fragilidade se deve ao aumento da pobreza e da fome, aos conflitos prolongados e as crises de direitos humanos, aos níveis descontrolados de desigualdade dentro das e entre as sociedades, ao desenvolvimento sem normas de novas tecnologias, a erosão do regime de desarmamento nuclear e a tripla crise planetária representada pelas mudanças climáticas, perda da biodiversidade e o aumento da poluição do ar e da água. Hoje é mais evidente do que nunca que nossos destinos estão inextricavelmente ligados e que a incapacidade de resolver problemas comuns está criando riscos que não podemos aceitar”. Ele recebe nosso endosso!

Até 5 de agosto de 2021, haviam sido notificados à OMS 200.174.883 casos confirmados e 4.255.892 mortes pela Covid-19 no mundo, e haviam sido aplicadas 3.984.596.440 doses de vacina. Coexistem no mundo diversos momentos da pandemia, dependentes das diferentes coberturas de imunização, circulação de variantes, maior ou menor riqueza do país e qualidade da gestão das diferentes epidemias. Infelizmente, a grande disparidade no acesso às vacinas, associado com a pobreza e a desigualdade social, econômica, ambiental e sanitária prevalente, que se acentuou com a pandemia, têm sido apontadas como a causa estrutural de tamanhas disparidades em termos de casos e óbitos.

A resposta das diferentes instâncias da governança global tem sido decepcionante na maior parte dos casos, com um nacionalismo rascante da vacina e uma quase total ausência de solidariedade global, regional ou entre os integrantes dos clubes de países, como o G7 ou o G20.

A realização do Fórum Político de Alto Nível (HLPF), gestor da implementação global da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na quinzena passada, no âmbito do **Conselho Econômico-Social das Nações Unidas (ECOSOC)**, é reportada por **Santiago Alcázar** neste informe. O evento mostrou o paradoxo que já se vaticinava nos nossos informes ao longo do ano: a implementação dos ODS foi profundamente prejudicada pela pandemia, mas é a implementação adequada destes mesmos ODS a única oportunidade para que o mundo consiga emergir melhor da pandemia. O diagnóstico contido no informe do Secretário Geral da ONU enviado ao HLPF é alarmante. A declaração do HLPF à Assembleia Geral, entretanto, é recheada de ambiguidades. O próximo seminário avançado em saúde global e diplomacia da saúde do CRIS, a 18 de agosto, debaterá este tema, buscando lançar mais luzes sobre esta questão tão crítica quanto a própria pandemia: para onde se encaminha o mundo pós-pandemia.

Os paradoxos se multiplicam, com declarações retóricas em todos os espaços políticos multilaterais que, lamentavelmente, não saem do campo das boas intenções ou das dissimulações bem elaboradas.

Como reporta **Guto Galvão**, o Diretor Geral da **Organização Mundial da Saúde** demonstrou preocupação com o aumento dos números de casos decorrentes da variante Delta, reforçou as metas da OMS, pediu uma moratória para poder vacinar 10% de todos os países e anunciou as medidas que estão sendo implementadas.

As doenças transmissíveis negligenciadas estão entre as atividades que perderam atenção durante a pandemia da COVID-19 e a OMS realizou um seminário para introduzir uma nova estrutura (*framework*) para o monitoramento e a avaliação (M&E) do roteiro aprovado pela Assembleia Mundial da Saúde de maio de 2021.

Às vésperas do Dia Internacional dos Povos Indígenas (9 de agosto), a Diretora da **Organização Pan-americana da Saúde**, Carissa Etienne observou que a maioria dos povos indígenas carece de redes de segurança financeira e social para garantir que possam continuar a prover suas famílias e comunidades quando doentes e pediu que os países priorizem as comunidades indígenas nas respostas à pandemia de COVID-19.

Regina Ungerer reporta que enquanto o **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)** se prepara para a Assembleia Geral da ONU em setembro, desenvolve-se nesta semana o diálogo inter-regional e balanço para o Avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular nos Estados Árabes, Europa e Comunidade de países independentes. Já o **G-77+China** destacou a importância de um programa de ação que fortaleça os países menos desenvolvidos para que possam, com sucesso, alcançar o desenvolvimento sustentável e lamentaram a regressão do combate à malária na África devido à pandemia do COVID-19. E o **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** condenou veementemente a campanha internacional difamatória contra Cuba e o ataque terrorista à Embaixada de Cuba na França.

De Negri aborda dois documentos importantes apresentados e debatidos na sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**: de um lado, declaração conjunta de relatores especiais sobre o impacto das medidas coercitivas unilaterais sobre a capacidade de resposta dos países à COVID 19, e o outro documento, sobre o enfoque do Direito ao Desenvolvimento no resgate e potenciação da luta pelos ODS da Agenda 2030, com ênfase no 'dever de cooperar' e no princípio fundamental de que as políticas de desenvolvimento de um país ou bloco de países não deve afetar as possibilidades de desenvolvimento de terceiros países. Quanto aos **movimentos sociais globais**, o analista destaca três contribuições importantes: 1) os estudos sobre o Direito Internacional visto pelo prisma do Terceiro Mundo, em desenvolvimento pelo programa TWAIL; 2) a entrevista de Naomi Klein que, com sua poderosa visão sistêmica, aponta a forma como os poderes hegemônicos vem se servindo do choque provocado pela pandemia para afiançar suas posições, no paradoxo entre a maior concentração e acumulação da riqueza, ao mesmo tempo que mais gente fica desprotegida em um mundo cada vez mais desigual; e, finalmente, 3) a contribuição da Internacional de Serviços Públicos – ISP, em torno à Economia do Cuidado.

Nesta quinzena os olhos dos analistas do CRIS que acompanham o **G20** estavam voltados para Trieste, cidade que recebeu as Reuniões Ministeriais do G20 Digital e de Pesquisa nos dias 05 e 06 de agosto, com propostas de alavancagem da pesquisa e cuidados com a transição digital da economia. O **T20** se pronunciou criticamente com um conjunto de propostas para pressionar os ministros a medidas eficazes, reiterando sua responsabilidade. Os analistas trazem também interessante proposição de J. Sachs para a transformação do grupo em G21; saiba porque no informe de **Esteves, Burger e Cury**.

A **OCDE** continua apresentando preocupações no que tange ao alcance das metas de desenvolvimento sustentável, e dessa vez a produção da carne, um dos carros-chefes da exportação brasileira, pode impactar negativamente esse setor ligado ao agronegócio, que vem encontrando bastante escrutínio internacional após os escândalos ambientais envolvendo o Pantanal e a Amazônia em 2020 e 2021. É o que revelam **Burger, Abbud e Roland** no seu informe quinzenal. A organização segue apresentando novos *relatórios* sobre recuperação econômica e retomada dos empregos na era pós Covid, que é esperada após a vacinação em massa da população mundial.

A corrida para tornar a vacina mais acessível para os países mais necessitados continua e, segundo **Ísis Cazumbá**, as **Instituições Financeiras Multilaterais** continuam se mobilizando para que tais países consigam acelerar o processo da vacinação. FMI, Banco Mundial e OMC, criaram grupo de trabalho e já realizaram reuniões de planejamento de suas ações conjuntas.

O *Fórum Acadêmico de BRICS* focou neste ano na *Agenda da Saúde Global*, que foi analisado por **Cláudia Hoirsch** em seu informe quinzenal sobre o grupo. Entre os temas tratados, a identificação de instituições que deveriam compor o centro (virtual) de desenvolvimento de vacinas, medicina tradicional, o fortalecimento dos sistemas de atenção primária e a melhor capacitação de recursos humanos para enfrentar esta e futuras pandemias. Os **Ministros da Saúde de BBRICS** também realizaram importante reunião, na qual compartilharam experiências quanto à gestão da pandemia e a vacinação, recordaram a proposta de criação de um Centro de P&D de Vacinas dos BRICS (CPDV/BRICS) para a qual prepararão uma nota conceitual para orientar o processo, debateram a resistência antimicrobiana, tuberculose, cooperação farmacêutica e medicina tradicional.

Por seu turno, a **Organização dos Estados Americanos**, reportada por **Luana Bermudez**, reuniu seu conselho permanente em sessão extraordinária no dia 21 de julho para fazer seguimento da resolução CP/RES 1165 sobre a distribuição equitativa de vacinas contra a Covid-19, aprovada em fevereiro deste ano. O foco principal foi o Caribe, região que se encontra mais atrasada na vacinação.

Na última quinzena, o ritmo de aumento do número de casos da **América do Norte** está acelerando. No **Caribe**, o número de novos casos também está aumentando. Cuba vive o seu pior momento da pandemia. Na **América do Sul**, o número de casos está diminuindo, exceto em alguns estados brasileiros. É que informam os analistas **Tobar, Minayo e Linger** neste informe quinzenal sobre **América Latina e Caribe**. Destacam, no período, a publicação do South Center que alerta para outras epidemias de doenças infecciosas que países em desenvolvimento enfrentam e que estas aumentarão em função das mudanças climáticas. No período, a Espanha através da **Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB)** começou o processo de doação de 7,5 milhões de doses de vacinas para os países mais vulneráveis da América Latina. As vacinas serão distribuídas pelo mecanismo COVAX. No **Mercosul**, o Brasil inicia a sua presidência pró-tempore, e Bolsonaro procurará deixar claro que pretende avançar imediatamente na flexibilização das negociações com outros blocos e na redução de tarifas. Por fim, o FMI aprovou a maior injeção de recursos de sua história, e países da região, como Argentina, Equador e El Salvador estão na lista das economias regionais que podem obter mais vantagens com esta injeção histórica. No entanto, tudo indica que cerca de 70% dos recursos aprovados ficarão nas mãos do grupo das 20 maiores economias do mundo e apenas 3% chegarão às nações mais pobres.

Na **África**, o escritório da **OMS** para o continente alerta que a terceira onda da COVID-19 continua sua evolução na região, embora tenha havido um declínio no número de casos nas

últimas três semanas. A *União Africana* anuncia o início da distribuição de 400 milhões de doses de vacinas aos Estados membros da União Africana e do Caribe. O Presidente de Angola e da CPLP apelou à união de esforços entre todos os países africanos para melhor explorarem os mecanismos de acesso às vacinas contra a Covid-19 e que injustamente não estão ao seu alcance, é o que nos informam **Augusto Paulo e Rosenberg** no seu informe quinzenal para o CRIS.

Na **Europa**, a União Europeia (UE) apresenta pacote de propostas legislativas para adequar suas políticas de clima, energia, uso do solo, transporte e tributação às reduções de gases de efeito estufa, conforme relata **Ana Helena Freire**. A (re)ação parece tardia frente a intensidade dos desastres naturais vividos pelo continente nos últimos dias. Outros destaques da UE são os recursos dos Planos de Recuperação e Resiliência do Next Generation EU, que começam a ser liberados, a compra antecipada de 100 milhões de doses da vacina norte-americana Novavax e a conquista da marca de 70% da população adulta vacinada com uma dose. O cenário vacinal difere, contudo, quando olhamos para a Região Europeia da OMS.

Na **Ásia**, recordes de calor; rios e lagos secando; tempestades de areia e poeira, incêndios florestais; chuvas torrenciais, acompanhadas de tempestades e tufões cada vez mais fortes; inundações e deslizamentos; derretimento mais rápido dos gelos polares; e as mudanças nas temperaturas dos oceanos indicam que o clima da Terra entrou em uma fase sem precedentes nos últimos 6.500 anos. E está claro que as ações do homem são a principal causa da aceleração. Como informa **Lúcia Marques**, a seca e o calor extremo - pior em décadas, com temperaturas que chegam a 50° em vários lugares -, provocam enormes incêndios na Turquia, Grécia e na Sibéria, onde o calor recorde derrete o *permafrost*, liberando grandes quantidades de gás metano, que contribuem ainda mais para o aquecimento global. Nos países do **Golfo** e da **Ásia Central**, a seca se reflete em desertificação, falta de energia, perda de lavouras e de animais de corte e de leite. Na **Ásia Sudeste**, as chuvas torrenciais são as piores dos últimos 40 anos: enchentes, tempestades, deslizamentos causam catástrofes na China, Índia, Japão, Bangladesh. São as consequências da crescente e nociva ação humana sobre o planeta.

Em meio ao caos climático, com muitas perdas de vidas e de infraestruturas, os países da **Ásia Pacífico e da Ásia Central** lutam contra a maior onda de novos casos de COVID-19, por conta da variante Delta, mais contagiosa, que se espalha com mais velocidade e ameaça áreas com baixa vacinação. No **Oriente Médio**, alguns países com maior número de vacinados estão se saindo melhor na batalha contra a variante. Outros como Iraque, Afeganistão, Síria, Iêmen, Territórios Palestinos e Líbano travam outras lutas além da batalha contra a pandemia: seca e falta de energia, crise econômica, escassez de alimentos e conflitos armados.

Nos **Estado Unidos**, como reporta **Guto Galvão**, a maioria dos estados apresentaram níveis altos de transmissão comunitária alimentados pela disseminação da variante Delta, além de continuar enfrentando o forte movimento antivacinas que tem reduzido a procura do imunizante, disponível em elevadas quantidades no território estadunidense.

Na **China**, a variante Delta reativou os mecanismos de controle, como reporta **André Lobato**, que também tece considerações quanto ao tema recorrente hoje entre todos os países BRICS, que é o centro (virtual) de desenvolvimento de vacinas.

Oferecemos ainda, ao leitor deste volume, um **artigo especial**, de **Luiz Galvão e Paulo Buss**, intitulado '*Urgência de ações concretas frente a crise climática global*', que chama a atenção para as consequências das graves alterações ambientais em curso sobre a saúde humana, publicado originalmente a 11 de agosto último no blog do **CEE Fiocruz**.

Continuamos atentos aos desdobramentos das negociações em torno dos diversos atores globais quanto ao controle da pandemia da Covid-19. Desfrute da leitura deste informe. Temos novo encontro marcado dentro de 2 semanas. Enquanto isso, participe dos *Seminários Avançados do CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, edição 2021, no próximo dia 18 de agosto, sobre *Agenda 2030*, e no dia 1º de setembro venha refletir conosco sobre as mudanças demográficas que a pandemia vem impondo ao mundo, no *seminário sobre mudanças demográficas, envelhecimento e pandemia*.

Boa leitura e até a próxima!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 13 de agosto de 2021

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/FIOCRUZ

Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

Em obediência ao artigo 1 das regras de procedimento da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a 76ª sessão ordinária terá início na terça-feira, dia 14 de setembro, às 15:00. Como se sabe, aquele artigo prevê que a AGNU deverá reunir-se todo ano, em sessão regular, iniciando na terça-feira da terceira semana de setembro, a ser contada a partir da primeira semana que tenha ao menos um dia útil. Este ano, a primeira semana de setembro tem 3 dias úteis.

A sessão é inaugurada pelo Presidente da Assembleia Geral. Tendo em conta que o Ministro de Negócios Estrangeiros das Maldivas, Embaixador Abdulla Shahib foi eleito, em 7 de junho passado, para presidir a 76ª sessão, será ele e não o Embaixador Volkan Bozkir, Presidente da 75ª sessão e Representante Permanente da Turquia junto às Nações Unidas, o encarregado de inaugurar aquela 76ª sessão.

O debate geral propriamente terá início na terça-feira seguinte, dia 21 de setembro. Como se sabe, o debate geral é a sessão dedicada aos discursos de Chefes de Estado ou de Governo ou Altas Autoridades. Por tradição, cabe ao Brasil, seguido dos EUA das início à série de falas oficiais.

Antes porém das exposições nacionais, a AGNU elege, de entre funcionários das missões junto às Nações Unidas, os integrantes do Comitê de Credenciais, que tem por missão examinar as credenciais dos delegados dos Estados submetidas ao Secretário Geral. De igual maneira são eleitos os Vice-Presidentes, bem como os presidentes das distintas comissões. Em seguida são discutidas a organização dos trabalhos, a adoção da agenda, a inclusão de novos itens e examinados os relatórios do Secretário-Geral, a serem submetidos posteriormente à AGNU.

A agenda substantiva da AGNU divide-se em blocos alfabéticos. Assim, o bloco A se intitula *“Promoção do crescimento econômico sustentável e desenvolvimento sustentável em seguimento às resoluções relevantes da Assembleia Geral e de Conferências recentes das Nações Unidas”*. Esse bloco contém 20 itens e 34 subitens. À guisa de exemplo, cabe mencionar o item 9 *“Relatório do Conselho Econômico e Social”* (ECOSOC). O item 18 *“Questões de políticas macroeconômicas”* contém 7 subitens, entre os quais caberia registrar *“Comércio internacional e desenvolvimento”*, que nada mais é que o exame de resoluções relevantes sobre o tema, de que é exemplo a 75/203, ou seja, a resolução 203 da 75ª sessão da AGNU.

Aquela resolução é importante porque resgata resoluções anteriores sobre o tema; reafirma o compromisso com a resolução 70/1, *“Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”*, bem como com a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que deveria tornar-se operacional sob o signo da solidariedade internacional; e reitera, *inter alia*, a promessa de que ninguém será deixado para trás, reafirmando que a dignidade da pessoa humana é fundamental.

É inegável a importância de recordar, manifesta no resgate de resoluções históricas, que sempre são aquelas que deixam alguns com menos cabelos e outros, com espumas de esperança. Mas, infelizmente, a necessidade de recordar geralmente se faz premente quando os compromissos acordados deixam de ser levados a efeito. Não é essa a única resolução que traz de volta à memória aquela histórica resolução *“Transformando o nosso mundo”*, de 2015. Deixam de lado, contudo, o que nela é crucial, pacientemente redigido no parágrafo resolutivo

30, como já registrado no CRIS 13: *Exortamos firmemente os Estados a se absterem de promulgar e aplicar qualquer medida unilateral econômica, financeira ou comercial que violem o direito internacional e a Carta das Nações Unidas e que impeçam o pleno desenvolvimento econômico e social, particularmente em países em desenvolvimento. Se ao menos houvesse boa vontade!*

Os itens 19 e 20, respectivamente *“Seguimento e implementação das conferências internacionais para o desenvolvimento”* e *“Desenvolvimento sustentável”* reiteram que os Estados não poderão alcançar os objetivos e as metas da Agenda 2030 sem uma parceria global, revitalizada e ampliada, e meios ambiciosos de implementação, de modo a cumprir a promessa de não deixar ninguém para trás, sobretudo os mais vulneráveis. O relatório 2021 *“Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”* do Secretário-Geral, Antônio Guterres, deixa constância de que até 17 de junho deste ano, 68 vacinas foram administradas para cada 100 pessoas na Europa e EUA e Canadá, enquanto aquela proporção é menor que 2 na região subsaariana. Não há dúvida de que a pandemia da Covid-19 é um *stress test* do material de que é feito a vontade política.

Entre os subitens de *“Desenvolvimento sustentável”*, caberia mencionar *“Alcançando o desenvolvimento sustentável: implementação da Agenda 2030, incluindo por meio de consumo e produção sustentável”*; *“Proteção do clima global para gerações presentes e futuras”*; *“Convenção sobre Diversidade Biológica”*, entre outros.

O bloco B *“Manutenção da paz e da segurança internacional”* contém 38 itens sobre diversos aspectos do tema.

O bloco C *“Desenvolvimento da África”* contém apenas dois subitens: *“Nova parceria para o desenvolvimento da África”* e *“Causas de conflito e promoção da paz duradoura e desenvolvimento sustentável”*, respectivamente.

Os blocos D *“Promoção de direitos humanos”*; E *“Coordenação efetiva dos esforços de assistência humanitária”*; e F *“Promoção da justiça e da lei internacional”* contém ao todo 22itens e 15 subitens.

O bloco G *“Desarmamento”* contém 17 itens, e 48 subitens. Nenhum outro item específico da agenda da AGNU é tão rico. Nenhum é tão eloquente sobre o estado do mundo, nem sequer o que promete um mundo melhor a partir da consecução da Agenda 2030 e dos ODS.

O bloco H *“Controle de drogas, prevenção e combate ao crime e ao terrorismo internacional em todas as suas formas e manifestações”* contém 4 itens.

O bloco I *“Assuntos de organização, administração e outros”* contém um total de 63 itens e 40 subitens. Este bloco contém o tema *“Fortalecimento do Sistema Nações Unidas”*, sob o qual foram incluídas as primeiras resoluções sobre Covid-19, em abril de 2020; o tema *“Reforma das Nações Unidas: medidas e propostas”*; e *“Saúde global e política exterior”*, a principal referência da AGNU com respeito aos temas de saúde, com destaque especial à COVID-19.

Todos os blocos, com a exceção do de *“Desarmamento”* fazem referência a um ou outro aspecto da Covid-19. O tratamento mais amplo do tema, no entanto, está nos blocos I – *Saúde global e política exterior*, D – *Promoção dos Direitos Humanos*, e A - *“Promoção do crescimento econômico sustentável e desenvolvimento sustentável em seguimento às resoluções relevantes*

da Assembleia Geral e de Conferências recentes das Nações Unidas”. Em todos aqueles blocos, a principal referência para o tratamento do tema é a Agenda 2030.

No CRIS 13 fiz menção à resolução 70/1 intitulada “Transformando o nosso mundo” e destaquei os parágrafos finais reunidos sob o signo da chamada à ação. Deixei registro de que talvez não haja em toda a produção onusiana palavras tão inspiradoras e fortes, que merecem ser recordadas uma vez mais: *Há 75 anos, líderes de uma geração anterior se uniram para criar as Nações Unidas. Das cinzas e divisões e dos valores de paz, diálogo e cooperação internacional urdiram esta Organização. Hoje, tomamos uma decisão de enorme significado histórico. Resolvemos criar um futuro melhor para todos, incluindo os que foram privados de levar uma vida decente, digna e gratificante para cumprir o potencial humano. Podemos ser a primeira geração a acabar com a pobreza, assim como podemos ser os últimos que terão a chance de salvar o planeta. O que anunciamos hoje é um mapa de caminho. “Nós, os povos” marcam as palavras iniciais da Carta das Nações Unidas. Hoje, “Nós, os povos” estamos embarcando no caminho para 2030 – Governos, parlamentos, o sistema Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos autóctones, sociedade civil, setor empresarial e privado, comunidade científica e acadêmica, todos enfim. Esta é uma agenda dos povos, pelos povos e para os povos. O futuro da humanidade está em nossas mãos. Cada um de nós deverá assegurar que a jornada seja exitosa e que os seus ganhos sejam irreversíveis.*

Mais de ano e meio após o anúncio de que estávamos em pandemia, o que se tem? O que há daquela visão generosa e promissora, que ganhou todas as manchetes no ano mágico de 2015?

Milhões de vidas perdidas. Economia e comércio derretendo, como camadas polares ante o aquecimento global. Empregos esfumados, como florestas queimadas. Solidões e vazios, como o avanço da desertificação. Frustração, raiva, intolerância, discriminação, racismo, xenofobia, violência, negacionismo, como na realidade do dia a dia, tão incompreensível como um mistério divino. E, não obstante a vontade, talvez sincera, de transformar o mundo conforme expressada naquele documento histórico – uma falta de solidariedade que revela a grandeza d’alma dos líderes, ou de seus representantes, ou dos que impediram ou impedem avançar na realização da Agenda 2030, como o avanço incontido de Pantagruel no festim das vacinas.

O relatório 2021 do Secretário Geral sobre os ODS sugere que se o espírito da Agenda 2030 tivesse animado as políticas nacionais nos últimos seis anos ter-se-ia, com certeza, sistemas de saúde melhor preparados para enfrentar a pandemia, sistemas de proteção social mais robustos, sociedades mais igualitárias e meio ambiente mais saudável. Os ODS, aponta aquele relatório, estavam já fora da curva quando aconteceu a pandemia. A pretendida transformação do mundo, pelo visto terá que esperar, como o salário do mês que vem.

Segundo o relatório, pela primeira vez em uma década, a pobreza extrema aumentou, afetando aproximadamente 120 milhões de pessoas. Mais de 100 milhões de crianças ficaram abaixo do mínimo em habilidade de leitura, varrendo duas décadas de avanço em educação e caracterizando uma verdadeira catástrofe geracional. Aumento da violência contra as mulheres e, não obstante a diminuição da atividade econômica, aumento do efeito estufa. O quadro é dantesco no geral e no particular, como revelado pelo Relatório Luz 2021.

Não tudo é sombra, no entanto. O Presidente da 75ª sessão do ECOSOC e Presidente do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês), que se realizou de 6 a 16 de julho, Embaixador Munir Akram, Representante Permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, lançou luz sobre os resultados daquele evento. Com efeito, ao encerrar os trabalhos manifestou

a sua impressão de que o HLPF fora intenso, inspirado e orientado para a ação. Dizeres diplomáticos? Não necessariamente. Houve de fato um irrefreável apoio aos compromissos contidos na Agenda 2030, bem como no Acordo de Paris sobre mudança climática. Ouviram-se vozes de preocupação com a crise, ou as crises, que vivemos, mas também mensagens de esperança e de otimismo.

Houve preocupação generalizada, como se depreende das intervenções, com respeito aos impactos da Covid-19 sobre os ODS, de modo particular sobre a pobreza, a fome, a saúde, empregos, mulheres, inequidades, assim como a meta de não deixar ninguém para trás. Houve preocupação também com a deterioração do meio ambiente, que deve ter aumentado consideravelmente hoje, 9 de agosto, com o anúncio do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, segundo o qual as mudanças climáticas, inequivocamente produzidas pela ação do homem, são mais graves que previamente pensado, com possíveis consequências catastróficas para a vida no planeta Terra. Não é animador aprender que o custo financeiro para alcançar os ODS para países de renda média tenha aumentado em 2.5 pontos percentuais dos respectivos PIBs, segundo o FMI. Houve, claro, lapsos e limitações no exercício da cooperação internacional e na demonstração de solidariedade, de que o nacionalismo vacinal é apenas um entre muitos exemplos.

Contra esse quadro negro, surgiram mensagens de esperança. O Embaixador Munir Akram sublinhou que a chamada à solidariedade foi clara e veemente, ainda que não se saiba de todos os presentes ao HLPF. Com respeito ao acesso a vacinas, recordou o Presidente, muitos países, o Secretário Geral das Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial, a OMC e a OMS defenderam o princípio de acesso universal a vacinas. Muitos, se não todos, defenderam que o acesso universal é um imperativo moral, ainda que depois dizem, sem se darem conta, talvez, que é a única forma de superar a pandemia e voltar ao normal. Um imperativo moral, contudo, começa e acaba em si mesmo. Não precisa justificar-se e menos ainda em termos econômicos e comerciais.

Para os que creem que a solução virá pelo lado da ciência e da tecnologia, o Presidente recordou o salto sem precedente nesses dois campos para produzir vacinas para Covid-19 em tão pouco tempo, ainda que o acesso tenha sido limitado pela geografia da fome. É preciso, como bem lembrou o Presidente que a cooperação internacional seja expandida, que se facilite o acesso aberto a tecnologias, conhecimentos e know-how. Muitos se fizeram ouvir sobre a suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual. E é claro, pelas resistências que ainda existem, que a solução não virá pelo lado da ciência e da tecnologia, a menos que se descubra a tempo uma vacina contra o egoísmo e a desumanidade.

Em setembro de 2019, a AGNU realizou sessão sobre cobertura universal em saúde. O evento foi parte do conjunto de ações convergentes com a Agenda 2030. A Declaração que resultou, propunha a realização de uma segunda reunião de alto nível em 2023. A ocasião será uma oportunidade para fazer a defesa dos sistemas de saúde pública em geral, e do SUS em particular. Segundo os arranjos em andamento, um “campeão” dos sistemas universais, deverá ser escolhido entre os seus pares para a sessão inaugural.

Que outro defensor do acesso universal à saúde poderia haver que não fosse o defensor do SUS? Mas, é claro, estamos no mundo real.

Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

O Diretor-Geral da OMS na Sessão de Informações aos Estados-Membro sobre COVID-19 realizada em 5 de agosto de 2021 enfatizou que o número real de casos deve ser maior que os casos notificados provavelmente e passam dos 200 milhões e que essa situação está agravada pela variante Delta que é altamente transmissível e já foi detectada em 132 países. Ele também afirmou que esse processo está sendo alimentado pela inconsistência na implementação de medidas de promoção de saúde e pela vacinação injusta, aonde mais de 4 bilhões de vacinas foram administradas globalmente, mas mais de 80% delas foram administradas em países de alta e alta renda média. Nos países com menos recursos trabalhadores da saúde e pessoas de maior risco estão desprotegidos enquanto alguns países estão vacinando grupos com baixo risco de doenças graves.

Ele disse: “Isso está errado. Os ganhos conquistados estão sendo perdidos, e os sistemas de saúde em muitos países estão sendo sobrecarregados à medida que o aumento do número de infecções está criando uma escassez de tratamentos que salvam vidas. Vinte e nove países têm necessidades de oxigênio elevadas e crescentes, e muitos países têm suprimentos inadequados de equipamentos básicos para proteger os trabalhadores da linha de frente”.

Segundo ele, o Plano estratégico de preparação e resposta da OMS para 2021 tem um déficit de US\$ 900 milhões, quase metade do necessário. Para vencer essa barreira foi lançado o Acelerador de Ferramentas de Acesso ao COVID-19 (Rapid ACT-Accelerator Delta Response – RADAR) com um apelo urgente de US\$ 7,7 bilhões para testes, tratamentos e vacinas, além dos US\$ 3,8 bilhões em financiamento adicional para que a COVAX exerça suas opções de compra de vacinas para 2022.

O Dr. Tedros também disse que a meta da OMS continua sendo a de apoiar todos os países a vacinar pelo menos 10% de sua população até o final de setembro e pelo menos 40% até o final deste ano, e 70% da população mundial até meados do próximo ano e que para implementar essa meta é necessário reverter a situação atual e pediu uma moratória no uso de vacinas até pelo menos o final de setembro, para permitir que pelo menos 10% da população de cada país seja vacinada. Para isso é necessária a cooperação de todos, especialmente do punhado de países e empresas que controlam o fornecimento global de vacinas, os quais deverão a priorizar o COVAX.

A OMS elaborou um relatório Especial para a COP26 da UNFCCC (Reunião de Glasgow sobre Mudança Climática) que se realizará no Reino Unido ainda esse ano. O relatório intitulado como “*O argumento da saúde para a ação climática*” busca ordenar os argumentos sanitário em favor das ações frente à crise climática. Ele inclui evidências e soluções que podem beneficiar a saúde no combate às mudanças climáticas e prescreve um conjunto de pedidos à comunidade global de saúde e aos formuladores de políticas sobre mudanças climáticas que participarão na COP26.

O relatório está baseado no [relatório especial cop24 sobre saúde e mudanças climáticas](https://www.who.int/publications/i/item/cop24-special-report-health-climate-change), (<https://www.who.int/publications/i/item/cop24-special-report-health-climate-change>) desenvolvido à pedido do Presidente da 23ª Conferência das Partes da UNFCCC (COP23), primeiro-ministro Bainimarama de Fiji. O relatório está disponível para Consulta pública até dia 25 de agosto de 2021, 23:59 (CEST). Todos os comentários relacionados à minuta

do Relatório devem ser enviados através do formulário de feedback [online](https://extranet.who.int/dataformv3/index.php/892464?lang=en) (<https://extranet.who.int/dataformv3/index.php/892464?lang=en>)

Após onze dias de reunião concluiu-se a décima quarta sessão do Grupo de Trabalho I (WG I) do *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)* com a aprovação do Resumo para Formuladores de Políticas (SPM) como a contribuição do GT I para o Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do IPCC. O SPM está estruturado ao longo de quatro seções:

1. O estado atual do clima
2. Possíveis futuros climáticos
3. Informações climáticas para avaliação de riscos e adaptação regional
4. Limitando as mudanças climáticas futuras

Os co-presidentes da WG I Valérie Masson-Delmotte e Panmao Zhai destacaram o imenso nível de trabalho em equipe necessário para viabilizar a finalização do relatório e o processo de aprovação. Masson-Delmotte destacou especialmente o aumento da carga de trabalho decorrente do número sem precedentes de Relatórios Especiais elaborados durante o ciclo de Sexta Avaliação, instando os governos a fazer bom uso deles.

A mudança de atitude frente à saúde mental segue sendo uma das consequências transformadoras da Pandemia da COVID-19. Os eventos esportivos trouxeram ao debate essa questão e em resposta autoridades tem aumentado o seu compromisso com essa nova visão sobre saúde mental, como é o caso da FIFA que em seguimento ao termo de colaboração com a OMS assinado em 2019 lançou a campanha **#ReachOut** destinada a conscientização sobre os sintomas das condições de saúde mental, incentivando as pessoas a procurar ajuda para uma melhor saúde mental. A campanha tem o apoio de jogadores de futebol, da OMS e da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Maiores informações podem ser encontradas em: <https://www.fifa.com/about-fifa/organisation/news/fifa-launches-reach-out-campaign-for-better-mental-health>

As doenças transmissíveis negligenciadas (DNTs – NTDs) estão entre as atividades que perderam momento durante a pandemia da COVID-19, além de serem condições que afetam as populações negligenciadas pelo sistema. Em 21 de julho a OMS realizou um seminário para introduzir a nova estrutura (Framework) [para o monitoramento e a avaliação](https://www.who.int/publications/i/item/9789240023680) (M&E) [da implementação do roteiro \(Roadmap\) para doenças tropicais negligenciadas](https://www.who.int/publications/i/item/9789240010352) (NTDs) (<https://www.who.int/publications/i/item/9789240010352>). Os participantes enfatizaram a importância de contar com um financiamento sustentado das atividades de monitoramento e avaliação para garantir a padronização de indicadores que permitam a comparabilidade de dados dentro e entre programas e setores de saúde como os programas de água, saneamento e higiene (WASH); e raiva e a Saúde Única (One Health). A gravação do seminário está disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=X9TnNa68W8k>

Situação epidemiológica mundial

Globalmente em 5 de agosto de 2021, haviam sido notificados à OMS 200.174.883 casos confirmados de COVID-19, incluindo 4.255.892 mortes e haviam sido aplicadas 3.984.596.440 doses de vacina.

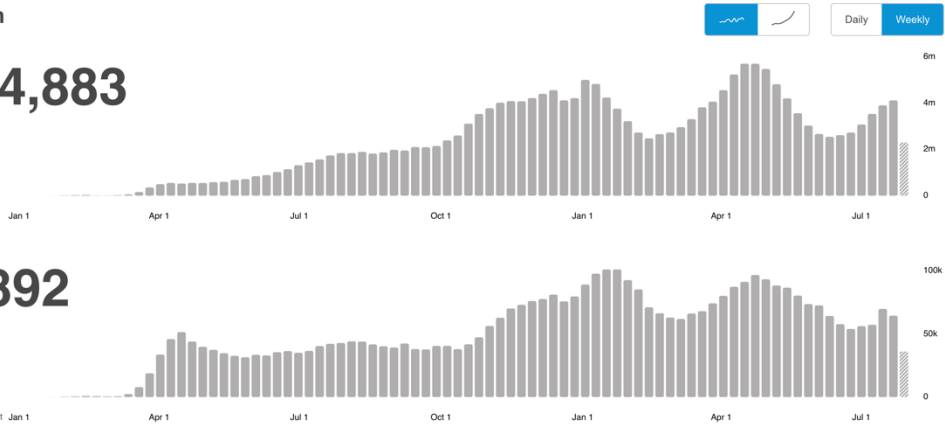
Casos COVID-19 e mortes notificadas semanalmente segundo a OMS 27/7/21

Global Situation

200,174,883
confirmed cases

4,255,892
deaths

Source: World Health Organization
Data may be incomplete for the current day or week.



Situação por Região e País



Search by Country, Territory, or Area



[Overview](#)

[Data Table](#)

[Explore](#)

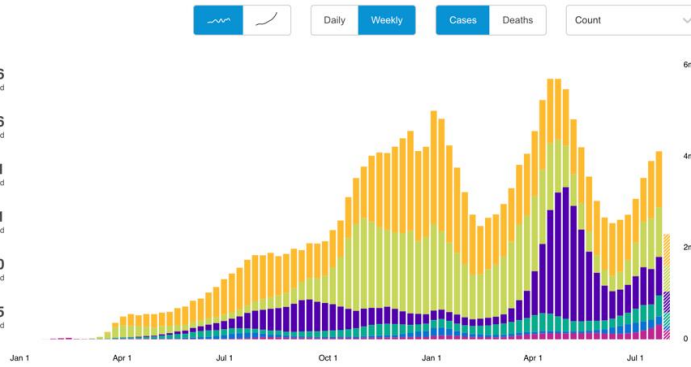
WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard

[Back to top](#)

Situation by WHO Region

Americas	77,904,346 confirmed
Europe	60,771,066 confirmed
South-East Asia	38,834,151 confirmed
Eastern Mediterranean	12,887,451 confirmed
Africa	5,052,750 confirmed
Western Pacific	4,724,355 confirmed

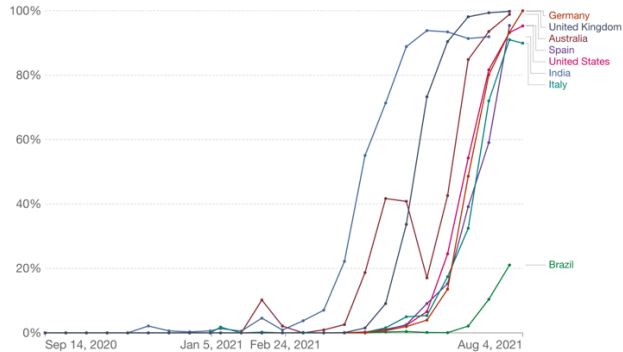
Source: World Health Organization
Data may be incomplete for the current day or week.



Evolução da proporção da variante delta em relação ao total de SARS-CoV-2

Share of SARS-CoV-2 sequences that are the delta variant

Shown is the delta variant's share of total analyzed sequences in the last two weeks. This share may not reflect the complete breakdown of cases since only a fraction of all cases are sequenced.



Source: Coviariants.org and GISAID - Last updated 5 August 2021, 21:00 (London time)

OurWorldInData.org/coronavirus - CC BY

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPS)

Às vésperas do Dia Internacional dos Povos Indígenas, celebrado em 9 de agosto, a Diretora da OPS, Dra. Etienne observou que a pandemia exacerbou as desigualdades nas Américas e que a maioria dos povos indígenas carece de redes de segurança financeira e social para garantir que possam continuar a prover suas famílias e comunidades, mesmo quando estão doentes. Ela pediu que os países priorizem as comunidades indígenas nas respostas à pandemia de COVID-19, afirmando que 617 mil indígenas foram infectados com a COVID-19 nas Américas e quase 15 mil (indígenas) morreram por complicações da COVID-19 desde o início da pandemia. Ela enfatizou que os povos indígenas vivem em áreas remotas e isoladas, onde uma clínica ou médico podem estar a muitos quilômetros ou dias de distância. Mesmo aqueles que vivem em centros urbanos ainda enfrentam barreiras invisíveis - como idioma, estigma e pobreza - que podem manter a atenção à saúde fora do alcance.

Ela fez um apelo a que os países garantam que os profissionais de saúde sejam sensíveis às necessidades e idiomas das comunidades indígenas e “respeitem a tradição da medicina ancestral ainda praticada por muitos de nossos povos indígenas”.

Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Cabe destacar nesta quinzena dois documentos produzidos no âmbito dos Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O primeiro é uma Declaração conjunta de relatores especiais sobre o impacto das medidas coercitivas unilaterais sobre a capacidade de resposta dos países à COVID 19 ([https://www.ohchr.orges/DisplayNews.aspx?NewsID=27373&LangID=E/EN/NewsEvents/PagUnilateral sanctions impinge on right to development - UN experts](https://www.ohchr.orges/DisplayNews.aspx?NewsID=27373&LangID=E/EN/NewsEvents/PagUnilateral%20sanctions%20impinge%20on%20right%20to%20development%20-%20UN%20experts)) e a outra o estudo produzido pelo Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento, com autoria de Mihir Kanade da Índia e que será apresentado durante a 48ª Sessão do CDH – [A/HRC/48/63 - E - A/HRC/48/63 -Desktop \(undocs.org\)](https://undocs.org/A/HRC/48/63) , e que trata sobre o enfoque do Direito ao Desenvolvimento no resgate e potenciação da luta pelos SDGs da Agenda 2030 com ênfase no Dever de Cooperar e no princípio fundamental que as políticas de desenvolvimento de um país ou bloco de países não deve afetar as possibilidades de desenvolvimento de terceiros países.

O que fica destacado na leitura de ambos documentos é o conflito persistente entre a visão dos países desenvolvidos que detêm poderes assimétricos sobre terceiros países e não aceitam os princípios do dever à cooperação e da não ingerência ou impacto negativo sobre o desenvolvimento de outros países seja por persistir em relações assimétricas de poder econômico e político ou através da imposição nua e crua de medidas coercitivas por fora do próprio sistema das Nações Unidas, como historicamente se observa no bloqueio contra Cuba ou nas deliberações sobre Israel e o Estado Palestino e nos últimos anos reforçados por sanções unilaterais contra Venezuela, Ira, Rússia, China e vários outros países. Estas posições políticas tem bloqueado possibilidades solidarias no enfrentamento da Pandemia, mas também e certamente afetam as possibilidades do pleno exercício do Direito ao Desenvolvimento e suas consequências no alcance dos SDGs.

Outros dois estudos de interesse para entender as dinâmicas de poder e suas expressões estatais e não-estatais no âmbito dos direitos humanos podem ser observados no fato de que o apoio econômico aos relatores especiais e especialistas independentes no âmbito das Nações Unidas, publicado em 2014, <https://www.universal-rights.org/urg-policy-reports/special-procedures-determinants-of-influence/> e em 2021 <https://eclj.org/the-financing-of-un-experts-report>), considerados como olhos e voz da sociedade civil no espaço dos direitos humanos, de fato tem um tratamento muito assimétrico dependendo do direito em questão, podemos observar que os direitos civis e políticos obtém mais apoio com a intenção de fustigar países em desenvolvimento a partir de uma matriz liberal de direitos em detrimento dos direitos sociais e daquelas relatorias especiais que questionam a ordem econômica e o poder hegemônicos mundiais, as quais fatalmente recebem menos apoio dos países mais ricos e sobretudo dos grandes filantropistas, cujas organizações exercem muitas vezes um poder desproporcional e fora de qualquer controle na seleção e desenvolvimento de agendas políticas no campo dos direitos humanos. A leitura dos trabalhos mencionados é muito ilustrativa sobre os interesses em choque neste domínio do financiamento das agendas de direitos humanos no âmbito dos relatores e especialistas independentes no marco das Nações Unidas.

No espaço multifacetado da Sociedade Civil Internacional destaco neste informe três contribuições importantes: 1. Os estudos sobre o Direito Internacional visto pelo prisma do Terceiro mundo, que vem sendo desenvolvido pelo programa TWAIL e que trazem à luz os

elementos da assimetria e perspectiva colonial da Lei Internacional e que, no entanto, desde uma condição epistêmica subalterna vem construindo outra perspectiva de integralidade de direitos civis políticos sociais e ambientais e vem construindo um projeto de justiça epistêmica. O que permite recordar o desafio bioético da Injustiça Epistêmica que contamina os debates sobre o direito à saúde assim como o arcabouço hegemônico do direito internacional que adoecem dos seus componentes essenciais; a injustiça hermenêutica e a injustiça testemunhal. Conhecer o rico acervo de estudos, teses e casos de aplicação da Lei Internacional com perspectiva do Terceiro mundo como ocorre nas Cortes de Direitos Humanos e Direitos Dos Povos na África em Arusha e Abuja e também na Corte Interamericana de Direitos Humanos deveriam nos inspirar. De igual valor pode ser o princípio bioético da Governança Antecipatória.

2. A entrevista com Naomi Klein, a qual com sua visão sistêmica destaca a forma como os poderes hegemônicos vem se servindo do choque provocado pela Pandemia para afiançar suas posições, no paradoxo entre a maior concentração e acumulação da riqueza ao mesmo tempo que mais gente fica desprotegida em um mundo cada vez mais desigual. Também relevante sua avaliação sobre o que se pode e o que não se pode esperar da Administração Biden.

3. A contribuição da Internacional de Serviços Públicos – ISP, em torno à Economia do Cuidado -, colocando em destaque o pensamento feminista aplicado à organização de uma sociedade capaz de reconhecer na reprodução social sua centralidade e assim destacar e valorizar o trabalho remunerado e não remunerado por elas exercido, como elemento central na construção de um radicalmente novo bem-estar global. Este manifesto da ISP permitiu resgatar o importante documento da CEPAL, publicado em agosto de 2020 e que coloca em perspectiva o mesmo tema - Cuidados na América Latina e no Caribe em Tempos de COVID-19. Em Direção a Sistemas Integrals para Fortalecer a Resposta e a Recuperação. CEPAL. Agosto 2020 [190821_pt.pdf \(cepal.org\)](https://repositorio.cepal.org/publicaciones/1/S1900821pt)

Extratos traduzidos dos documentos referidos na nota introdutória:

1. *Declaração dos Relatores Especiais do Conselho de Direitos Humanos da ONU em torno ao impacto das Sanções Coercitivas Unilaterais e seus efeitos sobre o Direito ao Desenvolvimento.* <https://www.ohchr.orges/DisplayNews.aspx?NewsID=27373&LangID=E/EN/NewsEvents/PagUnilateralSanctionsImpingeOnRightToDevelopment-UNExperts>

GENEBRA (11 de agosto de 2021) – Muitas pessoas em todo o mundo estão sendo negadas ao direito ao desenvolvimento – tanto a melhoria econômica de seus países quanto seu próprio desenvolvimento pessoal – devido a medidas coercitivas unilaterais, disseram hoje especialistas independentes nomeados pelo Conselho de Direitos Humanos. Os especialistas pediram aos países que impõem sanções unilaterais para se retirarem ou pelo menos minimizá-las para garantir que o Estado de Direito e os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, não sejam afetados.

"O princípio da precaução deve ser aplicado pelos Estados quando forem tomadas sanções unilaterais para evitar qualquer impacto humanitário negativo em todo o escopo dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento", disseram os especialistas. "A punição de civis inocentes deve acabar." A Assembleia Geral declarou o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, e é reconhecida como tal pela Carta Africana sobre Direitos Humanos e Povos, pela Carta Árabe sobre Direitos Humanos e uma série de declarações multilaterais de direitos humanos." Aplicação extraterritorial de sanções, sanções secundárias, sanções civis e criminais nacionais destinadas a implementar sanções unilaterais que resultam em excesso de conformidade, exacerbam e ampliam seu impacto a cada indivíduo ou empresa em sociedades direcionadas, cidadãos e empresas de países

terceiros, organizações humanitárias, doadores e beneficiários da ajuda humanitária, disseram os especialistas.

"As sanções impedem os países de se recuperarem do desenvolvimento, também retêm as pessoas e, em um mundo globalizado, isso prejudica a todos", disseram os especialistas. "As sanções dificultam a permanência de populações inteiras e dificultam o transporte de bens necessários para o desenvolvimento econômico, resultam no desperdício de recursos naturais, prejudicam a sustentabilidade ambiental e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", disseram os especialistas. "Atividades essenciais ao desenvolvimento de cada país sofrem quando são impostas sanções unilaterais." Os especialistas disseram que as pessoas em países-alvo como Venezuela, Cuba, Síria e Irã afundam na pobreza porque não podem obter serviços essenciais como eletricidade, habitação, água, gás e combustível, muito menos medicamentos e alimentos. Quando as sanções dos EUA bloqueiam a teleconferência e os serviços de dados nesses países e em outros lugares, as pessoas são cortadas de webinars e reuniões online para informações, intercâmbios, educação e treinamento, e os médicos não podem consultar bases de dados médicos, disseram os especialistas.

*Os especialistas: Alena Douhan, Relatora Especial da ONU sobre o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos; Sr. Obiora Okafor; Especialista Independente em direitos humanos e solidariedade internacional; Sr. Livingstone Sewanyana; Especialista Independente na promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa; Tlaleng Mofokeng Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental. Os Relatores Especiais e os Grupos de Trabalho fazem parte do que é conhecido como Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos. Special Procedures, o maior órgão de especialistas independentes do sistema de Direitos Humanos da ONU, é o nome geral dos mecanismos independentes de apuração e monitoramento de fatos do Conselho que abordam situações específicas do país ou questões temáticas em todas as partes do mundo. Especialistas em Procedimentos Especiais trabalham de forma voluntária; eles não são funcionários da ONU e não recebem um salário por seu trabalho. Eles são independentes de qualquer governo ou organização e servem em sua capacidade individual.

2. Operacionalizando o direito ao desenvolvimento no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estudo temático do Mecanismo de Especialistas no Direito ao Desenvolvimento. [A/HRC/48/63 - E - A/HRC/48/63 -Desktop \(undocs.org\)](#) Junho 2021.

Resumo. Operacionalizando o direito ao desenvolvimento no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estudo temático do Mecanismo de Especialistas no Direito ao Desenvolvimento. O presente estudo temático orienta os Estados e outras partes interessadas sobre a operacionalização do direito ao desenvolvimento no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável incorporados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com foco em seus meios de implementação e no dever dos Estados para a cooperação internacional. Destaca também a importância e a urgência de trazer a Agenda 2030 de volta aos trilhos durante e no rescaldo da pandemia da doença coronavírus (COVID-19).

Recalibrando a abordagem baseada em direitos humanos para o desenvolvimento. 39. O direito ao desenvolvimento exige que os meios de implementação sejam realizados de forma totalmente compatível e firmemente baseada em todos os direitos humanos. Quando o desenvolvimento em si é visto como um direito humano, não pode resultar, nem resultar em violações de outros direitos humanos. Não pode haver troca entre direitos na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 40. As práticas atuais de planejamento e cooperação

em desenvolvimento de programação para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável promovidos pelo sistema das Nações Unidas e amplamente adotados por agências de desenvolvimento, organizações e profissionais contam com o quadro conceitual conhecido como abordagem baseada em direitos humanos para o desenvolvimento. Essa abordagem, por vezes também referida como desenvolvimento baseado em direitos, tem como foco vincular e alinhar os objetivos das políticas e práticas de desenvolvimento às normas e normas específicas de direitos humanos, consagrados nos instrumentos internacionais de direitos humanos, bem como nos princípios de prestação de contas, empoderamento, participação, não discriminação, igualdade e equidade comuns a todos os direitos humanos. Trata-se de um quadro conceitual "para o processo de desenvolvimento humano que se baseia normativamente nos padrões internacionais de direitos humanos e operacionalmente direcionado à promoção e proteção dos direitos humanos".²¹ Em teoria, as normas, normas e princípios internacionais dos direitos humanos devem estar fortemente enraizados no direito ao desenvolvimento. Infelizmente, na prática, tais quadros de planejamento e programação dos meios de implementação muitas vezes conceituam o desenvolvimento como um conjunto de objetivos a serem realizados através da adoção de uma política baseada em direitos humanos, e não como um direito humano autônomo. Essa redução normativa impede seriamente a operacionalização do direito ao desenvolvimento e dos esforços para a realização dos meios de implementação, uma vez que resulta em atenção inadequada ao dever dos Estados de cooperar e à eliminação de obstáculos na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável resultantes de um ambiente internacional limitante. 41. Para ilustrar, a Agenda 2030 incorpora o financiamento ao desenvolvimento sustentável por meio da cooperação para o desenvolvimento como um dos meios transversais de implementação em muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo auxílio e assistência. A abordagem baseada em direitos humanos praticada por muitos países doadores, ou suas agências de desenvolvimento, exige que os beneficiários da ajuda ao desenvolvimento ou assistência garantam o respeito pelos direitos humanos enquanto implementam projetos de desenvolvimento, inclusive por meio de instituições transparentes e responsáveis. Embora isso seja indispensável e intrínseco ao direito ao desenvolvimento, em tais quadros não é geralmente considerado o dever dos doadores de realizar o desenvolvimento e não o impedir. Com efeito, esses quadros podem não incluir a atenção adequada dada às obrigações dos parceiros de cooperação ao desenvolvimento para não prejudicar o direito ao desenvolvimento dos beneficiários quando as práticas de ajuda e assistência minam as prioridades de desenvolvimento e o espaço político ou de governança dos beneficiários. Isso ocorre quando os doadores, em vez de beneficiários, determinam os setores para a alocação de ajuda, desalinham o financiamento com prioridades dos países beneficiários ou minam a propriedade dos países beneficiários sobre os programas de desenvolvimento. Auxílio ou assistência como empréstimos destinados a aumentar a dívida, com condicionalidades predatórias anexadas ou exigindo contratos para empresas doadoras podem violar o direito ao desenvolvimento dos beneficiários. Nenhuma das respostas aos questionários recebidos forneceu exemplos de quadros baseados em direitos humanos que se concentram nas obrigações dos Estados externa e coletivamente da mesma forma que se concentram na realização das obrigações dos Estados internamente. 42. Os quadros baseados em direitos humanos para a cooperação em desenvolvimento que não prestam igual atenção aos três níveis de obrigações sobre os Estados e ao dever de cooperação internacional são falhos e baseados em uma presunção errônea de que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem ser realizados pelos países sem o apoio de um ambiente internacional propício. É precisamente isso que os meios de implementação visam alcançar por meio de uma parceria global revitalizada. Como tal, quando um quadro baseado em direitos humanos é aplicado para a implementação

das Metas, é vital que vincule normativamente os meios de implementação das metas com o dever dos Estados de cooperar, além de vincular normativamente práticas para a concretização das metas numéricas com as obrigações internas de direitos humanos dos Estados. Avaliações de impacto dos direitos humanos. 43. As avaliações de impacto dos direitos humanos são mecanismos importantes para garantir um ambiente propício e internacional à realização dos direitos humanos. Sua indispensabilidade tem sido explorada em vários aspectos, inclusive no contexto do direito ao desenvolvimento. Uma avaliação do impacto dos direitos humanos pode ser entendida como um processo estruturado para identificar, compreender, avaliar e abordar os efeitos adversos potenciais ou reais das leis, políticas ou práticas, e serve para garantir que sejam consistentes com as normas internacionais de direitos humanos. Tais avaliações também ajudam a democratizar as políticas de mobilização e gastos de recursos, uma vez que implicam ampla participação, transparência e prestação de contas. São de importância central para o direito ao desenvolvimento no contexto dos meios de implementação. Uma vez que operacionalizar o direito ao desenvolvimento requer não apenas a participação e contribuição para o desenvolvimento sustentável por todas as pessoas e povos, mas também seu gozo, a única maneira de garantir que o contrário não esteja sendo, ou não será, alcançado é através de avaliações de impacto. Além disso, uma vez que o desenvolvimento como direito deve ser consistente com todos os outros direitos humanos, a avaliação dos impactos reais e potenciais sobre todos os direitos humanos torna-se indispensável. (*Ver em particular as metas 1.a, 8.a, 10.b, 11.c e 17.2.²³ Esses "princípios de eficácia da ajuda" foram reafirmados, entre outros, na Declaração de Paris sobre a Eficácia dos Auxílios (2005) e no Acordo de Parceria Busan para Cooperação Efetiva (2011) e pela Parceria Global para Cooperação para o Desenvolvimento Efetivo (2011).²⁴ Ver A/HRC/19/59/Add.5, A/HRC/40/57 e Olivier de Schutter e outros, "Comentários aos Princípios de Maastricht sobre Obrigações Extraterritoriais dos Estados na área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais", Direitos Humanos Trimestral, vol. 34, nº 4 (novembro de 2012). 25 Ver Mihir Kanade, O Sistema Multilateral de Comércio e Direitos Humanos. Uma Teoria do Espaço de Governança sobre Ligações. 26 Ver A/HRC/40/57. 27 IBID, par.6. A/HRC/48/63 12.)

Além disso, uma vez que o desenvolvimento como direito deve ser consistente com todos os outros direitos humanos, a avaliação dos impactos reais e potenciais sobre todos os direitos humanos torna-se indispensável. 44. Operacionalizar o direito ao desenvolvimento exige que os Estados, individual e conjuntamente, realizem avaliações prévias e contínuas dos riscos e impactos reais e potenciais de suas leis, políticas e práticas a nível nacional e internacional, bem como da conduta das pessoas jurídicas que estejam em posição de regular, incluindo as empresas, para garantir o cumprimento do direito ao desenvolvimento na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 45. As avaliações de impacto dos direitos humanos são especialmente importantes para estabelecer condições internacionais favoráveis à concretização do direito ao desenvolvimento. Devem, portanto, incluir avaliações de impacto da ação nacional por parte dos Estados sobre o direito ao desenvolvimento daqueles que não estão estritamente dentro de sua jurisdição. Preocupantemente, há uma falta geral de avaliações de impacto dos direitos humanos conduzidas pelos Estados na implementação de seus compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Quando são conduzidas, as avaliações são restritas apenas aos impactos sobre pessoas e povos dentro de suas jurisdições e não além. 46. As avaliações de impacto dos direitos humanos são especialmente importantes quando os Estados tomam ações coletivas em organismos internacionais que têm o potencial de impedir a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou promovê-los. Como as organizações internacionais têm personalidade jurídica independente sob o direito

internacional, as ações tomadas no âmbito dessas organizações podem ser atribuídas aos seus Estados-membros apenas em circunstâncias limitadas. Isso requer avaliações independentes de impacto, especialmente quando leis, políticas ou práticas são adotadas em organizações internacionais nas áreas de finanças e comércio, o que pode impedir a realização dos Objetivos. O Mecanismo de Especialistas observa novamente com preocupação a ausência geral de avaliações de impacto dos direitos humanos em muitas organizações internacionais que são fundamentais na implementação de inúmeros meios de implementação. Por exemplo, nenhuma das instituições financeiras internacionais ou bancos de desenvolvimento exige avaliações prévias de impacto dos direitos humanos para determinar a adequação das condicionalidades em seus empréstimos. Da mesma forma, não existem sistemas em vigor na Organização Mundial do Comércio (OMC) para a realização de avaliações de impacto prévia, contínua ou pós-fato dos direitos humanos de acordos ou políticas comerciais multilaterais. Os Estados têm a obrigação de garantir que tais sistemas sejam instituídos em organizações internacionais das as suas obrigações....

3. *Como são Financiados e influenciados os Especialistas dos Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos da ONU.* Centro Europeu de Direito e Justiça. Junho 2021. <https://eclj.org/the-financing-of-un-experts-report> . Complementarmente recomendamos a leitura de <https://www.universal-rights.org/urg-policy-reports/special-procedures-determinants-of-influence/>

Instituições internacionais, como as Nações Unidas, são cada vez mais financiadas por atores privados globais, à margem dos Estados. Por exemplo, eles pagaram quase um bilhão e meio de dólares ao UNICEF em 2020, mais de um bilhão de dólares à OMS em 2017, US\$ 540 milhões ao Alto Comissariado para os Refugiados em 2020, US\$ 77,5 milhões ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em 2019 e US\$ 69 milhões à UNESCO em 2020. O mesmo se aplica à Organização dos Estados Americanos e ao Conselho da Europa, que incluem os Tribunais Interamericanos e Europeus de Direitos Humanos, respectivamente. Até o Tribunal Penal Internacional recebe financiamento privado. A maioria deles vem de um pequeno número de fundações e ONGs, em especial as fundações Gates, Ford, Open Society, McArthur e Oak, mas também de algumas poucas empresas, como a Microsoft.

Esse financiamento não pode ser reduzido a um mero patrocínio. Como apontou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): "As fundações se veem como parceiros de desenvolvimento plenamente desenvolvidos em vez de doadores, e esperam um envolvimento próximo em atividades como discussões políticas, advocacia e análise de problemas. Eles se tornaram uma fonte de valioso conhecimento de desenvolvimento. Eles fazem campanhas altamente visíveis na mídia e influenciam a política internacional de desenvolvimento." Esse financiamento é resultado de outra complementaridade entre IOs e ONGs ou fundações: as OVNI's têm poder político, mas querem mais meios financeiros, enquanto ONGs e fundações têm meios financeiros, mas querem mais poder político. Esse financiamento é visto como aceitável e benéfico, pois permite que eles trabalhem em direção a uma visão de mundo comum. No entanto, esse financiamento é problemático porque desfoca ainda mais a diferença entre atores globais públicos e privados e tem o efeito de confundir seus poderes políticos e financeiros. Assim, as OI podem se tornar dependentes de fundações privadas e ONGs. Essa confusão é um aspecto essencial da governança global. Esse fenômeno, pelo qual um ator privado exerce influência significativa sobre, ou dentro, uma instituição pública, tem sido chamado de "captura" 2 e "privatização" nas ciências sociais.

Foi primeiro estudado no campo das instituições financeiras e comerciais, depois no campo dos direitos humanos.³ Este é o fenômeno que vamos estudar neste relatório, focando nossa análise sobre o funcionamento dos Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que são "considerados por muitos como sendo, nas palavras do então secretário-geral da ONU Kofi Annan, a 'joia da coroa' do sistema internacional de direitos humanos." ⁴ Veremos como os atores privados investem essa função pública, como conseguem "capturar" essa função em diferentes níveis: a escolha de especialistas, seu financiamento, a determinação de suas prioridades, sua comunicação e até mesmo a subsequente exploração de sua expertise dentro de outros organismos internacionais. Este estudo é um acompanhamento do relatório do ECLJ sobre "ONGs e juizes da ECHR", publicado em fevereiro de 2020, que descreveu o estrangulamento de algumas fundações e ONGs no Tribunal Europeu de Direitos Humanos (Estrasburgo), e os numerosos conflitos de interesse resultantes dessa situação. Este novo relatório complementa o anterior, não apenas em revelar a extensão da influência adquirida por alguns atores privados dentro de outra instituição internacional, mas também em expor o uso de outros métodos de influência - notadamente financeiros - do que os utilizados na CEDH.

4. James Thuo Gathii (2021) "*A Promessa do Direito Internacional: Uma Visão do Terceiro Mundo*". American University International Law Review: Vol. 36: Iss. 3, Article 1. <https://digitalcommons.wcl.american.edu/auilr/vol36/iss3/1>

Esta palestra argumenta que uma maneira importante de traçar a promessa do direito internacional neste momento de dificuldade é sair do cinturão de nossa disciplina para lugares muitas vezes desconhecidos em nossos livros didáticos e nos locais onde praticamos e ensinamos direito internacional. Para isso, esta palestra o levará a lugares como Arusha, na Tanzânia, que até pouco tempo atrás era a sede de três tribunais internacionais. Ao levá-lo a lugares como Arusha, Tanzânia, o objetivo desta palestra é estabelecer dois pontos principais. Primeiro, desafio a limitada geografia de lugares e ideias que dominam o cinturão da nossa disciplina. Esta limitada geografia e conjunto de ideias é caracterizado pela lei de Genebra, a lei de Estrasburgo, a lei de Nova York, e a lei de Washington, D.C. Estes são os tipos de lugares que nossa disciplina celebra como produtores do tipo de direito internacional que, por sua vez, se torna a referência para a eficácia do direito internacional produzido em outros lugares. Estes também são os locais onde a maior parte da prática jurídica internacional é produzida e que influencia e reforça nossos entendimentos não só da prática internacional, mas também do direito internacional de forma mais geral. Meu segundo ponto importante, que deriva do meu primeiro ponto, é que o Terceiro Mundo é um local epistêmico de produção e não apenas um local de recepção para o conhecimento jurídico internacional. Reconhecer o Terceiro Mundo como um local de produção de conhecimento e da prática do direito internacional interrompe as premissas de que o conhecimento jurídico internacional é produzido exclusivamente no Ocidente para consumo e governança do Terceiro Mundo. Além disso, que, como argumenta a bolsa de estudos do Terceiro Mundo para o Direito Internacional (TWAIL), o Terceiro Mundo, como entendido aqui, fala de um local epistêmico subalterno. Isso significa que esta abordagem do Terceiro Mundo contesta a ideia de que o direito internacional é aplicável em todos os lugares e que, portanto, devemos considerá-lo como uma visão de nenhum lugar. Estados do Terceiro Mundo e estudiosos da TWAIL têm contestado esse status universal do direito internacional não situado em várias gerações agora. A TWAIL desafia a visão do direito internacional que não se envolve em sua cumplicidade em histórias de colonização, pilhagem e escravidão — cujos legados continuam até hoje.

A TWAIL também desafia visões da história do direito internacional que consideram a centralidade de seu envolvimento na escravidão, saqueamento e colonização como benigna ou simplesmente ignorar como imprecisa por ignorar ou reduzir o papel central do direito internacional em processos históricos cujos legados nas desigualdades e desigualdades contemporâneas continuam até hoje. Em última análise, defendo o fim da insularidade do direito internacional caracterizada por um conjunto limitado de locais e ideias. Entendo por que devemos abraçar a prática e a bolsa de estudos do direito internacional sobre e do Terceiro Mundo como parte integrante da nossa disciplina e prática, em vez de desestabilizar, irrelevante e diferente. Levando essa bolsa e a prática mais a sério, podemos tanto desmarginalizar essa entrada do Terceiro Mundo no direito internacional e aprender com as maneiras que fornecem visões distintas do direito internacional.

5. Naomi Klein em entrevista a Esteban Magnani, no [Le Monde Diplomatique](#) | Tradução: Gabriela Leite em 11.08.21. <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/naomiklein-ve-o-mundo-em-transe-no-pos-pandemia/>

Naomi Klein é uma das poucas vozes capazes de articular as múltiplas dimensões da crise do capitalismo em seu modo neoliberal. Seu primeiro livro, [Sem Logo](#), explicava já em 2000 as maneiras como as corporações concentravam a economia enquanto se infiltravam em valores e emoções da sociedade. Em 2007, em [A Doutrina de Choque](#), analisou os inúmeros exemplos de como as crises provocadas por causas naturais, mas também sociais, políticas e econômicas, algumas delas deliberadas, são exploradas pelos setores que concentram o poder para impor, uma após outra, medidas que os beneficiam ainda mais. Nos últimos anos, os artigos e livros se multiplicaram, especialmente [This Changes Everything](#) [“Isso muda tudo”, se traduzido ao pé da letra — sem edição no Brasil] de 2018, onde dá conta de como o capital, cego, nos leva em direção ao abismo final: o esgotamento dos recursos naturais.

Se há uma característica marcante nessa intelectual canadense, é que ela não foge da lama da realidade: observa, participa do mundo e acompanha os movimentos sociais com atenção especial. Essa atitude de diálogo permanente é o que, por exemplo, a trouxe à Argentina em 2002 para conhecer em primeira mão os movimentos sociais que surgiram após o tsunami neoliberal. No ano seguinte regressou e, junto de o seu sócio Avi Lewis, realizou o documentário sobre as empresas recuperadas [La Toma](#), em que também trabalhou este cronista. Quase vinte anos depois, Naomi generosamente abriu uma janela em seu computador para falar com o *Diplô* e analisar a situação atual.

Se você reescrevesse A Doutrina de Choque, faria um capítulo sobre a COVID? Qual seria sua peculiaridade? Faria. Talvez eu deva escrever uma introdução a uma nova edição ou algo assim, porque não há dúvida de que vimos uma exploração covarde do desastre, uma grande especulação em meio a este período horrível de mortes em massa. O mais extraordinário nesse momento é que temos um empobrecimento profundo, um grande número de mortos e ao mesmo tempo um *boom* econômico. Essa não é uma crise econômica no sentido tradicional. Foi um período em que os bilionários aumentaram muito sua riqueza. Os interesses das elites foram separados de quaisquer interesses compartilhados com a classe trabalhadora. E então, é claro, vimos todos os tipos de tentativas muito explícitas de explorar o desastre — como empresas extrativistas usando a pandemia para dizer: “Oh, desculpe, não podemos fazer cumprir as regulamentações agora”. Também assistimos a tentativas muito orquestradas por parte das corporações de tecnologia de se aproveitar de necessidades físicas reais de distanciamento para dar uma nova embalagem a tecnologias. Creio que estamos testemunhando uma espécie de privatização parcial e sorrateira da educação pública, que, em grande parte, está migrando para

plataformas privadas como Google Classroom ou Zoom. E não há dúvida de que era necessário fazer isso. Mas a verdadeira questão é: por que tivemos de adotar plataformas privadas? Na verdade, havia iniciativas do setor público para desenvolver algumas dessas tecnologias com recursos públicos, em um modelo sem fins lucrativos. E tudo isso foi simplesmente colocado de lado. O que o Vale do Silício faz é primeiro inundar a área com serviços gratuitos ou de baixo custo e, em seguida, dominar o mercado. Portanto, ninguém pode competir porque todos estão na plataforma. Esses são apenas alguns dos exemplos de capitalismo de desastre sob o manto de uma pandemia.

É justamente no mundo da Educação argentino que começa a se debater uma nova lógica de recolhimento de dados de crianças por meio do sistema de ensino. Para minha surpresa, em meio a tantas emergências na educação, um artigo que escrevi para o livro da Universidade Pedagógica [“Pensando a educação em tempos de pandemia”](#) gerou interesse e convites para dar palestras para aprofundar o assunto. É difícil evitar as corporações de tecnologia, mas pelo menos há interesse em fazê-lo. Na América Latina, a dimensão colonial é adicionada à dimensão privatizante. Isso está começando a ser discutido nos Estados Unidos e Canadá? Francamente, acho que não houve resistência suficiente dos sindicatos de educação ou da educação pública. Acho que por motivos compreensíveis, porque muitos deles tiveram que lutar com governos que tentaram empurrá-los para a sala de aula, colocando sua saúde em risco. Portanto, se entendermos que haverá mais ensino virtual e percebemos que a internet é um serviço essencial, temos que lutar por um bem comum digital em todas as frentes. A educação deve fazer parte disso. A saúde deve fazer parte disso. Vemos exemplos em Barcelona com Ana Colau, com uma abordagem baseada nos Comuns digitais municipais, no WiFi etc., mas também acredito que devemos buscar outros modelos educacionais mais seguros. Eu gostaria de ver um impulso para conquistar salas de aula menores e mais educação ao ar livre. Porque amontoamos alunos em salas de aula de um tamanho que não é bom para nenhum menino ou menina. Quer dizer: sabemos que o mais seguro no contexto da Covid são as salas de aula de onze, doze alunos, além de muitas atividades ao ar livre. Na verdade, isso é o melhor do ponto de vista educacional e de saúde pública.

E o que acho enlouquecedor é essa transferência massiva de riqueza do setor público para empresas privadas de tecnologia, quando poderíamos ter usado esse dinheiro para contratar professores assistentes entre estudantes universitários que se formaram em uma economia decadente. Esse é o tipo de coisa que aconteceu durante a Grande Depressão nos Estados Unidos. Um dos programas do *New Deal* chamava-se Administração Nacional da Juventude e trouxe milhões de jovens de dezoito, vinte ou vinte e dois anos para trabalhar em atividades como construção de parquinhos para crianças, limpeza de trilhas, ajuda com ensino e enfermagem. Isso é realmente investir na economia. Se resolve vários problemas ao mesmo tempo: o problema do investimento insuficiente na esfera pública, a necessidade de empregos para essa geração. E essas também são soluções climáticas. Precisamos de acesso à natureza, proteção da vida selvagem e investimento em setores de baixo carbono, como educação e enfermagem, que são verdadeiras alternativas às indústrias extrativas.

As propostas recentes do presidente Joe Biden parecem muito mais keynesianas do que estamos acostumados. Na Argentina, alguns começaram a fazer piada chamando-o de Juan Domingo Biden em referência a Perón. É para tanto? Acho que Biden é um democrata extremamente convencional. Creio que se você procurar no dicionário por “democrata convencional”, deve aparecer uma foto de Biden. Ele não é uma pessoa “ideológica”, é um centrista no sentido de que encontra o centro e vai para lá. Assim, ele conseguiu permanecer

em cargos públicos desde os vinte anos e agora está com setenta. O que estamos vendo é que o centro mudou. Bernie [Sanders], [Alexandria] Ocasio Cortez, o movimento [Sunrise](#) deslocaram o centro, criaram espaço para um político centrista dividir a diferença e dizer “Bem, vamos criar um projeto de lei de estímulo de dois bilhões de dólares”. Não é realmente grande o suficiente, porque na verdade precisamos de um estímulo de dez bilhões de dólares. Esse é Joe Biden, encontrando o centro entre Bernie e [Barack] Obama. É um avanço. O problema é que quando você precisa avançar no aspecto climático, isso não basta. Temos muito, muito pouco tempo porque muito já se perdeu. Eu diria que Biden não é peronista. Acho que tivemos um pequeno vislumbre disso quando ele enviou cheques à população com um bilhete anexo, dizendo que o dinheiro veio do presidente Biden.

Mas acho que o que precisamos é de um movimento muito, muito rápido para melhorar materialmente a vida das pessoas, para que digam “Ok, o *Green New Deal* [Virada Socioambiental] não é [assustador](#). Ele traz mais empregos para minha comunidade. Há melhor infraestrutura, menos trânsito”, coisas que tornam a vida das pessoas muito melhor. O governo precisa ir atrás disso imediatamente, ou perderá sua pequena maioria. E, infelizmente, já estamos vendo alguns retrocessos nessa onda original de anúncios. Também é culpa do Congresso e dos democratas corporativos. Mas acho que veremos surgir uma nova onda de ativismo nos próximos meses, à medida que as pessoas nos Estados Unidos forem vacinadas. Creio que vamos começar a ver grandes ações que vão exigir que se aumente o nível de urgência mais uma vez, pois acho que há um medo real de que, quando os Estados Unidos saírem da crise, esqueçamos que a COVID não foi a única crise que enfrentaremos.

Quão verde é o pacote de estímulo proposto por Biden? Bem, na verdade não foi aprovado. Então, o quanto ele é mesmo verde? É muito cedo para dizer, mas em grande parte, é. Definitivamente mais do que com Obama. Biden falou sobre investir 40% dos gastos com infraestrutura em comunidades pobres, comunidades de justiça ambiental, comunidades que são predominantemente negras, indígenas, pardas, que enfrentam subinvestimento sistêmico e contaminação. E assim, de muitas maneiras, a vitória mais promissora do movimento pela justiça climática é o compromisso de que 40% dos gastos irão para as comunidades de justiça ambiental da linha de frente. Isso seria uma virada de jogo se isso acontecesse, mas ainda não está fechado.

Você pode relacionar o que está acontecendo no Chile ou na Colômbia com a crise neoliberal global? Bem, acho que todo levante de massas é sempre específico de sua própria história, mas ainda podemos extrair algumas tendências globais. E acredito que as revoltas sustentadas no Chile têm um enorme significado histórico, em parte porque o Chile foi o primeiro laboratório do projeto neoliberal. Muitas vezes penso na previsão de Rodolfo Walsh de que levaria três gerações para que o trauma da ditadura diminuísse o suficiente para que as pessoas voltassem à luta. Acho que sempre subestimamos a duração do trauma. Estamos vendo uma geração que tem a memória histórica da ditadura, mas tem um imaginário menos colonizado. O que está acontecendo no Chile deve ser entendido nesse contexto. Acredito que essa enorme e indignada revolta na Colômbia também faz parte do lento colapso do consenso neoliberal. A questão é: o que o substitui? E não se deve presumir que sempre será substituído por algo melhor, como já vimos. Acho que Trump representou isso. Ele não era um neoliberal tradicional. Pode parecer porque em alguns casos fez cortes, mas em outros não. E eu acho que [Rodrigo] Duterte, [Jair] Bolsonaro, [Narendra] Modi são parte disso. Eles têm uma abordagem clientelista, um discurso contra os globalistas.

Há quem acredite que a política progressista de Obama permaneceu nos aspectos mais simbólicos como a defesa dos direitos das minorias, mas não modificou a ideologia econômica neoliberal e que favoreceu a direita da classe trabalhadora branca daquele país, o ódio dos direitos das minorias. Bem, eu acho que Obama representou uma adoção de políticas de diversidade simbólica sem a redistribuição da riqueza material que também beneficiaria a classe trabalhadora branca, assim como a classe trabalhadora em geral, que nos EUA não é majoritariamente branca. Foi isso que vimos durante a pandemia: a esmagadora maioria dos trabalhadores negros e pardos são os mais vulneráveis à COVID. Com Obama, se produziu aquela reação branca a essas vitórias simbólicas que aconteceram, sem oferecer distribuição de riqueza. E isso criou uma situação muito volátil. O trumpismo não está morto. O próprio Trump poderia retornar na próxima eleição, ou uma versão pior de Trump, uma figura nacionalista branca mais eficaz. E é por isso que este momento é absolutamente aterrorizante nos Estados Unidos: com Biden e o Senado e a Câmara controlados por democratas, mas não agindo com a urgência que o momento requer. Obama teve o que Biden tem agora em seus primeiros dois anos: o Senado, a Câmara, a Casa Branca. E justamente por ser tão tímido naquele período, perdeu o Senado e, logo, “adeus à ação climática sustentada”. Mais nada de significativo poderia passar pelo Senado.

Suas esperanças estão nos movimentos climáticos da juventude. Eles não estão muito restritos aos jovens do primeiro mundo? Creio que o movimento jovem pelo clima, sobretudo o “[Fridays for future](#)”, que começou com Greta Thunberg, agora é realmente uma rede global. E é verdade que no “primeiro mundo”, ou “desenvolvido”, como preferir, foi muito mais forte. Mas acho que o movimento fez um trabalho notável ao se tornar mais internacionalista do que o movimento climático adulto. E vejo que um exemplo poderoso desse aspecto é o que aconteceu na Índia com o movimento dos agricultores, que não se descrevia a si mesmo como um movimento climático. É um movimento de pequenos e médios agricultores que lutam contra as políticas neoliberais que buscavam concentrar a terra nas mãos de algumas grandes empresas agroindustriais — o que é sim um problema climático. Mas quando centenas de milhares de fazendeiros indianos tomaram as ruas e construíram o que alguns chamam de o maior movimento de massas da Índia desde a independência, o movimento climático internacional e os grandes grupos ambientais não ligaram muito. Foram os jovens do “Fridays for Future” na Índia que disse: “Vejam, este é um problema climático. Os agricultores estão na linha de frente da seca. Os agricultores são os mais vulneráveis às mudanças climáticas”. Logo Greta e outras pessoas da rede começaram a apoiá-lo. E o governo Modi ficou com tanto medo que prendeu vários jovens ativistas do clima por, segundo eles, conspirar para fazer com que Greta apoiasse os agricultores.

*Mas acho que isso diz respeito ao poder da solidariedade internacional. E estou impressionada, francamente, com a forma como o movimento jovem pelo clima abordou a questão das vacinas, como eles realmente entenderam o *apartheid* da saúde que estamos vivendo, em que os países ricos acumulam todas as vacinas e protegem patentes de medicamentos. Que foram desenvolvidos quase em sua totalidade com dinheiro público. Por que existem patentes para esses medicamentos? Eles só deveriam ter sido pagos pelo serviço. E é isso que estamos vendo, você sabe, jovens estadunidenses estão sendo vacinados antes de bilhões de pessoas no sul global que são muito, muito mais vulneráveis. Esta é uma prévia das mudanças climáticas. Esta é uma prévia do tipo de injustiça que é gerada em face das crises. Então, já temos o clima do *apartheid* climático; a Covid nos dá um vislumbre de sua aparência. E é o movimento jovem, eu acho, que está disposto a fazer essas conexões muito mais do que o chamado “movimento adulto do clima”.*

Em uma [entrevista](#) em 2020, você disse que houve uma desaceleração social saudável. Você ainda vê o mesmo? Bem, eu sinto que corre a nosso alcance o *business as usual*, como um trem desgovernado, e acho que se olharmos para alguns dos países que voltaram ao “normal”, veremos um aumento nas emissões. É muito preocupante. Não vou mentir nem ser otimista: acho que se quisermos aprender as lições mais profundas da pandemia sobre o que é verdadeiramente essencial, o que realmente nos traz felicidade, como queremos viver, o que é importante... temos que refletir e lutar por isso. Nada vai acontecer sem ação real. Vejo que sentimos falta uns dos outros, certo, e há coisas que desejamos deixar para trás: não quero ficar isolada dos meus amigos e entes queridos. Não quero voltar a ver um amigo apenas para um café rápido. Quero que realmente possamos passar um tempo juntos e aproveitá-lo da maneira mais significativa, inclusive para o trabalho político que será necessário para vencer essa transição.

6. *Manifesto pela Reconstrução da Organização Social do Cuidado*. ISP - Internacional de Serviços Públicos. Agosto 2021 <https://peopleoverprof.it/resources/campaigns/manifesto-rebuilding-the-social-organization-of-care?id=11655&lang=en&search=%7B%7D#sign-the-manifesto>

Manifesto pela Reconstrução da Organização Social do Cuidado. Junte-se a nós em um movimento global para exigir a reconstrução da organização social do cuidado. É hora de reconhecer o valor social e econômico dos trabalhos de cuidado (remunerado e não remunerado) e o direito humano ao cuidado. No centro dessas crises está o trabalho de cuidado que as mulheres têm historicamente realizado. O cuidado é a reprodução diária da vida, a base sobre a qual a própria vida - humana e planetária - existe e as economias funcionam. A atual organização social do cuidado: como as necessidades de cuidado são atendidas; a inter-relação do trabalho de cuidado não remunerado, trabalho de cuidado mal remunerado, serviços públicos, privados e arranjos de cuidado baseados na comunidade são fundamentalmente desequilibrados, desiguais e insustentáveis. Esta situação faz com que o fardo, a carga e a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado recaiam sobre as mulheres. Em casa e dentro das comunidades, através de cadeias globais de cuidados em que as mulheres que vivem na pobreza, as mulheres negras e pardas no Sul Global preenchem a lacuna de cuidados enquanto são mal remuneradas, em condições precárias de trabalho em todos os serviços, tanto públicos quanto privados. Esta injustiça é duplicada e triplicada para as mulheres que experimentam formas múltiplas e interseccionais de discriminação devido à classe, raça, orientação/identificação sexual, deficiência, idade ou status migratório, entre outras dimensões. Esta crise de cuidado, baseada na divisão internacional do trabalho em função do gênero e da raça, deve ser detida! Os Estados muitas vezes usam de desculpa a falta de recursos financeiros pela sua incapacidade de realizar os direitos das mulheres. O sistema tributário internacional está quebrado – assim como o sistema econômico neoliberal em geral – e continua facilitando a extração de riqueza da população - particularmente do Sul Global - enquanto a concentra nas mãos de uma pequena elite - em sua maioria homens do Norte Global. Enquanto isso, a desregulamentação, a privatização, a austeridade fiscal e o peso esmagador da dívida neocolonial fortalecem ainda mais estes extremos desequilíbrios de poder entre mulheres e homens, Sul Global e Norte Global, trabalhadores e corporações. Isto drena recursos financeiros a nível global e local, que serviria para financiar serviços públicos de cuidado de qualidade, permitindo um trabalho de cuidado decente, bem remunerado e com proteção social universal. Neste contexto, políticas fiscais nacionais regressivas, muitas vezes incentivadas ou impostas por instituições financeiras internacionais, minam a responsabilidade dos Estados de prestar serviços públicos que garantam direitos. Exigimos o fim do paradigma e do sistema econômico dominante que não só mina os direitos das mulheres, mas também exacerba a desigualdade de gênero. Exigimos o fim

da falta de vontade, de alocação de recursos e de capacidade dos Estados para organizar os trabalhos de cuidado como um bem público. Rejeitamos e desafiamos a captura corporativa de muitos dos Estados que estão falhando em sua obrigação de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos. Exigimos que os Estados reconheçam os trabalhos de cuidado como um bem público e uma responsabilidade social coletiva, em vez de uma responsabilidade doméstica "privada" que recai principalmente sobre as mulheres. Este caminho leva à destruição da humanidade e do planeta, pois derruba as mulheres. ¡Temos que acabar com isso agora! Exigimos a criação de um movimento global para reconstruir a organização social do cuidado, unindo forças para isso: **Reconhecer** o valor social e econômico do trabalho de cuidado (remunerado e não remunerado) e o direito humano ao cuidado. **Recompensar** e remunerar trabalho de cuidado com salário igual para trabalho de igual valor, aposentadorias, condições de trabalho decentes e proteção social abrangente. **Reduzir** o fardo do trabalho não remunerado das mulheres. **Redistribuir** o trabalho de cuidado dentro das famílias, entre todos os trabalhadores, eliminando a divisão sexual do trabalho entre as famílias e o Estado. **Recuperar o caráter público dos serviços de cuidado** e restaurar o dever e a responsabilidade primária do Estado de prestar serviços públicos de cuidado e desenvolver sistemas de cuidado que transformem as relações de gênero e a vida das mulheres, inclusive aumento a capacidade de investimento do Estado através de uma tributação justa e progressiva, garantindo a igualdade de direitos fiscais em nível internacional para os Estados.

7. Cuidados na América Latina e no Caribe em Tempos de COVID-19 - em direção a sistemas integrais para fortalecer a resposta e a recuperação. CEPAL. Agosto 2020. [190821 pt.pdf \(cepal.org\)](https://repositorio.cepal.org/pt/publicaciones/190821)

Resumo. Os cuidados são as atividades que regeneram, diariamente e através de gerações, o bem-estar físico e emocional das pessoas. É um trabalho essencial para a sustentabilidade da vida, para a reprodução da força de trabalho e das sociedades, gerando uma contribuição fundamental para a produção econômica, para o desenvolvimento e o bem-estar. A distribuição atual das responsabilidades dos cuidados é sumamente desequilibrada, recaindo principalmente sobre as residências e sendo realizada, em sua maioria, sem remuneração e pelas mulheres. Apesar da sua importância, este trabalho continua sendo invisibilizado, subestimado e sem a devida atenção no desenho de políticas econômicas e sociais na América Latina e no Caribe. Como reflexo do estereótipo da feminização do cuidado, no âmbito do trabalho dos cuidados remunerados, há uma representação muito maior de mulheres nesses empregos que, em geral, tem como característica uma baixa remuneração e condições precárias de trabalho. A pandemia do COVID-19 reafirmou a centralidade dos cuidados, deixando em evidência a insustentabilidade de sua atual organização. Na América Latina e no Caribe, mesmo antes da pandemia, as mulheres dedicavam o triplo de tempo que os homens ao trabalho de cuidados não remunerado. Esta situação se agravou pela crescente demanda de cuidados e pela redução da oferta de serviços ocasionada pelas medidas de confinamento e distanciamento social adotadas para frear a crise sanitária. Mais ainda, a denominada “nova normalidade” significará mudanças importantes na forma de escolarização e trabalho, já que a infraestrutura social não corresponde às novas necessidades de distanciamento, gerando novos desafios, para além da crise, de reorganização do trabalho produtivo e reprodutivo a médio prazo, e novas pressões sobre os sistemas nacionais de educação pública, saúde e proteção social. A construção de sistemas integrais de cuidados é um fator fundamental para a obtenção do empoderamento das mulheres e da igualdade de gênero, e um elemento chave para a recuperação socioeconômica, por se transformar num gerador direto e indireto de emprego e um facilitador de que outros setores da economia funcionem adequadamente. Por isso, ONU MULHERES e

CEPAL convocam os governos da região a colocar os cuidados no centro de suas respostas à COVID-19, criando conjuntos de incentivos e recuperação, promovendo sistemas integrais que garantam o acesso ao cuidado das pessoas que o necessitem e garantindo os direitos às pessoas que os oferecem. Os sistemas 2 Tempo de trabalho total é a soma do tempo de trabalho remunerado e o tempo de trabalho não remunerado. O trabalho remunerado se refere ao trabalho que se realiza para a produção de bens ou prestação de serviços para o mercado, e se calcula como a soma do tempo dedicado ao emprego, à busca de emprego e ao deslocamento ao trabalho. O trabalho não remunerado se refere ao trabalho que se realiza sem pagamento algum e é realizado em maioria na esfera particular. É medido pelo tempo que uma pessoa dedica ao trabalho para autoconsumo de bens, trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados, para o próprio lar ou para apoio a outros lares. <https://oig.cepal.org/es/indicadores/tiempo-total-trabajo> integrais de cuidados podem se transformar num verdadeiro motor da recuperação socioeconômica que não deixe ninguém atrás. Este documento fundamenta a relevância que os cuidados têm para as sociedades, caracteriza a situação atual dos cuidados na América Latina e Caribe e descreve os impactos gerados pela crise do COVID-19, assim como as medidas de contingência que vários países da região estão adotando para enfrentar a crise, e conclui com uma série de recomendações de políticas para abordar a crise dos cuidados como parte da saída da crise do COVID-19.

G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC, a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaque desta quinzena

O relatório produzido após o “Diálogo inter-regional e balanço para o Avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular nos Estados Árabes, Europa e CEI¹ de 2021” realizado virtualmente entre os dias 6 e 8 de abril de 2021.

O relatório trata da Resposta e Recuperação do COVID-19: Liderança de Políticas Públicas e Arranjos Institucionais. Resumo:

Desde o início da pandemia do COVID-19, tem-se visto a necessidade de enfrentar a crise através de uma resposta internacional integrada e coordenada em nível nacional, regional e global, para superar os desafios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O relatório da ONU de 2021, sobre a situação econômica mundial e suas perspectivas ressaltou que a recuperação sustentada da pandemia dependerá não apenas do tamanho das medidas de estímulo e da rápida implementação de vacinas, mas também da qualidade dessas medidas para construir resiliência contra para enfrentar futuros eventos.

Durante a pandemia, os países dos Estados Árabes e as regiões da Europa e da Comunidade dos Estados Independentes se concentraram em soluções inovadoras. As evidências mostraram que a transferência de conhecimento e o “know-how”, especialmente por meio da cooperação Sul-Sul, Leste-Leste e triangular, podem, com um custo mínimo, ajudar os países a resolver alguns de seus problemas urgentes. O documento final do BAPA + 40 também destacou a necessidade de compartilhar conhecimentos, experiências, melhores práticas e abordagens de desenvolvimento local. No entanto, os desafios de hoje não estão mais confinados a um país ou região, eles transcendem fronteiras e afetam povos e comunidades de

¹ CEI - Countries of the Commonwealth of Independent States - Países da Comunidade dos Estados Independente

forma desproporcional. É aqui que a ação coletiva, a solidariedade, a cooperação internacional e o multilateralismo são tão cruciais.

Para ter acesso ao [relatório completo](#).

Grupo do G-77

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)², Nairóbi (UNEP)³, Paris (UNESCO)⁴, Roma (FAO/IFAD)⁵, Viena (UNIDO)⁶ e o Grupo dos 24 (G-24) em Washington, DC (FMI e Banco Mundial).

O Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro para Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento (G-24) coordena a posição dos países em desenvolvimento sobre assuntos monetários e de desenvolvimento nas deliberações e decisões das Instituições de Bretton Woods (BWI). Em particular, o G-24 concentra-se nas questões das agendas do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e do Comitê de Desenvolvimento (CD), bem como em outros fóruns internacionais relevantes. O Brasil faz parte do G-24.

A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Entre os dias 16 e 28 de julho, o G-77 e a China se manifestaram em três Assembleias da ONU

Participação do G-77 e da China no dia 22 de julho de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a primeira consulta informal e virtual para explorar possíveis alternativas para fortalecer o primeiro rascunho para Conferência de doadores (*pledging conference* – empenho financeiro) das Nações Unidas para atividades de desenvolvimento.

² UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

³ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁴ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁵ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁶ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

De acordo com os diálogos informais prévios, o G-77 e a China acreditam na necessidade de um planejamento estratégico de longo prazo que possa gerar recursos estáveis, sustentáveis, adequados e esperados para atividades de desenvolvimento, a fim de cumprir as aspirações da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 e apoiar os esforços dos países para se reconstruírem após a pandemia do COVID-19 durante esta década de ação.

Aceitaram o primeiro rascunho como uma boa base inicial para continuar com suas considerações e diálogo sobre esta questão extremamente importante e esperam poder obter um consenso. Neste momento, o trabalho de coordenação para este processo ainda está em andamento dentro do grupo do G-77, e eles continuarão engajados e prontos para contribuir de forma construtiva na próxima consulta informal.

Participação do G-77 e da China no dia 26 de julho de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a segunda sessão da comissão preparatória para a 5ª Conferência das Nações Unidas para os países menos desenvolvidos

Os países menos desenvolvidos (LDCs) são uma parte crucial da Agenda 2030 e do caminho para o desenvolvimento sustentável, pois representam a mudança e o progresso que precisam ocorrer para que essa agenda seja bem-sucedida. Nesse sentido, este programa de ação é um componente crucial para garantir que os LDCs obtenham, com sucesso, um desenvolvimento sustentável.

As seis áreas prioritárias para do Programa de Ação são:

1. Investir nas pessoas nos LDCs, erradicando a pobreza e criando capacidade para não deixar ninguém para trás
2. Aproveitar o poder da ciência, tecnologia e inovação para lutar contra vulnerabilidades multidimensionais e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
3. A transformação estrutural como um incentivo à prosperidade
4. Melhorar o comércio internacional dos países menos desenvolvidos e a integração regional
5. Enfrentar as mudanças climáticas, recuperar da pandemia do COVID-19 e criar resiliência para o futuro
6. Mobilizar a solidariedade internacional, revigorar as parcerias globais com ferramentas inovadoras para avaliar o risco para o desenvolvimento sustentável – Um caminho em direção à graduação sustentável.

Estas áreas prioritárias representam a extensão e a amplitude dos elementos necessários, na forma de produtos, para impulsionar o desenvolvimento sustentável dos LDCs e contribuir grandemente para o objetivo abrangente da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás.

Participação do G-77 e da China no dia 28 de julho de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante o debate conjunto no plenário da assembleia Geral sobre “2001-2010: a década de fazer

retroceder a malária (*Roll back malária*) nos países em desenvolvimento, especialmente na África” e “Nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD): progresso na implementação e apoio internacional”

Em meio à pandemia do COVID-19, os países africanos vem se esforçando enormemente para conter e superar as consequências desta crise global de saúde, que criou desafios sem precedentes para o continente. E apesar do progresso registrado nos últimos anos, a crise do COVID-19 afetou diretamente a capacidade da África de alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Desde a insegurança alimentar, pobreza extrema, desemprego e as vulnerabilidades frente às mudanças climáticas, o continente africano está enfrentando desafios novos e emergentes que, em última análise, impedem avanços para o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Com referência aos itens da agenda, a pandemia do COVID-19 surgiu como um desafio adicional para combater a malária e para a prestação de serviços essenciais de saúde em todo o mundo. Desde os primeiros dias da pandemia, o Grupo vem destacando suas preocupações com os bloqueios e outras restrições em relação ao COVID-19 poderiam levar a grandes interrupções nos serviços essenciais para a prevenção, detecção e tratamento da malária.

A OMS tem liderado os esforços para mitigar o impacto do COVID-19 em países afetados pela malária e apesar do sucesso na redução das taxas de incidência da malária, ainda há muito trabalho a ser feito, visto que muitos países africanos continuam enfrentando dificuldades na redução dos casos de malária, consequentemente ficando aquém das metas nacionais e internacionais acordadas.

A Agenda 2030 destaca o compromisso da comunidade internacional para eliminar a malária, que constitui um grande desafio para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o G-77 e a China reiteram a necessidade do sistema das Nações Unidas apoiar a melhoria dos sistemas de saúde e garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde, visto que a saúde e o bem-estar da população estão no cerne do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O G-77 e a China reconhecem que há uma necessidade urgente de fazer um uso mais eficaz das ferramentas atualmente disponíveis para a prevenção, diagnóstico e tratamento da malária, particularmente em ambientes com alta incidência. Deve-se encontrar e preencher as lacunas na cobertura de intervenções comprovadas. Há também uma necessidade crítica de fortalecer a vigilância da malária e a qualidade dos dados em todas as regiões endêmicas. Informações de saúde confiáveis são essenciais para o desenvolvimento de planos estratégicos sólidos, garantindo que os recursos sejam direcionados de forma eficiente e que possam verdadeiramente medir o impacto das intervenções.

Apesar da falta de recursos adequados, os países africanos reforçaram seus compromissos e ações para seu desenvolvimento socioeconômico e continuam a fortalecer ações e esforços para alcançar uma recuperação sustentável e resiliente da pandemia do COVID-19. Neste sentido, é muito importante destacar o papel crucial das iniciativas dos países africanos na transformação da agenda para o desenvolvimento através da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

O G-77 e a China acreditam que a África necessita de mais suporte em seu caminho para o desenvolvimento; incluindo parcerias entre a ONU e a União Africana (UA) como uma ferramenta de desenvolvimento chave para acelerar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063 ressaltando suas complementaridades e sinergias.

Reenfatiza-se também o papel crítico da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e do investimento direto estrangeiro (*foreign direct investment* - FDI), que continuam a ser as principais fontes de financiamento para o desenvolvimento na África. O G-77 e a China gostariam de reiterar que o cumprimento de todos os compromissos do ODA continua sendo crucial. Isso inclui o compromisso de muitos países desenvolvidos de atingir a meta de 0,7 por cento de seu produto nacional bruto (PNB) para ODA para os países em desenvolvimento e 0,15 a 0,20 por cento de seu PNB para ODA aos países menos desenvolvidos. Insistimos que aqueles países que ainda não cumpriram seus compromissos que o façam rapidamente para a intensificar os esforços em direção às metas do ODA.

Reconhecem ainda os enormes esforços na mobilização de fundos para o acelerador de acesso às ferramentas para combater o COVID-19 (*ACT accelerator*⁷) e para o COVAX⁸ realizados por todos os contribuintes, mas é motivo de grande preocupação, as lacunas de financiamento ainda existentes.

O G-77 e a China apelam para que todos os parceiros apoiem a produção de vacinas na África e apoiem o acesso equitativo, justo e acessível às vacinas contra o COVID-19. Nesta crise atual, o que precisamos é de um compromisso maior, mais ações e solidariedade que vise a recuperação inclusiva e resiliente para todos.

Entende-se que é importante adotar cada vez mais uma abordagem holística, ancorada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, será necessária uma abordagem multissetorial para o controle da malária que se baseie em sinergias com outras prioridades, a fim de otimizar as intervenções contra a malária, enfrentar as desigualdades e abordar os determinantes mais amplos da doença.

Finalmente, chamam a atenção para os passos significativos que os países africanos deram em prol da paz e da segurança a nível nacional e regional. Apesar dos progressos, a comunidade internacional e os parceiros devem continuar a apoiar atividades e iniciativas que fortaleçam os esforços africanos na abordagem da paz e segurança do continente. O G-77 e a China enfatizam a necessidade do sistema das Nações Unidas de apoiar os esforços dos países africanos para alcançar uma paz sustentável e duradoura no continente.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento

⁷ O Acelerador de Acesso às Ferramentas COVID-19 (*ACT accelerator*) é uma colaboração global inovadora para acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo aos testes, tratamentos e vacinas contra o COVID-19.

⁸ Acesso Global às vacinas contra o COVID-19, abreviado como COVAX, é uma iniciativa mundial que visa o acesso equitativo às vacinas para combater o COVID-19 dirigida pelo Gavi (aliança para vacinas), a coalizão para inovações para preparo de epidemias e a Organização Mundial da Saúde.

dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques do MNA

Entre os dias 13 e 14 de julho de 2021, foi realizada virtualmente, a Conferência Ministerial, de meio mandato, do Movimento dos não alinhados (MNA), cujo tema foi “o Movimento dos não alinhados no centro dos esforços multilaterais como resposta aos desafios globais”.

Na ocasião, o Azerbaijão apresentou um relatório das atividades realizadas durante os vinte e um meses de sua presidência. Para ter acesso ao [relatório das atividades completo do MNA no período](#).

No final, a Conferência adotou uma Declaração Política refletindo a posição do MNA sobre várias questões da agenda internacional. Na ocasião, os Ministros aceitaram a oferta da República de Uganda para sediar a próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do NAM, mas somente em 2023 pois foi acordado que a República do Azerbaijão continuará na presidência do MNA no ano de 2022. Houve também a admissão da Federação Russa como um estado observador do MNA.

Para ler a [Declaração Política na íntegra](#).

Destaque do MNA no dia 23 de julho de 2021

Comunicado do NAM sobre a campanha internacional contra Cuba

O MNA reiterando seu compromisso com os princípios da Carta das Nações Unidas, condenou veementemente a campanha internacional organizada recentemente com o propósito de desestabilizar a República de Cuba, minar o seu Governo, a ordem constitucional, o Estado de direito e a paz no país.

O MNA recorda que no Documento Final da 18ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do MNA, realizada em Baku, República do Azerbaijão em 2019, os Chefes de Estado e de Governo reiteraram seu apelo ao Governo dos Estados Unidos da América para pôr fim ao embargo econômico, comercial e financeiro contra Cuba, que constitui o maior obstáculo ao seu pleno desenvolvimento, e também instou o Presidente dos Estados Unidos a usar seus amplos poderes executivos para modificar substancialmente o embargo que, além de ser unilateral e contrário à Carta das Nações Unidas e ao Direito Internacional, e ao princípio da boa vizinhança, está causando enormes prejuízos materiais e econômicos ao povo cubano.

Ainda no Documento Final da 18ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, os Chefes de Estado e de Governo ressaltaram a necessidade de acabar com a transmissão agressiva de rádio e TV contra Cuba, bem como a utilização, das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), incluindo as redes sociais, para incitar a subversão contra a ordem constitucional cubana. Reiteraram que essas medidas constituem uma violação da soberania de Cuba e uma violação massiva dos direitos humanos de seu povo.

O MNA reitera sua preocupação com o uso da mídia como ferramenta de propaganda hostil contra os países em desenvolvimento com o objetivo de minar seus governos e destacou a necessidade de promover meios de comunicação e fontes de comunicação alternativas, livres, pluralistas e responsáveis que reflitam as realidades e interesses dos povos do mundo em desenvolvimento.

[Para ler o comunicado na íntegra.](#)

Destaque do MNA no dia 29 de julho de 2021

Comunicado do MNA contra o ataque terrorista contra a Embaixada de Cuba na França

O MNA condenou veementemente o atentado terrorista com coquetéis molotov perpetrado contra a Embaixada da República de Cuba na França no dia 26 de julho de 2021 e ressalta, com preocupação, que este é o resultado de uma campanha recente de ódio e de violência desencadeada nas redes sociais contra Cuba, instigada por grupos e organizações sediadas nos Estados Unidos, que opera com o pleno conhecimento e tolerância das autoridades norte-americanas.

O MNA também condenou em seu comunicado, o uso indevido das TICs, incluindo a internet e as mídias sociais, para incitar e cometer atos de terrorismo, bem como reiterou sua preocupação com o uso da mídia como ferramenta de hostilidade e propaganda contra os países em desenvolvimento com o objetivo de minar seus governos. Enfatizou a necessidade de promover meios de comunicação e meios de comunicação alternativos, livres, pluralistas e responsáveis, que reflitam as realidades e os interesses dos povos do mundo em desenvolvimento.

O MNA reiterou sua firme posição contra o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, bem como todos os atos, métodos e práticas de terrorismo onde, por quem, contra quem quer que os tenha cometido, incluindo aqueles em que os Estados estão diretamente ou indiretamente envolvidos. Estes atos são injustificáveis quaisquer que sejam as considerações ou fatores que possam ser invocados para justificá-los, e neste contexto reafirma seu apoio às disposições contidas na resolução da Assembleia Geral 46/51⁹ de 9 de dezembro de 1991 e outras resoluções pertinentes das Nações Unidas.

O MNA apelou, mais uma vez, para que os Estados-Membros não tenham tolerância ao terrorismo, independentemente dos alvos ou motivos, e reafirmou o seu apelo para que se abstenham de organizar, instigar, facilitar, participar, financiar, encorajar ou tolerar atividades terroristas e de realizar medidas práticas para garantir que seus respectivos territórios não sejam utilizados para instalações terroristas ou campos de treinamento para a preparação ou organização de atos terroristas que se destinem a ser cometidos contra outros Estados.

⁹ Measures to eliminate international terrorism - [UNGA 46/51](#)

O G20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury

06/08 - Em Trieste, ocorreu a primeira reunião dos Ministros da Pesquisa do G20

Os ministros da Pesquisa do G20, juntamente com a OCDE e a UNESCO, reuniram-se hoje em Trieste para sua primeira reunião oficial sob a Presidência italiana do G20. Ao final da reunião, presidida pela ministra italiana da Universidade e Pesquisa, Maria Cristina Messa, os ministros adotaram uma "Declaração Conjunta sobre Alavancagem da Pesquisa, Ensino Superior e Digitalização para uma Recuperação Forte, Sustentável, Resiliente e Inclusiva".

Cientes do impacto da pandemia COVID-19 nas comunidades de pesquisa e ensino superior e, de forma mais ampla, no bem-estar das sociedades, ministros e delegados discutiram formas de enfrentar os novos desafios, tendo em vista alcançar os objetivos comuns do desenvolvimento comunitário sustentável. Eles concordaram em continuar trabalhando juntos sob a presidência do G20 da Indonésia em direção a uma transição digital para uma recuperação e crescimento fortes, sustentáveis e resilientes.

05/08 - Os Ministros do G20 Digital aprovam uma Declaração que identifica 12 ações para acelerar a transição digital da economia e dos governos

Fonte: <https://www.g20.org/the-digital-ministers-approves-a-declaration-identifying-12-actions-to-accelerate-the-digital-transition-of-the-economy-and-governments.html>



A Reunião Ministerial do G20 sobre digitalização foi realizada em Trieste e presidida pelo Ministro do Desenvolvimento Econômico, Giancarlo Giorgetti, e pelo Ministro da Inovação Tecnológica e Transição Digital, Vittorio Colao. A Subsecretária de Estado para Desenvolvimento Econômico, Anna Ascani, também participou da reunião.

No centro do debate está a questão da transformação digital das atividades produtivas em direção ao crescimento econômico sustentável, com um enfoque especial nas micro, pequenas e médias empresas, inclusão social, governança e desenvolvimento e aplicação de tecnologias inovadoras, reconhecendo, sobretudo, a reponsabilidade de um trabalho conjunto para aumentar os efeitos e acelerar a transformação.

Os membros do G20 assinaram uma Declaração¹⁰ que identifica 12 ações para acelerar a transição digital:

1. Transformação digital na produção para um crescimento sustentável
2. Alavancando a inteligência artificial confiável para a MSME - Inclusão e Promoção de Startups
3. Mensuração, prática e impacto da economia digital
4. Conscientização e proteção dos consumidores na economia digital global
5. Proteção infantil e empoderamento no ambiente digital
6. Incentivar a inovação para cidades inteligentes e comunidades
7. Conectividade e inclusão social
8. Fluxo livre de dados com confiança e fluxos de dados transfronteiriços
9. Ferramentas digitais para serviços públicos
10. Identidade digital
11. Regulamentação ágil
12. Transformação da força-tarefa em um grupo de trabalho permanente

04/08 - O G20 tem um papel crucial em tornar a digitalização uma oportunidade para todos

Fonte: <https://www.t20italy.org/2021/08/04/the-g20-has-a-crucial-role-in-making-digitalisation-an-opportunity-for-all/>

Nesta publicação em tom crítico, o Think Tank do G20 (T20) faz um apelo à responsabilidade do G20 em promover uma digitalização igualitária e discute políticas práticas para os tomadores de decisão. Isso porque, os efeitos da pandemia de Covid-19, ao passo que acelerou a transição digital, alavancou as desigualdades de acesso. Segundo o Fórum Econômico Mundial, 3,7 bilhões de pessoas não têm acesso à internet. Um terço das crianças em idade escolar do mundo não teve acesso ao ensino à distância no primeiro ano de pandemia. Além disso, grupos como mulheres e trabalhadores vulneráveis também ficaram excluídos, estima-se que 30% dos pesquisadores do mundo são mulheres e 40% dos trabalhadores com ensino secundário estão em empregos com risco de automação. Outros desafios são reconhecidos, como os crimes cibernéticos e a falta de um marco regulatório comum sobre o uso de dados pessoais.

Foi discutida a necessidade de o G20 preencher lacunas das habilidades digitais existentes nos setores públicos e privado, mapeando carências e capacitando indivíduos, por exemplo, por meio de atualização de currículos educacionais alcançando os mais marginalizados e oferecendo opções offline em dispositivos acessíveis. Também foi discutida a lacuna de gênero na economia digital, propondo concessão de subsídios, campanhas de conscientização contra estereótipos de gênero e medidas que promovam a licença parental neutra.

Na construção de confiança e coordenação, o T20 propôs um ambiente regulatório justo, transparente e atualizado, assim, deve-se harmonizar os princípios regulatórios para facilitar a concorrência justa e mercados eficientes, bem como uma estrutura coordenada para desencorajar práticas que prejudiquem a confiança dos consumidores. Em paralelo, há a necessidade de uma arquitetura de governança internacional para dados, inteligência artificial e plataformas digitais.

¹⁰ Disponível na íntegra neste link: https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/08/DECLARATION-OF-G20-DIGITAL-MINISTERS-2021_FINAL.pdf Acesso em: 05/08/2021.

Quanto à garantia de segurança e privacidade na esfera digital, vide o aumento do número de ataques cibernéticos de 12% em relação a 2020, o T-20 entende que deve-se promover um compartilhamento de informações significativo para que os Estados possam desenvolver um quadro mais completo do ambiente de ameaças e fornecer defesa. Para a proteção individual contra ameaças online, a criação de currículos escolares pode ajudar os jovens a identificá-las e ter ferramentas para avaliar a desinformação e evitar o cyberbullying. Quanto à privacidade de dados, a proposta é que o G20 incentive a transparência aos consumidores sobre seus próprios dados.

Proposição de Jeffrey D. Sachs para a expansão de G20 para G21 com inclusão da União Africana

O Professor da Universidade de Columbia, Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia e Presidente da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU, publicou artigo com interessante proposição para inclusão da União Africana ao G20.

[The Case for a G21 by Jeffrey D. Sachs - Project Syndicate \(project-syndicate.org\)](https://project-syndicate.org/the-case-for-a-g21-by-jeffrey-d-sachs)

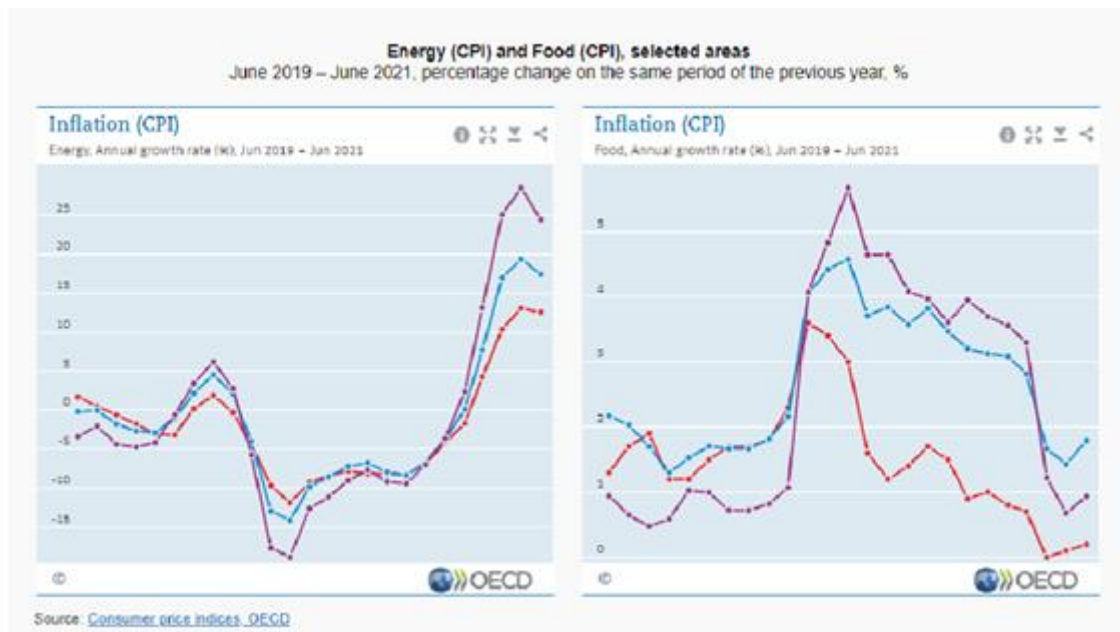
De acordo com J. Sachs, o Grupo dos Vinte tornou-se um pilar do multilateralismo. Embora o mundo tenha muitos grupos de conversa de alto nível, o G20 representa o melhor tipo, apoiando ativamente o diálogo global, o debate e – o mais importante – a resolução de problemas econômicos. Felizmente, sua maior limitação – que deixa de fora 96% da população africana – pode ser facilmente remediada, incluindo a União Africana (UA).

O professor e ativista também ressaltou que o único membro africano do G20, a África do Sul, tem a 39ª maior economia do mundo, a menor entre os Estados membros do G20. Os GDPs da Nigéria e do Egito são na verdade maiores que os da África do Sul, mas ainda não estão entre os 20 melhores do mundo. Como resultado, líderes africanos fora da África do Sul foram convidados para o G20 apenas como observadores. A representação muito limitada da África limita drasticamente a entrada da África nas deliberações do G20 sobre as principais questões econômicas globais, não apenas nas cúpulas anuais do G20, mas também nas reuniões ministeriais e técnicas durante todo o ano.

OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

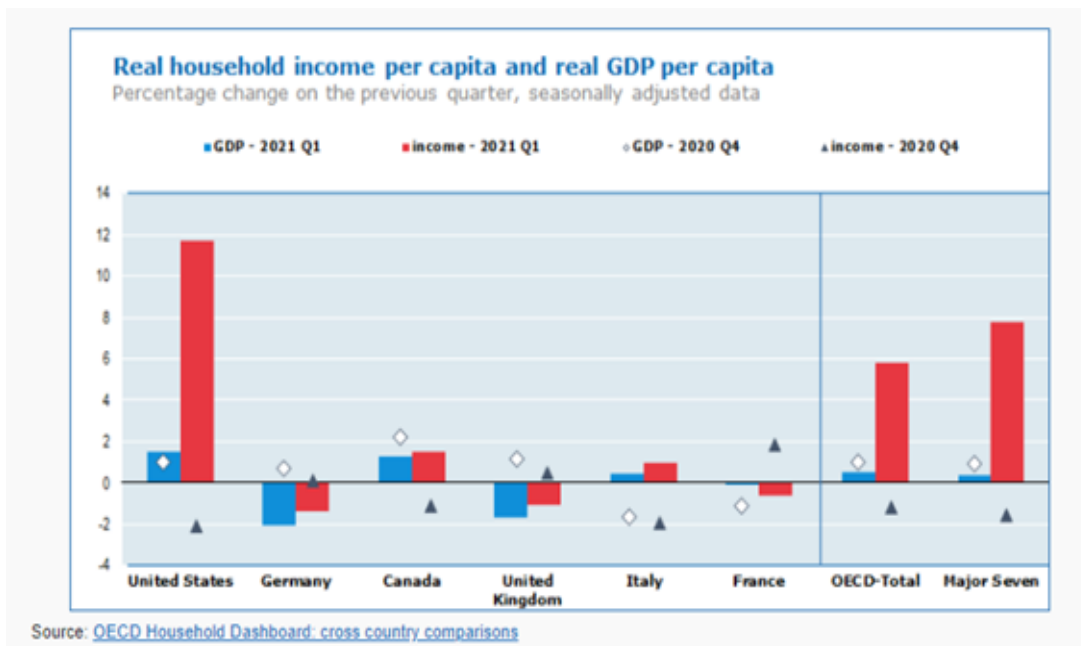
Pedro Burger, Júlia Abbud e Vinicius Roland

Gerou preocupação a alta na inflação nos países da OCDE, que chegou a 4,1% em junho de 2021, para o período de um ano. Outra alta que foi excepcionalmente sentida pelo bloco foi a alta de 17,4% nos preços de energia e 1,8% do aumento dos preços de alimentos, no mesmo período. O aumento da inflação também foi notado no G20, com aumento de 4,6% no período. No Brasil, o aumento foi de 8,3%. Esse movimento inflacionário pode afetar a segurança alimentar das famílias impactadas pelo COVID-19, com a alta do preço de alimentos e medicamentos, estes últimos principalmente porque possuem insumos importados em sua confecção.



Disponível em: <https://www.oecd.org/sdd/prices-ppp/consumer-prices-oecd-08-2021.pdf>

Houve um crescimento significativo na renda real per capita nas residências nos países da OCDE, cerca de 5,8%, principalmente por conta dos Estados Unidos terem implementado um apoio financeiro governamental para parte de sua população. Tal destaque é de especial importância, uma vez que desde 2019 a renda real per capita nos países da OCDE cresceu 8,2%, enquanto o PIB per capita retraiu 2,7%.




<https://www.oecd.org/newsroom/growth-and-economic-well-being-first-quarter-2021-oecd.htm>

Relatório destacado: Employment Outlook 2021 - Publicado pela OCDE, o [Relatório Employment Outlook](#) (REO) atualizou os dados sobre o mercado de trabalho e disponibilizou diretrizes para as políticas laborais nacionais.

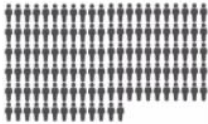
O REO prevê a retomada no nível de emprego, diante da flexibilização do isolamento e do progresso das campanhas de imunização. Apesar dos indicadores alvissareiros, o relatório destaca dois riscos. Primeiro, a demora em restabelecer postos de trabalho no curto prazo pode causar situações de desemprego estrutural. Segundo, o agravamento dos hiatos sociais e econômicos pode perdurar na próxima década. Contra esses riscos, a OCDE postula o estabelecimento de mercados mais resilientes e inclusivos, aproveitando a crise em favor de reformas qualitativas.

A pesquisa oferece dados sobre o tempo estimado de recuperação dos níveis de emprego e as taxas de desemprego atuais. Além disso, são apresentados policy briefings para recuperar o mercado de trabalho, no pós-pandemia.


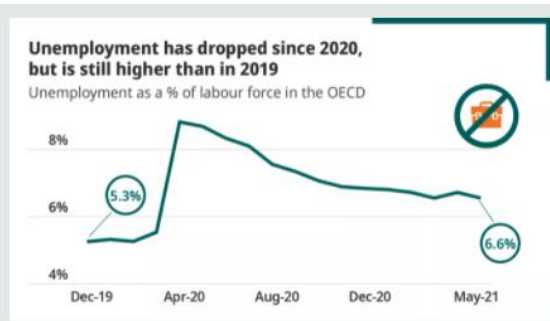
The COVID-19 pandemic has put millions out of work



About 20 million fewer jobs in OECD countries




Over 110 million fewer jobs worldwide





Many are out of a job and not looking for a new one

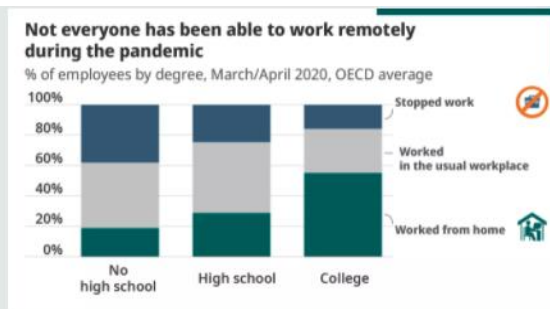
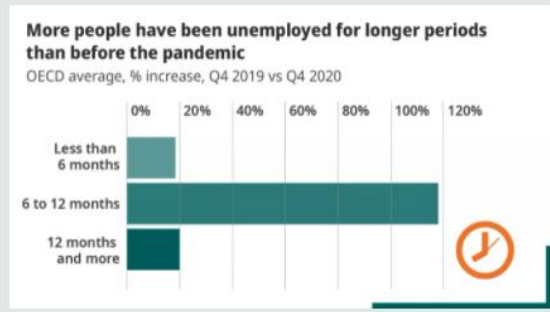
14 million more people **inactive** in OECD countries today than in 2019




not working


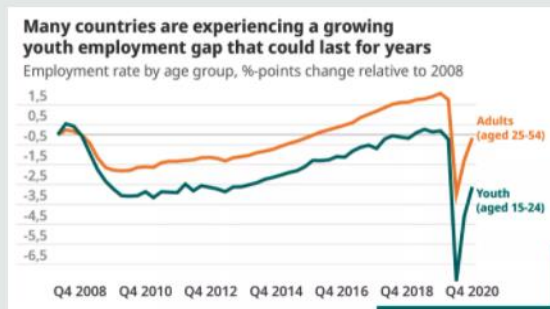


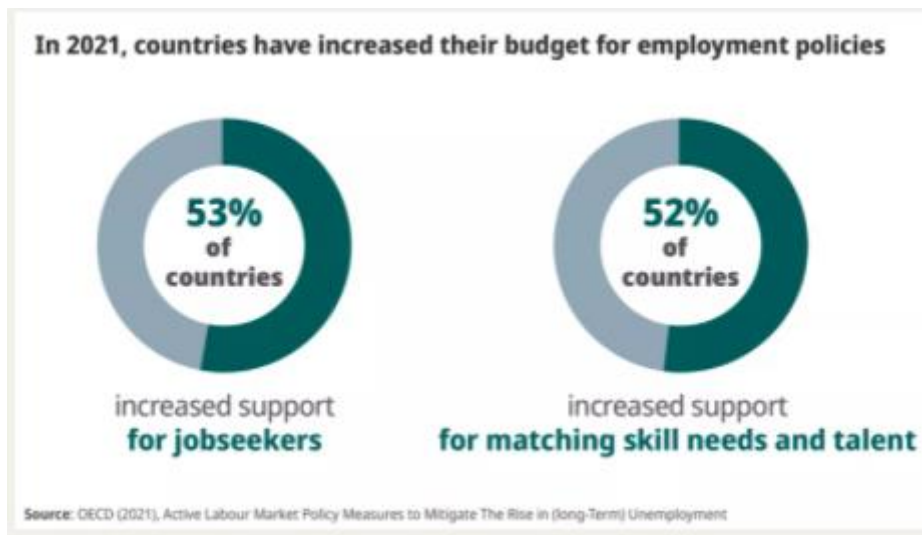
not seeking work



Nearly **3 million** more young people are NEET across OECD countries than in 2019

NEET means **Not in Employment, Education or Training**

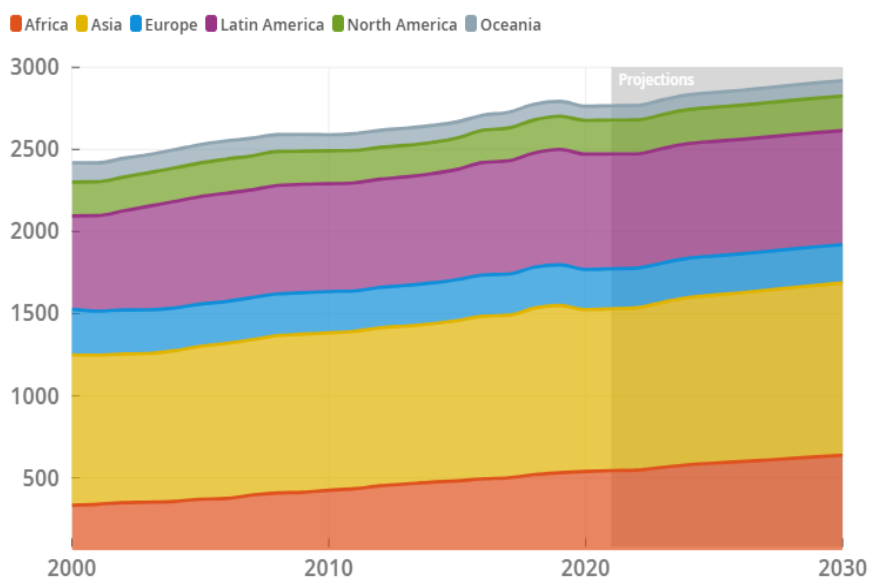


Link para o relatório da OCDE: <https://www.oecd.org/employment-outlook>. Acessado em 6/8/21.

Outro destaque na OCDE, na área de implementação de políticas públicas para recuperação pós-COVID, foi a correlação entre o aumento de consumo de carne e a melhora econômica de países, e suas consequências para o aumento de emissão de gases CO2 na atmosfera, prejudicando a meta de desenvolvimento sustentável em vigor.

GHG emissions from meat production

Millions tonnes of CO₂ equivalent



Source: OECD/FAO (2021), OECD-FAO Agricultural Outlook 2021-2030. © OECD Terms and conditions

<https://www.oecd.org/coronavirus/en/#policy-responses>

Fundo Monetário Internacional – FMI

Segunda Reunião da Força-Tarefa de Líderes Multilaterais sobre Vacinas, Terapêuticas e Diagnósticos COVID-19

No dia 30 de julho de 2021 foi realizada a Segunda Reunião Força-Tarefa de Vacinas, Terapêuticas e Diagnósticos para Países em Desenvolvimento, criada pelos chefes do FMI, do Banco Mundial, da Organização Mundial da Saúde e da Organização Mundial do Comércio para identificar e resolver impedimentos financeiros e comerciais para vacinas, diagnósticos, produção terapêutica e entregas.

Durante a reunião, foi lançado um novo site intitulado *COVID-19 Task Force* que inclui a primeira fase de um banco de dados global e painéis de países sobre vacinas, terapêuticas e diagnósticos para orientar o trabalho. O banco de dados e os painéis país a país, que também se baseiam no Rastreador de Fornecimento de Vacinas do FMI-OMS COVID-19, buscam concentrar a atenção internacional e mobilizar ações iluminando lacunas específicas, não apenas globalmente, mas também país a país.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/07/30/pr21241-joint-statement-task-force-covid-19-vaccines-therapeutics-diag-dev-countries-2nd-meeting>

Banco Mundial

Grupo do Banco Mundial mobilizou mais de US\$ 29 bilhões para apoiar a América Latina e a região do Caribe respondem à Pandemia

Em resposta ao COVID-19, que prejudicou severamente a vida e os meios de subsistência de milhões de pessoas na América Latina e nos países do Caribe, o BM distribuiu um recorde de US\$ 29,1 bilhões para aquela região desde o início da crise (1º de abril de 2020) até o ano fiscal de 2021 (terminando em 30 de junho de 2021) para combater os impactos da pandemia na saúde, econômica e social, bem como apoiar a região a responder a desafios como furacões e migração.

Os compromissos e mobilizações do BM durante este período incluíram um combinado de US\$ 14,5 bilhões do Banco Internacional para reconstrução e desenvolvimento (IBRD) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) tipicamente referido como Banco Mundial, US\$ 10,8 bilhões da International Finance Corporation (IFC) para promover o desenvolvimento sustentável liderado pelo setor privado e US\$ 3,8 bilhões em garantias da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA).

O financiamento e a expertise do BM neste ano fiscal concentraram-se na proteção social, nas emergências em saúde, nos testes, vacinas e fortalecimento dos sistemas de saúde dos países, bem como implantação recorde de financiamento de curto prazo durante os primeiros meses da pandemia para ajudar o setor privado a permanecer à tona.

A IFC, braço do setor privado do BM, comprometeu US\$ 10,8 bilhões na América Latina e no Caribe, incluindo mobilização (US\$ 5 bilhões) e financiamento de curto prazo (US\$ 2 bilhões), impulsionada pelo aumento da demanda por financiamento rápido para os setores de manufatura, agronegócio e serviços, apoio contínuo à indústria financeira e engajamentos bem-

sucedidos para estabelecer Parcerias Público-Privadas (PPPs) na região. Desde abril de 2020, quando o IFC deu início à sua resposta ao COVID-19, a IFC comprometeu cerca de US\$ 3,2 bilhões em apoio à liquidez na região, o que ajudou a expandir os empréstimos às PME para que possam continuar as operações, trabalhou com instituições financeiras para promover o financiamento verde e apoiou o agronegócio orientado à exportação na região.

A MIGA, maior provedora de seguros de risco político do mundo, cujo mandato é ajudar a impulsionar investimentos estrangeiros diretos impactantes para países em desenvolvimento, emitiu pouco mais de US\$ 3,8 bilhões em novas garantias na América Latina e no Caribe durante o período de 15 meses. O compromisso da MIGA em melhorar a vida dos cidadãos na LAC, que foram especialmente atingidos pela pandemia COVID-19, é forte; cerca de metade de todas as novas garantias de MIGA em 2021 foram emitidas na região da LAC. A MIGA apoiou oito novos projetos em oito países da LAC durante o 2021; 98,6 % dessas novas emissões foram por meio do *Programa de Resposta COVID-19* da MIGA de US\$ 6,5 bilhões. Um exemplo dos esforços da MIGA para proporcionar um impacto tangível no desenvolvimento em face da pandemia é seu primeiro engajamento nas Bahamas. A MIGA emitiu garantias sobre empréstimos estendidos ao governo das Bahamas. Esses empréstimos serão utilizados para modernizar dois hospitais públicos e financiar micro, pequenas e médias empresas.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/08/02/world-bank-group-mobilizes-over-29-billion-to-support-latin-america-and-the-caribbean-region-respond-to-pandemic>

No dia 06 de agosto de 2021, o BM aprovou uma subvenção de US\$ 90 milhões da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA)* para ajudar o **Chade** a melhorar o uso e a qualidade da prestação de serviços essenciais de saúde.

O Projeto de Fortalecimento de Desempenho do Sistema de Saúde (PRPSS) tem como objetivo construir a capacidade do sistema de saúde do **Chade** de oferecer uma assistência de qualidade à saúde no nível operacional e aumentar o uso de serviços de saúde pelas populações nas áreas do projeto. Atenção especial será dada à saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e adolescente, bem como aos serviços de nutrição em todos os distritos de saúde das oito províncias apoiadas pelo projeto.

Este novo projeto — o custo total é de US\$ 106,5 milhões com US\$ 16,5 milhões em cofinanciamento do Global Financing Facility (GFF) para Mulheres, Crianças e Adolescentes — ajudará a melhorar a qualidade dos serviços de saúde de várias maneiras, incluindo por (i) institucionalização do financiamento baseado em desempenho (PBF); ii Destinar recursos diretamente aos estabelecimentos de saúde em proporção à qualidade e quantidade dos serviços de saúde oferecidos à população; (iii) pagamento de bônus de desempenho aos funcionários das unidades de saúde da área do projeto; iv Prestação gratuita de serviços de saúde materno-infantil aos mais pobres e vulneráveis nas unidades de saúde apoiadas pelo projeto, a fim de garantir a equidade; e (v) celebração de contratos de desempenho com distritos sanitários, diretorias de saúde provinciais e as direções centrais do Ministério da Saúde Pública e Solidariedade Nacional, que incluem entregas trimestrais específicas.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/08/06/the-world-bank-provides-90-million-to-improve-health-care-access-and-quality-in-chad>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

No dia 29 de julho de 2021, o BID aprovou um projeto de US\$ 300 milhões para apoiar a resposta do **Equador** ao impacto econômico da COVID-19. O projeto ampliará a cobertura do *Bono de Desarrollo Humano*, principal programa de transferência do país, durante o período de recuperação e, assim, garantirá níveis mínimos de renda para as pessoas afetadas pelo coronavírus.

Esta operação complementa as atividades do programa de investimento "Apoio à Prestação de Serviços de Saúde e Proteção Social no Quadro da Pandemia Coronavírus COVID-19", aprovado em maio de 2020 para um total de US\$ 250 milhões e atualmente em execução.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/ecuador-works-improve-quality-life-vulnerable-people-idb-support>

No dia 03 de agosto de 2021, o BID aprovou um projeto para ajudar o **Panamá** a enfrentar a crise da COVID-19, financiando integralmente os contratos do país com o *COVAX Facility* e o laboratório AstraZeneca. Isso ajudará a aumentar o acesso do **Panamá** a vacinas que salvam vidas.

O projeto tem três objetivos principais: aumentar o número disponível de vacinas e apoiar os processos de vacinação relacionados; desenvolver uma campanha de comunicação para informar a população sobre a implantação da vacina; e retomar a prestação de serviços essenciais de saúde em áreas vulneráveis, especialmente para gestantes e pacientes com doenças crônicas.

O projeto vem em um momento crítico para ajudar o Panamá a acelerar sua implantação de vacinas, antes que variantes potencialmente mais contagiosas ou resistentes se espalhem. Também é fundamental para ajudar a restaurar os serviços essenciais de saúde, que durante a pandemia caíram entre 54% e 87% nas regiões indígenas.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-30-million-project-help-panama-get-vaccines-address-covid-19>

Fórum Acadêmico “BRICS e a Agenda da Saúde Global” e a XI Declaração dos Ministros da Saúde dos BRICS

Claudia Hoirisch

Fórum Acadêmico “BRICS e a Agenda da Saúde Global”

As atividades acadêmicas sempre precederam as Cúpulas de Líderes do BRICS, as ideias geradas no Fórum Acadêmico dos BRICS (BAF) são encaminhadas na forma de recomendações e fornecem o material conceitual e intelectual para os líderes formularem políticas.

O Fórum Acadêmico “BRICS e a Agenda da Saúde Global” aconteceu no início de agosto de 2021 e ressaltou que a pandemia de Covid-19 apontou a urgência de rever a agenda da saúde global, a preparação para futuras pandemias, a cooperação internacional, os processos de desenvolvimento de vacinas, as regulamentações de saúde, as cadeias de fornecimento farmacêutico, as capacidades locais e a necessidade de conscientizar e criar confiança nos cidadãos quanto à eficácia das vacinas para evitar que estes sejam reféns da desinformação como as *fake news* e a falta de transparência de dados.

As representantes da Índia e AS destacaram que os governos devem se voltar para o fortalecimento de seus sistemas de atenção primária em saúde como passo essencial para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (Alma Ata 1978; Astana 2018) e capacitação de seus RRHH para serem capazes de vencer a próxima pandemia.

Questionada em como a cooperação internacional pode ser melhorada para garantir que o mundo esteja mais bem preparado para a próxima pandemia, a representante da África do Sul mencionou que China e AS estão trabalhando na identificação de instituições que irão trabalhar no avanço do *Centro de P&D de Vacinas*. Alguns participantes mencionaram que deveria ter sido elaborada uma campanha internacional para esclarecer dúvidas sobre as vacinas de Covid-19 e combater as *fake news*. A representante russa Ekaterina Kheifets acrescentou que o BRICS pode se tornar a maior plataforma para intercâmbio de experiências e soluções na produção de drogas e vacinas, sugeriu a criação de uma *rede de laboratórios internacionais* para troca de dados e a construção de uma cadeia de suprimentos farmacêutica. A vice-diretora do CDC Chinês lembrou a importância das redes de pesquisa do BRICS que atualmente contam com pelo menos três pesquisadores de diferentes países do grupo e o pediu fortalecimento das mesmas. Aquina Thulare, do Departamento Nacional de Saúde da África do Sul, lembrou que Índia e AS encabeçaram o *waiver* de PI na OMC.

Com a otimização dos sistemas de saúde em meio à pandemia, os países do BRICS têm reconhecido cada vez mais o papel dos sistemas integrados de saúde utilizando a Medicina Tradicional (MT), no qual têm um vasto conhecimento, inclusive em espécies de plantas medicinais e rica biodiversidade. Cooperação e compartilhamento de conhecimento podem ajudar a mitigar doenças e preparar uma resposta eficiente para emergências, como a pandemia de Cov-19. A representante da Índia, Prof. Ritupruya Mehrotra deu como exemplo os propulsores da imunidade, fitoterápicos e estudos utilizando reposicionamento de fármacos.

Uma pergunta pairou no ar: quando os países do BRICS estabelecerem colaboração desenvolvimento de novas vacinas, será garantida a distribuição prioritariamente para os países do grupo ou para o mundo em desenvolvimento?

- XI Declaração da reunião dos MS dos BRICS (28/07/2021)

Embora atualmente o foco principal do encontro seja a pandemia de Covid-19, os problemas de saúde não relacionados à pandemia que compõem a carga dupla de doenças não podem ser negligenciados. Dado que estamos na Década de Ação para alcançar os ODS até 2030, a menos que medidas proativas sejam tomadas, não será possível alcançá-los. Para alcançar as metas do ODS 2030, os países deverão focar na Cobertura Universal de Saúde (UHC) nos países de baixa e média renda, incluindo os países do BRICS.

Foram abordados diversos temas durante a reunião:

1) Gestão da pandemia e vacinação

Preocupados com a necessidade do acesso equitativo a vacinas COVID-19 para reduzir a pandemia, comprometeram-se em fazer esforços conjuntos para efetivar a imunização extensiva como um (bem) público global. Recordaram a proposta de criação de um Centro de P&D de Vacinas dos BRICS (CPDV/BRICS), suscitada na Declaração de Joanesburgo (2018) e reiterada na Declaração de Moscou (2020). Tendo em vista o cenário pandêmico em curso e a fim de sustentar o impulso de colaboração para a P&D de vacinas, informaram que lançarão o CPDV/BRICS em formato virtual e concordaram em discutir sua implementação e operacionalização com base em uma nota conceitual a ser divulgada.

2) Resistência antimicrobiana (RA)

Decidiram promover a colaboração técnica para realizar projetos visando a facilitação de análises de resultados de sequenciamento de genes associados à resistência antimicrobiana.

3) Tuberculose

A Rede de Pesquisa de TB do BRICS (RPTB/BRICS) assumiu compromissos na reunião ocorrida em 14 de maio de 2021 e continuará a envidar esforços nas arenas de colaborações de pesquisa acordadas entre países, desenvolvimento de vacinas de TB e combate à comorbidade TB-Covid-19 para alcançar o ODS “Acabar com a TB”. Acreditam que é importante canalizar o potencial de pesquisa de seus cientistas, acadêmicos, instituições e outras partes interessadas para inovar no campo da TB e desenvolver soluções para prevenção, diagnóstico e tratamento da TB, incluindo vacinas.

4) Cooperação farmacêutica

As colaborações de P&D no campo da terapêutica para prevenção e tratamento da Covid-19 são fundamentais para erradicar a pandemia. Entendem a necessidade de parceria de *cluster* em nível industrial em todo o BRICS para aliviar os déficits e desafios na terapêutica e nos diagnósticos relativos à situação pandêmica. Reconhecem a importância de discutir barreiras de acesso a medicamentos bioterapêuticos, como os altos preços, maior complexidade do processo de fabricação e a necessidade de compartilhar conhecimentos acumulados pelos países BRICS e fortalecer as capacidades públicas locais.

5) Medicina tradicional (MT)

Recordaram a VI Reunião dos MS do BRICS 2016, realizada em Nova Deli, na qual foi reconhecida a importância dos sistemas de medicina tradicionais e alternativos como meio de alcançar a atenção integral à saúde e foi enfatizada a necessidade de compartilhar o conhecimento e experiências para assegurar as necessidades de saúde. Relembrou-se que a Estratégia de Medicina Tradicional da OMS 2014-2023, lançada em resposta à resolução da AMS sobre Medicina Tradicional (WHA62.13) visa apoiar os países no desenvolvimento de

políticas e na implementação de planos de ação para fortalecer o papel da medicina tradicional na manutenção das populações saudáveis. Nesse sentido, reconheceram os diferentes sistemas da medicina tradicional nos países do BRICS e reforçaram a necessidade de trabalhar para a harmonização das regulamentações e estabelecer normas de MT para garantir o uso seguro dos medicamentos e fortalecer a cooperação intra-BRICS no campo dos Sistemas de MT. Acordaram em aprofundar a cooperação na área de MT por meio da P&D.

Resposta da OEA à pandemia de Covid-19

Luana Bermudez

A Secretaria Geral da OEA fez uma declaração sobre o assassinato do Presidente do Haiti, rechaçando o ato e ressaltando que este ataque é uma afronta a toda a comunidade de nações democráticas. O Conselho Permanente também se pronunciou condenando o ataque, instando uma investigação internacional e declarando apoio ao diálogo entre os partidos políticos do país.

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-069/21

<https://www.facebook.com/OEAoficial/photos/a.177717432281182/4438609276191955/>

O Conselho permanente se reuniu em sessão extraordinária no dia 21 de julho para fazer seguimento da resolução CP/RES 1165 sobre a distribuição equitativa de vacinas contra a Covid-19, aprovada em fevereiro deste ano. Neste sentido, cabe destacar que alguns países da região estão se mobilizando para apoiar os países do Caribe na aquisição de vacinas, como os EUA que doaram 3 milhões de doses da vacina Pfizer e a Colômbia que doou US \$ 1 milhão para a OPAS para apoiar esta região especificamente, que é a região das Américas que se encontra mais atrasada na vacinação

O Sr. Paul Chet Greene, ministro de relações exteriores, comércio internacional e imigração de Antígua e Barbuda falou em nome da Comunidade do Caribe (Caricom), agradecendo a solidariedade dos países vizinhos e da OPAS neste esforço conjunto para apoiar o Caribe, porém ressaltando que as vacinas deveriam ser bens públicos comuns e não *commodities*. Greene disse também que espera que a humanidade nunca mais tenha que passar por uma situação na qual alguns países usam suas riquezas para garantir as vacinas enquanto em outros países as pessoas morrem, e instou as instituições financeiras a fornecer financiamento de baixo custo para os países em desenvolvimento, apelo que estava na resolução aprovada em fevereiro, mas de acordo com ele muito pouco aconteceu neste sentido e até o momento os esforços não foram suficientes.

Greene também criticou as empresas farmacêuticas e disse que elas também têm culpa pelas mortes das pessoas, já que estão tratando as vacinas como bens comerciais e vendendo para quem pagar mais. Disse ainda que as nações não deveriam estar reduzidas a implorar aos países ricos para pouparem suprimentos de vacinas que eles estocaram e destacou que como algumas tentativas de negociação com empresas farmacêuticas para comprar vacinas não tiveram sucesso, o Caricom está agora recorrendo a países como a China e a Rússia que estão dispostos a fornecer doses de suas vacinas.

Por fim, Greene termina ressaltando que vai levar anos para que o planeta esteja realmente seguro novamente e que o que o mundo precisa nesse momento é menos promessa e mais ações concretas.

A Dra. Carissa Etienne, Diretora da OPAS, também participou da reunião e destacou que muitos países da região estão registrando aumento de casos e que diversos já relataram todas as quatro variantes de preocupação. Etienne parabenizou o compromisso dos estados membros da OEA com a solidariedade e o enfrentamento deste problema na região e ressaltou a urgência da implementação de todas as medidas necessárias para parar a pandemia, reconstruir melhor e não deixar ninguém para trás.

Reiterou o compromisso da OPAS para garantir que todos os países da região consigam aumentar a vacinação e permitir a implementação de programas de vacinação eficazes e anunciou que o fundo rotatório da OPAS está em fase de negociação com diversos produtores de vacinas e que já tem promessas por parte deles que será possível adquirir vacinas no quarto trimestre deste ano.

<https://fb.watch/7jAc8gvz7-/>

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

A CIDH lançou um Observatório de Impacto com o objetivo de fortalecer a efetividade de seus mecanismos e sistematizar os impactos nos direitos humanos gerados na região. O Observatório é uma plataforma colaborativa e se propõe também a aumentar as sinergias com instituições similares e promover diálogos entre atores estratégicos e as comunidades interessadas.

<http://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/164.asp>

Aproveitando o Dia Mundial dos Povos Indígenas, a CIDH fez um chamado aos estados membros para que aumentem seus esforços na proteção dos territórios indígenas e a proteger a natureza e a biodiversidade e que brindem uma atenção diferenciada a estes povos no contexto da pandemia, inclusive assegurando o acesso a vacinas.

<https://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/207.asp>

Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)

A CIM realizou a Terceira sessão ordinária de seu Comitê Diretor, onde foram debatidos temas para o Plano estratégico da CIM de 2022-2026, mas também se discutiu como posicionar temas de direitos da mulher no centro da agenda política da região, com o objetivo de incidir sobre as agendas da 51a Assembleia Geral da OEA e na 9a Cúpula das Américas.

Durante a reunião, a secretaria executiva da CIM apresentou os avanços da Comissão durante a pandemia, principalmente em relação à garantia dos direitos das mulheres, além de acordar que continuarão dando visibilidade a situação das mulheres no período de recuperação e reativação econômica e social pós-pandemia.

Por fim, a presidente da CIM, ministra da mulher da República Dominicana, destacou que a comissão tem como objetivo colocar os pactos, acordos e compromissos de gênero no centro da agenda regional, evidenciando que todas as políticas públicas e leis tem um impacto diferenciado sobre as mulheres, então é urgente que os governantes entendam a importância do empoderamento econômico e político das mulheres.

<http://www.oas.org/es/cim/docs/ComunicadoCIM-15.06.2021-ES.pdf>

<http://www.oas.org/es/cim/docs/CIM-CD-doc13-21-ES.pdf>

América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 9 de agosto de 2021, foram registrados 78,7 milhões de casos positivos e 2,03 milhões de óbitos nas Américas.

De acordo com a última entrevista coletiva da OPAS¹¹, na **América do Norte**, o ritmo de aumento no número de casos de COVID-19 está acelerando, principalmente devido à súbita elevação dos casos no Sul e no Leste dos Estados Unidos e no centro do México.

Na **América Central**, a Guatemala relatou um aumento no número de casos de COVID-19, especialmente entre pessoas com menos de 50 anos.

No **Caribe**, o número de novos casos também está aumentando em Cuba, Martinica e Ilhas Virgens Britânicas.

Na **América do Sul**, o número de casos está diminuindo, exceto em alguns estados brasileiros, onde houve aumento. Essas tendências destacam o fato de que, até que possamos conter a transmissão de maneira eficaz, os picos nos casos podem continuar a aparecer rapidamente. Por isso, ainda é imprescindível o uso de máscaras, a distância física e o cumprimento das demais medidas de saúde pública.

Em sua coletiva de imprensa, a OPAS aponta que a pandemia exacerbou a desigualdade em nossa região. Isso é especialmente verdadeiro quando se trata de **povos indígenas**, já que a maioria carece de redes financeiras e de segurança social que lhes permitiriam continuar a sustentar suas famílias e comunidades, mesmo quando estão doentes.

América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 9 de agosto de 2021

	País	Casos Confirmados	Óbitos	Pessoas	População em	
				Vacinadas Total		COVAX
Norte América	Canadá	1.438.219	26.663	50.240.516	---	38.067.913
	Estados Unidos	35.501.444	611.504	69.820.231	---	332.915.074
	México	2.964.244	244.248	354.619.464	4.336.740	130.262.074
Total Norte América		39.903.907	882.415	474.680.211	4.336.740	501.245.061
Sul América	Argentina	5.012.754	107.302	33.735.965	1.944.000	45.605.823
	Bolívia	477.696	17.971	4.630.979	1.582.650	11.832.936
	Brasil	20.151.779	562.752	143.028.569	9.964.800	213.993.441
	Chile	1.623.363	36.016	25.311.151	489.600	19.212.362
	Colômbia	4.834.634	122.277	29.416.582	3.276.180	51.265.841
	Equador	491.831	31.788	12.138.621	856.620	17.888.474
	Paraguai	454.865	15.268	2.793.726	558.240	7.219.641
	Peru	2.124.128	196.873	14.014.325	1.716.150	33.359.416
	Uruguai	382.360	5.986	4.866.866	98.400	3.485.152
Venezuela	312.115	3.694	3.612.473	- - -	28.704.947	
Total Sul América		35.865.525	1.099.927	273.549.257	20.486.640	432.568.033
Centro América	Belize	14.438	339	192.222	100.800	404.915
	Costa Rica	416.677	5.124	3.424.278	172.950	5.139.053
	El Salvador	88.371	2.717	4.664.353	3.417.680	6.518.500

¹¹ <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-americas>

	Guatemala	390.514	10.771	2.475.160	1.290.270	18.249.869
	Honduras	305.936	8.120	2.108.280	3.637.840	10.062.994
	Nicarágua	7.890	196	415.640	269.400	6.702.379
	Panamá	441.316	6.894	2.797.947	110.400	4.381.583
Total Centro América		1.665.142	34.161	16.077.880	8.999.340	51.459.293
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	458.219	3.438	---	---	11.351.786
	Haiti	20.389	569	12.641	500.000	11.543.315
	República Dominicana	344.495	3.974	10.381.459	278.400	10.953.714
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	460.427	7.772	7.258.360	789.600	11.584.655
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		1.283.530	15.753	17.652.460	1.568.000	45.433.470
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS		78.718.104	2.032.256	781.959.808	35.390.720	1.030.705.857

Fonte: <https://ais.paho.org/phip/viz/COVID19Table.asp> e https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp Acesso 9 de agosto de 2021

A região da América Latina equivale a 8% da população mundial, mas foi responsável por 32% das mortes por COVID-19 e perdeu em média dez por cento a mais de empregos durante a pandemia em comparação com outros continentes.

A vacinação avança na região e já foram aplicadas 781, 9 milhões de doses, parte significativa delas na América do Norte. De acordo com o banco de dados desenvolvido pela Universidade de Oxford “Our world in Data”¹², a América Latina recebeu, até o momento, pouco mais de 2% do total das doses aplicadas, enquanto a Europa concentra mais de 25%. A América do Norte, mais de 30%, e Ásia, quase 40% de todas as vacinas.

O CARPHA Situation Report¹³ apontou que a maioria dos países do Caribe está progredindo consideravelmente na implementação de vacinas. Mas continua muito necessário insistir na vigilância ativa, testes e medidas de prevenção e controle da COVID-19.

Doenças transmissíveis no cenário pandêmico e pós pandêmico

O South Center¹⁴, em seu *research paper* de agosto, alertou que os países em desenvolvimento enfrentam outras epidemias além da Covid-19 que precisam receber especial atenção. Doenças infecciosas como malária, dengue, Chagas e paludismo aumentarão sua presença em função das mudanças climáticas e da variabilidade climática.

Essas mudanças geradas pela variabilidade climática afetam as doenças vetoriais, por isso será importante fortalecer os sistemas de saúde para que sejam mais resilientes e se adaptem adequadamente a esse desafio.

No documento, o South Centre colocou a sua preocupação de que “em meio à crescente pressão financeira sobre os governos devido à COVID-19, desafios fiscais subsequentes podem

¹² <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>

¹³ CARPHA SITUATION REPORT Nro.181 5 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.carpha.org/Portals/0/Documents/COVID%20Situation%20Reports/Situation%20Report%20181%20-%20August%205,%202021.pdf>. Acesso agosto 2021.

¹⁴ <https://www.southcentre.int/research-paper-133-august-2021/>

limitar severamente a capacidade de responder com eficácia aos desafios de saúde em países que já são afetados pela malária e dengue”.

Outros países que fizeram progresso no controle de infecções transmitidas por vetores também podem ser vulneráveis ao aumento da carga de doenças. O documento desenvolvido pelo South Center¹⁵ tem como objetivo analisar como as mudanças na malária e dengue estão desafiando os países em desenvolvimento na preparação de estratégias de mitigação e adaptação para a saúde climática. O documento também fornece algumas recomendações gerais sobre a importância de integrar a saúde às estratégias nacionais de mudança climática.

IBEROAMÉRICA - SEGIB

Doações de vacinas a países ibero-americanos começam como resultado da Cúpula de Andorra¹⁶

Esta semana foi lançada a doação de 7,5 milhões de vacinas para ajudar os países mais vulneráveis da América Latina. Com esta ação, a Espanha cumpre o compromisso anunciado pelo Presidente do Governo na Cimeira Ibero-americana de Andorra. As vacinas serão distribuídas pelo mecanismo COVAX.

O acordo firmado entre AstraZeneca, COVAX e Espanha permitiu o envio das primeiras doações de vacinas para o combate ao COVID-19 na América Latina. O Governo da Espanha enviará cerca de 7,5 milhões de doses a países ibero-americanos como: Paraguai, Guatemala, Peru, Equador e Nicarágua.

As doações serão canalizadas por meio do mecanismo COVAX. A iniciativa é coordenada pela *Vaccine Alliance (GAVI)*, a *Coalition for Innovation in Epidemic Preparedness (CEPI)* e a *Organização Mundial da Saúde (OMS)*. Além disso, recebe apoio logístico do UNICEF e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A distribuição das doses destinadas aos países ibero-americanos é feita com base nas necessidades epidemiológicas dos diferentes estados da região e na coordenação das ações dos diferentes atores envolvidos que a COVAX realiza. Estima-se que o Paraguai receberá 252.000 doses; Guatemala, 201.600; Equador e Peru, 101.760 respectivamente, e a Nicarágua receberão 97.920 vacinas.

Os embarques serão concluídos nos próximos dias. Adicionalmente, a Espanha está processando contribuições para o Acelerador de Acesso a Ferramentas contra a COVID-19 (ACT-A) no valor de 125 milhões de euros, aos quais se acrescenta uma contribuição adicional de 50 milhões de euros para a COVAX através da GAVI. O objetivo do mecanismo é imunizar pelo menos 20% da população das 190 nações que o compõem até o final do ano.

Tudo isso faz parte do Plano de Acesso Universal: Compartilhamento de vacinas contra Covid-19, aprovado pelo Executivo espanhol em janeiro passado, e que define a estratégia de doação. O principal objetivo deste plano é ajudar a garantir o acesso justo, acessível e universal à vacina como um bem público global, a fim de responder ao apelo de solidariedade da região.

MERCOSUL

¹⁵ <https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2021/08/RP-133.pdf>

¹⁶ <https://www.segib.org/empiezan-las-donaciones-de-vacunas-a-paises-iberoamericanos/>

Flexibilidade e tarifas baixas: agenda de Bolsonaro para o Mercosul¹⁷

Com um clima de tensão marcado pelas divergências internas que atravessa o Mercosul, o Brasil iniciou as reuniões de sua presidência pró tempore na segunda-feira, dia 9 de julho. Em seus primeiros passos, Bolsonaro deixará claro que pretende avançar imediatamente na flexibilização das negociações com outros blocos e na redução de tarifas que não incluam gradualismo ou diferenças entre produtos. A Argentina afirmará que há setores que precisam de proteção e se proporá a acelerar as negociações com a América Central.

O ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, já havia dado sinais do tom que vão dar ao seu mandato. "Se dependesse de mim, eu reduziria as tarifas imediatamente", disse o funcionário do Bolsonaro em declarações jornalísticas.

Por outro lado, espera-se que o Uruguai apresente os primeiros avanços em sua estratégia de explorar os possíveis acordos individualmente e depois aproximá-los dos demais membros. Naquele momento, o presidente Luis Lacalle Pou havia levantado a necessidade de "flexibilizar o Mercosul" e até mesmo levantou a possibilidade de cada país assinar acordos de livre comércio unilateralmente. O que acabaria por explodir a principal função que o bloco cumpre hoje, a de constituir uma união aduaneira.

Com este cenário, Bolsonaro deverá propor seu projeto de redução imediata e linear da tarifa externa comum em 20%. O presidente, que tem trabalhado em conjunto com o Uruguai, também buscará acelerar a proposta de flexibilização do bloco.

Por sua vez, a Argentina está promovendo uma redução segmentada da tarifa que em média atingiria 10%, mas que protegeria a proteção de setores sensíveis da indústria. O projeto também tem como foco a redução do custo dos insumos para melhorar a competitividade da manufatura.

"Encontramo-nos com posições dogmáticas, ideológicas e intempestivas", afirmou o Ministro do Desenvolvimento Produtivo Matías Kulfas num fórum do qual participou junto com outros referentes da região. Nesse sentido, afirmou: "Esta afirmação de que ao baixar as tarifas geramos desenvolvimento parece uma discussão de 30 anos atrás, temos dezenas de exemplos que mostram que a questão é mais complexa".

Em relação às negociações internacionais, o Itamaraty liderado por Felipe Solá, tem trabalhado para incluir plenamente a Bolívia no Mercosul. Por sua vez, promove um acordo de livre comércio com a América Central. Dias atrás, o secretário de Relações Econômicas Internacionais, Jorge Neme, visitou Honduras, El Salvador e Guatemala, avançou na abertura de mercados em diversos setores e revelou a posição que o país vai assumir na discussão do bloco.

A posição argentina é negociadora. No governo chegam a apontar que há um diálogo muito bom com o Itamaraty, que as posições extremas respondem em todo caso ao ministro da Economia do Bolsonaro, cuja proposta foi criticada por diversos setores empresariais de seu país.

Na área da Saúde, já tem se definido a data para a XLIX Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUR e Estados Associados, que vai ser desenvolvida o dia 19 de novembro de 2021. A ideia seria que seja de jeito presencial.

¹⁷ <https://www.ambito.com/economia/mercosur/flexibilizacion-y-aranceles-bajos-bolsonaro-lanza-su-agenda-n5243419>

FMI: quanto dinheiro cada país da América Latina receberá com a maior injeção de recursos que a agência já aprovou em sua história

Em 2 de agosto de 2021, o FMI aprovou a maior injeção de recursos de sua história, com US\$ 650 bilhões destinados a sustentar a recuperação econômica global e ajudar as nações que devem enfrentar níveis gigantescos de endividamento. Os recursos aprovados são uma espécie de fundo de reserva, conhecidos como Direitos Especiais de Saque (SDR), aos quais os 190 integrantes da entidade terão acesso a partir do final deste mês.

Países como Argentina, Equador ou El Salvador estão na lista das economias regionais que podem obter mais vantagens com esta injeção histórica. Cada um receberá recursos na proporção do valor que contribuem para a instituição, o que explica por que há tanta variação nos valores disponíveis para os diferentes países. É a primeira vez que o FMI faz um desembolso dessa natureza desde os US\$ 250 bilhões que emitiu logo após a crise financeira global de 2009.

A injeção de dinheiro “beneficiará todos os membros, atenderá à necessidade global de reservas de longo prazo, criará confiança e promoverá resiliência e estabilidade na economia mundial”, disse Kristalina Georgieva, diretora do FMI.

Do montante total, cerca de US\$ 275 bilhões (menos da metade) irão para mercados emergentes e países em desenvolvimento, incluindo países de baixa renda, informou a agência. Nos Estados Unidos a notícia não foi recebida com entusiasmo por alguns congressistas republicanos, argumentando que ele beneficiará adversários como China, Rússia ou Irã.

Do outro lado da discussão estão as agências humanitárias que têm defendido persistentemente a aprovação deste pacote de assistência. Eric LeCompte, diretor executivo da Jubilee USA Network, disse que a medida beneficiará os países em desenvolvimento, mas disse que não será suficiente: “Os países ricos que recebem reservas de emergência de que não precisam devem transferir esses recursos para os países em desenvolvimento que estão lutando contra a pandemia”, disse ele.

Cerca de 70% dos recursos aprovados ficarão nas mãos do grupo das 20 maiores economias do mundo e apenas 3% chegarão às nações mais pobres, segundo cálculos da Bloomberg.

Sobre o assunto, o FMI declarou que continuará tentando identificar opções viáveis para a canalização voluntária de recursos dos países mais ricos para os mais pobres, algo que por enquanto não faz parte do acordo.

A injeção de recursos do FMI se dará por meio de Direitos Especiais de Saque, que são recursos para complementar as reservas dos países. Trata-se, então, de recursos que as nações usariam para melhorar sua reserva de amortecimento fiscal de dinheiro, que permite amortecer golpes e que dá credibilidade a uma nação diante do resto do mundo.

A tabela a seguir mostra a estimativa de recursos que os países da região membros do FMI receberão, de acordo com uma análise feita por Alberto Ramos e Daniel Moreno, do banco de investimentos Goldman Sachs.

Segundo Alberto Ramos, diretor de Pesquisa Econômica para América Latina da Goldman Sachs, os principais beneficiários regionais dos recursos aprovados pelo FMI serão provavelmente Argentina, Equador e El Salvador.

O motivo? Eles têm baixas reservas como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) e consideráveis necessidades de financiamento externo, explica o economista à BBC Mundo.

A Argentina deve receber cerca de US \$ 4,3 bilhões, o que representaria um aumento considerável em suas reservas brutas. Essa injeção de recursos permitiria cumprir o cronograma de pagamento da dívida que está pendente com o próprio FMI.

O Equador, cujas reservas estão em nível baixíssimo, receberia cerca de US \$ 1 bilhão. Esses novos recursos para o Equador “contribuiriam muito para melhorar os indicadores de resiliência externa, mas, em última instância, isso deve ser complementado por políticas macroeconômicas disciplinadas e um claro impulso por reformas”, argumenta Ramos.

E El Salvador, que terá acesso a cerca de US \$ 400 milhões, permitirá aumentar em 12% seu estoque de reservas.

A Venezuela é um caso excepcional. Embora uma dotação de US\$ 5,1 bilhões corresponda a ele, o FMI não vai fornecer os recursos, diz Ramos, dada a discussão em curso sobre quem são exatamente as autoridades venezuelanas.

Se o desembolso tivesse chegado ao governo venezuelano, seria de aproximadamente 80% do estoque real de reservas internacionais. O governo venezuelano não se pronunciou sobre o assunto.

Destaques nacionais

Coronavírus em Cuba: situação crítica dos hospitais da ilha no pior momento da pandemia¹⁸

Há alguns meses, a ilha vive o momento mais crítico da pandemia e uma das piores crises de saúde da América Latina. Embora tenha conseguido conter o coronavírus durante boa parte de 2020, Cuba é atualmente o local com maior número de infecções por nível populacional de todo o continente e um dos primeiros do mundo.

Por trás da situação crítica, existem vários fatores: o país, dependente do turismo, abriu parcialmente as suas fronteiras aos visitantes com pacotes turísticos, o que permitiu a entrada de novas variantes mais contagiosas; apesar das medidas de confinamento, os cubanos tiveram que ficar em longas filas e multidões durante meses para comprar alimentos, o que facilita as infecções pessoais; o país, que desenvolveu uma estratégia de rastreamento rigorosa, apresenta limitações para a realização de testes de detecção de coronavírus, principalmente PCR. Existem relatos de pessoas na fila por horas ou dias para fazer o teste, se disponível; quase toda a população possui apenas máscaras caseiras de tecido (não se vendem cirúrgicas ou outras mais eficazes) e é escasso o acesso a sabonete para lavar as mãos e outros produtos de higiene, como o gel antibacteriano, o que favorece a transmissão do vírus e as variantes mais contagiosas; Cuba demorou a iniciar e massificar sua campanha de vacinação - foi o último país da América a fazê-lo - depois que se recusou a fazer parte do mecanismo Covax aposta no desenvolvimento de vacinas próprias que já administra à população.

Até o momento, a ilha aprovou duas vacinas de produção nacional (Abdala e Soberana 02), sendo o primeiro país do continente a fazê-lo. Atualmente é um dos países do mundo que mais administra vacinas por dia por 100 habitantes, mas o processo teve altos e baixos, como já foi dito, por falta de insumos como seringas. Esses fatores, que contribuíram para a explosão de

¹⁸ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57910943>

casos, sobrecarregaram o sistema de saúde da ilha, que já sofria com a escassez generalizada de medicamentos, falta de pessoal e graves problemas de infraestrutura.

Desde o início de julho, milhares de cubanos começaram a usar a hashtag #SOSCUBA para denunciar o colapso do sistema de saúde e solicitar a abertura de canais humanitários para a ilha. A campanha levou muitas personalidades de todo o mundo a pedir ajuda para Cuba. Países como México e Rússia enviaram suprimentos médicos e ajuda para a ilha após os protestos.

As autoridades anunciaram em meados de julho que retirariam as restrições que tinham à entrada de remédios e alimentos por parte dos passageiros, mas o impacto da medida foi limitado e os vídeos de denúncias sobre o colapso do sistema de saúde continuam se multiplicando.

O governo de Cuba anuncia a eliminação temporária das restrições alfandegárias a medicamentos e alimentos e atribuiu a situação atual ao impacto do coronavírus e ao embargo dos Estados Unidos.

Em uma aparição na televisão após os protestos de 11 de julho, o presidente Miguel Díaz-Canel assegurou que a situação atual na ilha é semelhante à vivida por outros países durante a “terceira onda” da Covid, que em Cuba foi adiada por causa de quão bem ele havia controlado a pandemia anteriormente. “Se o presidente Joseph Biden tivesse uma preocupação humanitária sincera com o povo cubano, ele poderia eliminar as 243 medidas aplicadas pelo presidente Donald Trump, incluindo as mais de 50 cruelmente impostas durante a pandemia, como um primeiro passo para acabar com o bloqueio”, escreveu ele mais tarde em sua conta do twitter.

O governo dos Estados Unidos, por sua vez, nega que as sanções estejam por trás da crise do sistema de saúde ou da escassez de remédios ou suprimentos médicos na ilha. “O embargo dos Estados Unidos permite que alimentos, remédios e outros bens humanitários cheguem a Cuba e agilizamos qualquer pedido de exportação de suprimentos humanitários ou médicos para Cuba”, disse BBC Mundo, porta-voz do Departamento de Estado.

Embora o governo atribua a situação atual ao embargo, as sanções dos Estados Unidos existem há mais de 60 anos e, nesse período, a ilha conseguiu construir um sistema de saúde reconhecido internacionalmente, com profissionais altamente qualificados e um serviço público e universal.

Depois que Cuba perdeu o financiamento que recebia da União Soviética, as coisas começaram a declinar, à medida que o país entrava em crise e perdia liquidez em moeda estrangeira. Isso tem limitado os investimentos no setor de saúde. E nos últimos anos, países aliados, como Rússia e China estão mais relutantes em vender produtos para eles devido à frequente inadimplência.

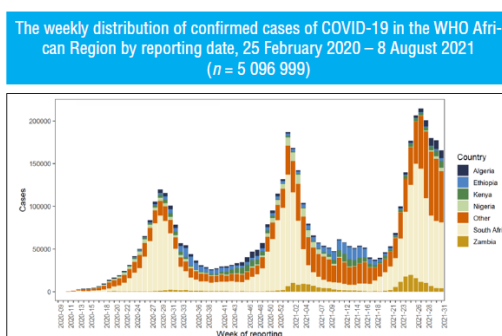
A crise na Venezuela, um importante aliado da ilha, também contribuiu para a situação atual e a queda na recessão. Isso, de acordo com o especialista, fez com que “a infraestrutura de saúde cubana tenha praticamente entrado em colapso”.

Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

A OMS AFRO

A região africana observou uma redução nos casos COVID-19 pela quarta semana consecutiva, após um aumento rápido de nove semanas na incidência de casos. O número de casos reportados diminuiu 7,0% de 177 295 casos na semana anterior a 165 349 na semana passada. Este declínio continua a ser, em grande parte impulsionada por uma rápida queda em novos casos semanais na África do Sul, mais outros países da austral do continente, como Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué. A região ainda está a experimentar a terceira vaga, com 21 países ainda a sofrer um ressurgimento. Mais de 4 547 novas mortes foram registadas, uma diminuição de 3,0% em comparação com a semana anterior.



A terceira onda da COVID-19 continua na região embora tenha havido um declínio observado de casos nas últimas três semanas. Este declínio é em grande parte impulsionado por uma rápida redução de incidência em países da parte austral da região, nomeadamente no Botswana, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué em alguns países que já começam a ver um declínio na tendência de novos casos. Um total de 21 países da região estão ainda a sofrer um ressurgimento. Mesmo com este declínio registado, a incidência continua elevada, e os países continuam a experimentar uma situação devastadora nos seus sistemas de saúde. A pandemia tem estado principalmente concentrada em zonas urbanas de muita mobilidade e alta densidade populacional.

As infecções dos trabalhadores da saúde continuam a ser relatadas em toda a região e estas continuam a ser motivo de preocupação. A fadiga, a combinação de escassez de vacinas e desafios de tratamento estão a minar seriamente a resposta eficaz à pandemia.

O caso recente da doença pelo vírus de **Marburg**, ocorrido na Guiné Conacri, é o primeiro na África Ocidental. Como se sabe, o vírus Marburg é da mesma família do que causa o Ébola, detectado menos de dois meses após se ter declarado o fim do surto nesse país. Este novo surto está a ocorrer na mesma região de Nzérékoré, onde ocorreram anteriormente dois surtos da doença pelo vírus Ebola. Morcegos da família *Pteropodidae*, considerados hospedeiros naturais do vírus Marburg, são conhecidos por habitarem na Guiné Conacri, e isto continua a ser um fator de risco de propagação de doenças zoonóticas. A região de Nzérékoré partilha a fronteira com a Serra Leoa, e está também em relativa proximidade com a fronteira liberiana, pelo que os frequentes movimentos transfronteiriços de pessoas podem resultar em mais doenças que se propagam aos países vizinhos. O ressurgimento de outra febre hemorrágica viral no país é preocupação grave porque o sistema de saúde na Guiné Conacri é frágil devido a uma sobrecarga de surtos de doenças ocorrendo simultaneamente, incluindo a pandemia de COVID-

19, febre de Lassa e sarampo. Embora o país tenha implementado medidas de fortalecimento do sistema de saúde, entre 2014 e 2016 e enfrentado surtos recentes de Ébola, existem ainda lacunas que necessitam de intervenção urgente, tais como vigilância comunitária, medidas inadequadas de prevenção e controlo de infecções.

A violência, os elevados níveis de insegurança alimentar e as inundações têm contribuído para as complexas questões humanitário no Sul do Sudão nos últimos meses. A situação de segurança continua a ser uma ameaça a civis e humanitários causando atrasos na prestação de serviços a estes últimos. Incidentes de segurança têm sido predominantemente observados nos estados da Equatória Central, Oriental, Ocidental e Jonglei. Espera-se que a insegurança alimentar afete cerca de 7,2 milhões de pessoas no país. A partir de maio-julho, muitos estados foram afetados pelas inundações, provocando o deslocamento de pessoas e condições de vida angustiantes.

A OMS continua apelando para assegurar que todos os Estados-Membros vacinem totalmente pelo menos 10% das populações vulneráveis até setembro e 30% até ao final de 2021.¹⁹

A UNIÃO AFRICANA E CDC ÁFRICA

A União Africana anuncia o início da distribuição de 400 milhões de doses de vacinas aos Estados membros da União Africana e do Caribe (Jamaica, Barbados, Guyana, St Kitts & Nevis, Trinidad & Tobago e Bahamas)

O Presidente da África do Sul e líder da União Africana para a COVID-19, anunciou o início dos envios mensais de vacinas adquiridas pela União Africana através de African Vaccine Acquisition Trust (AVAT) para os Estados-Membros no quadro do acordo para a compra de 220 milhões de doses da vacina da Johnson & Johnson, com o potencial de encomendar mais 180 milhões de doses. Esta vacina foi selecionada para esta primeira aquisição conjunta por três razões: em primeiro lugar, como vacina de dose única, é mais fácil e mais barata de administrar; em segundo lugar, a vacina tem um longo prazo de validade e condições de armazenamento favoráveis. Por último, a vacina é parcialmente fabricada no continente africano, com atividades de enchimento e finalização (fill & finish) a terem lugar na África do Sul.

Segundo o Presidente Ramaphosa: "Este é um importante passo em frente nos esforços da África para salvaguardar a saúde e o bem-estar do seu povo. Ao trabalhar em conjunto e ao reunir recursos, os países africanos conseguiram assegurar milhões de doses de vacinas produzidas aqui mesmo em África. Isto dará um impulso à luta contra a COVID-19 em todo o continente e lançará as bases para a recuperação social e económica de África".

A partir da primeira semana de agosto, as primeiras remessas mensais vão começar a chegar a vários Estados-Membros e as remessas continuarão até um total de 6,4 milhões de doses expedidas em agosto. Os carregamentos mensais continuarão e serão continuamente aumentados, com o objetivo de entregar quase 50 milhões de vacinas antes do final de dezembro. Até janeiro de 2022, o número de doses será superior a 25 milhões por mês.

Em colaboração com a Africa Medical Supplies Platform (AMSP), o UNICEF vai garantir serviços logísticos e de entrega aos Estados-Membros.

¹⁹ <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/343824/OEW32-0208082021.pdf>

Esta aquisição de vacinas é um marco único para o continente africano. É a primeira vez que a África empreendeu uma aquisição desta magnitude, envolvendo todos os Estados-Membros. É também a primeira vez que os Estados-Membros da União Africana adquirem coletivamente vacinas para imunizar um terço da população africana e levar a África a meio caminho do seu objetivo continental de vacinar pelo menos 60% da população. Os compromissos com a Covax mantêm-se para fornecimento de vacinais adicionais.

As vacinas desta nova iniciativa estão produzidas nas instalações da Aspen Pharmacare em Gqeberha, na África do Sul. Isto faz parte do esforço concertado dos países africanos para a transferência de tecnologia e Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFA) para desenvolver as próprias capacidades de fabrico.

O Sr. Strive Masiyiwa, Enviado Especial da União Africana, afirmou que "Entregar as primeiras doses aos Estados-Membros é um marco sem precedentes. Estamos a desenvolver esforços incansáveis para ajudar cada Estado-Membro a atingir o seu objetivo de imunizar 60% da população, tal como recomendado pelo CDC Africano. As vacinas de dose única adquiridas pela Johnson & Johnson através de AVAT permitir-nos-ão melhorar consideravelmente o nosso nível de vacinação em todo o continente".

Por sua vez, o Diretor do CDC África afirmou: "Durante os últimos meses, vimos o fosso de vacinação entre a África e outras partes do mundo aumentar, e uma devastadora terceira vaga atingiu o nosso continente. As entregas que começam agora vão ajudar-nos a atingir os níveis de vacinação necessários para proteger as vidas e os meios de subsistência africanos".

O acordo com a Johnson & Johnson foi tornado possível através de uma facilidade de 2 bilhões de USD concedida pelo African Export-Import Bank (Afreximbank). O Presidente do Afreximbank, disse: "O muito baixo acesso às vacinas expôs a África a uma devastadora terceira e quarta vaga. As taxas de mortalidade estão a aumentar e as economias estão a tornar-se cada vez mais vulneráveis. Estamos encorajados com o início bem-sucedido do lançamento desta iniciativa, que ajudará a conter a propagação do vírus e a proteger vidas e meios de subsistência. O Afreximbank congratula-se por ter contribuído na histórica aquisição de vacinas pela AVAT. Aguardamos com expectativa dias melhores para o nosso povo através deste esforço".

Como parte da iniciativa, a Secretária Executiva da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), Vera Songwe, afirmou: "Este é um momento de orgulho para o continente; as vacinas, parcialmente fabricadas na África do Sul, são uma verdadeira prova de que a produção local e as aquisições conjuntas, tal como previsto na Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), são fundamentais para a consecução de uma recuperação económica mais sustentável pós-Covid em todo o continente". Ainda segundo ela, a África pode criar mais de 5 milhões de empregos se forem fabricados mais produtos de saúde no continente. O papel da UNECA foi de coordenar reuniões técnicas regulares de Ministros das Finanças da União Africana, que colaboraram de uma forma sem precedentes para a consecução dos objetivos desta iniciativa.

Esta aquisição e distribuição de vacinas é também apoiada por uma parceria inovadora entre o Banco Mundial e a União Africana para acelerar o acesso às vacinas em todo o continente. Através desta parceria, o Banco Mundial apoia a iniciativa AVATT com recursos que permitem aos países comprar e distribuir vacinas para um máximo de 400 milhões de pessoas em toda a África. Por isso, o Diretor Executivo de Operações do Banco Mundial, afirmou: "O dia de hoje marca um marco importante nos esforços incansáveis da União Africana em trazer vacinas para África. O Banco Mundial está muito satisfeito por fazer parte desta campanha para

vacinar o continente africano, inclusive ajudando a financiar as compras das doses necessárias e apoiando as campanhas de vacinação".²⁰

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Foi lançada a publicação “40 Anos da SADC: Fortalecendo a **Cooperação e a Integração Regional**”, que traça a jornada percorrida desde a sua formação em abril de 1980, mostrando os principais marcos e realizações, bem como os desafios encontrados nos últimos 40 anos. O objetivo desta publicação é sensibilizar a opinião pública nacional, regional e internacional sobre esta Comunidade e a sua agenda de integração regional, apontando para a sua trajetória futura como alicerce da União Africana.

Segundo esta publicação, as intervenções regionais para abordar a situação política na República Democrática do Congo, Reino do Lesoto e o apoio ao Sara Ocidental são testemunhos de que os Estados-Membros da SADC falam a uma só voz sobre questões regionais, continentais e globais. A SADC tem lidado bem com os desafios políticos e de segurança nos Estados-Membros e tem sido capaz de resolver os seus próprios problemas sem grande interferência externa.

A paz e segurança sustentadas estão bem estabelecidas como uma componente integral do planeamento do desenvolvimento na África Austral, devido ao entendimento de que a cooperação e integração económica requerem um ambiente pacífico no qual as pessoas, incluindo mulheres e jovens, possam crescer e contribuir com todo o seu potencial.

Segundo as palavras do Presidente de Moçambique e atual Presidente em exercício da SADC, nestes 40 anos, um novo inimigo lançou um ataque surpresa à comunidade global, incluindo a África Austral, designadamente o coronavírus que causa a COVID-19. Como Estados-Membros da SADC, temos trabalhado juntos para enfrentar esta doença e manter a população segura nesta região. A nossa 40ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC foi realizada virtualmente pela primeira vez nos nossos 40 anos de história devido aos desafios colocados pela doença. Como região, continuamos vigilantes e determinados em conter a sua propagação e mitigar os seus impactos negativos nas nossas economias e na subsistência dos nossos cidadãos.

A Secretária Executiva da SADC disse que a Região da África Austral cresceu e se transformou nos últimos 40 anos, e as pessoas da região cresceram e se transformaram com ela. Deixou de ser uma organização modesta conhecida como Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), criada em abril de 1980, composta por nove Estados Membros fundadores independentes, nomeadamente Angola, Botswana, Reino de Eswatini, Reino do Lesoto, Malawi, Moçambique, República Unida do Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, para se tornar em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), criada em 1992. Ela se expandiu para se tornar um dos principais blocos de construção da desejada Comunidade Económica Africana, sob a União Africana. A SADC agora é composta por 16 das economias em rápido crescimento do continente - Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Malawi, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Desde a sua criação em 1992, a SADC adoptou vários programas para promover a integração regional e gerar riqueza e prosperidade para o povo da África Austral. A este respeito, a Industrialização, o

²⁰ [Africa announces the rollout of 400m vaccine doses to the African Union Member States and the Caribbean – Africa CDC](#)

Comércio e a Integração do Mercado, o Desenvolvimento de Infraestruturas, a Segurança Alimentar, o Desenvolvimento Social e Humano, e a Paz e Segurança têm impulsionado o Programa de Ação da SADC.²¹

Visita do Presidente de Angola a Guiné-Conacri

Presidente angolano apelou à união de esforços entre todos os países africanos para melhor explorarem os mecanismos de acesso às vacinas contra o novo coronavírus, e que *"injustamente não estão"* ao seu alcance. O Presidente angolano e também Presidente pro-tempore da CPLP, falava durante uma cerimónia realizada na Guiné-Conacri, onde foi condecorado com Grã-Cruz da Ordem Nacional. João Lourenço é o segundo cidadão angolano a ser prestigiado com esta condecoração da Guiné-Conacri, depois de António Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, no ano de 1973.

Segundo João Lourenço, o mundo tem-se deparado com a maior crise sanitária dos últimos 100 anos, que tem colocado à prova os sistemas de saúde, bem como as economias, devido a rápida propagação da Covid-19, e às restrições que são obrigados a aplicar, para reduzir ao máximo possível os danos.

Na sua intervenção apelou ainda à liberalização das patentes das vacinas contra o novo coronavírus, permitindo, com isso, o aumento da sua produção, a redução de preços e a consequente diminuição das desigualdades no acesso às vacinas, por parte dos países menos desenvolvidos como os países africanos que considera estarem a ser tratados de forma desigual.

João Lourenço fez também referência à situação de segurança em África nos últimos tempos que *"não tem evoluído tão positivamente quanto seria desejável"* apesar de algumas iniciativas desenvolvidas no sentido de inverter esta tendência.

Realçou também que outros factos importantes são dignos de menção como a realização de eleições de forma pacífica em alguns pontos do continente com historial de conflitos pós-eleitorais, facto que reforça a esperança e a ideia de que a África despertou para a necessidade de construção da estabilidade e da segurança como fatores incontornáveis para assegurar a concretização dos seus grandes objetivos de redução da pobreza, de construção do bem-estar e prosperidade dos seus cidadãos.

O Presidente angolano destacou assim a importância de um trabalho contínuo e de forma unida e conjugada, no sentido de construir um continente livre de conflitos armados, de destruição e deslocações forçadas das suas populações.

João Lourenço defende que é fundamental a adoção de formas de governação *"cada vez mais participativas, inclusivas e genuinamente africanas, de modo a contribuir para a promoção de uma cultura africana de paz, de justiça e de respeito pelos princípios dos direitos humanos"*.²²

²¹https://www.sadc.int/files/6916/2446/6301/40_Years_of_SADC-Enhancing_Regional_Cooperation_and_Integration-Portuguese.pdf

²² <https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-apela-%C3%A0-uni%C3%A3o-entre-pa%C3%ADses-africanos-para-vencer-a-pandemia/a-58716148>

A (re)ação tardia: reposta da Europa à Covid-19

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

O destaque desta edição não poderia ser outro, que não a intensidade dos desastres naturais vivenciados por alguns países do continente europeu. O sul do continente, atravessa uma onda de calor histórica que causa grandes incêndios na Grécia, Turquia e Itália, compartilhando desse mesmo drama com a Rússia. O Mecanismo Europeu de Proteção Civil foi acionado e atua na região do mediterrâneo. Grécia, Macedônia do Norte, Albânia, Itália e Turquia, contam – neste momento - com a mobilização de 14 aviões de combate à incêndios, 3 helicópteros, cerca de 1.300 equipes de resgate e 250 veículos²³. Alguns dias antes, enquanto o Informe esteve de férias, o drama foram as enchentes na Bélgica e Alemanha, que causaram destruição, desaparecimentos e quase 200 mortes.

A União Europeia parece não acreditar na reversão de cenários ambientais ou na prevenção a novas pandemias. Parece resignada ao enfatizar abordagens (e capacidade) de preparação e resposta, que buscam rapidamente remediar, mas não buscam soluções ou formas de prevenção. Se percebo isto na área ambiental, onde a liderança internacional europeia é notável, mais ainda o faço na área da saúde global, onde temas como equidade e, principalmente, redução de desigualdades, não estão encontram destaque nas pautas europeias.

No mês de julho, a UE apresentou um pacote de propostas legislativas - “Fit for 55”²⁴ - para adequar políticas de clima, energia, uso de solo, transporte e tributação, às reduções de emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 55% (em comparação com níveis de 1990) até 2030. Por meio de 13 propostas que prometem mudar o estilo de vida, a mobilidade, a produção e o comércio europeus, espera-se impulsionar o desenvolvimento de uma mobilidade verde e de energias renováveis, como a solar ou eólica. O pacote tem como um de seus pilares, o Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia, que precifica o carbono, reduz o limite para as emissões de certos setores econômicos a cada ano e pretende fazer com que grandes setores, como o do transporte marítimo e aviação, paguem para poluir.

O segundo pilar é o polêmico “Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira”²⁵ (CBAM, abordado por aqui, [na edição 9.21 de nosso Informe](#), pp 75-76), que prevê a tributação para importação de produtos selecionados - alumínio, aço, cimento, eletricidade e fertilizantes -, sob o argumento de evitar a chamada “fuga de carbono”, que impulsionaria a produção com uso intensivo de carbono para fora da Europa. Para ser viável, o CBAM deve cumprir as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Sem criar um novo imposto, o mecanismo funcionará por comercialização de certificados: os importadores da UE comprarão certificados de carbono correspondentes ao preço do carbono que teria sido pago, caso as mercadorias fossem produzidas de acordo com as regras de precificação da UE. Caso o produtor estrangeiro à UE comprove que pagou pelo carbono usado na produção dos bens, o custo pode ser deduzido para o importador da UE.²⁶ Críticos vêem a medida como protecionismo comercial disfarçado: entre os países menos desenvolvidos e mais vulneráveis às mudanças climáticas, quase todos os que estão mais expostos ao CBAM estão na África: Moçambique, Guiné, Serra Leoa, Gana e Camarões (alumínio); Zâmbia e Zimbábue (aço); Marrocos (eletricidade); e Argélia e Egito

²³ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_4121

²⁴ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_21_3541

²⁵ https://ec.europa.eu/info/files/carbon-border-adjustment-mechanism_en

²⁶ <https://www.carbonbrief.org/qa-how-fit-for-55-reforms-will-help-eu-meet-its-climate-goals>

(fertilizante). Com muitos enfrentando graves desafios fiscais relacionados à pandemia e barreiras comerciais elevadas, há um risco real de que o CBAM possa prejudicar as populações de baixa renda, caso a UE não introduza medidas de mitigação²⁷.

As proposições vão tramitar entre Estados-Membros e Parlamento Europeu, que vão negociar e discutir a transformação destas propostas em leis, num prazo que se estende até 2024. Para o Greenpeace, o pacote legislativo "não está à altura" dos desafios do combate às alterações climáticas e que está bastante aquém do que a ciência exige para limitar o aquecimento global a 1.5°C²⁸.

Já sabemos que estas contas costumam ser pagas por nós, consumidores... Para evitar aumento no preço da energia para os cidadãos europeus (e consequentes tensões sociais²⁹), a UE planeja um "fundo social de ação climática". Em artigo de opinião publicado no site do Bureau Ambiental Europeu³⁰, a Comissão está perdendo uma oportunidade histórica de eliminar os combustíveis fósseis, deixando a porta aberta para que carvão, gás e petróleo permaneçam no sistema energético da UE por pelo menos mais duas décadas, enviando a conta do poluidor pagador para os cidadãos da UE, ao continuar protegendo suas indústrias de pagar o custo total da poluição. Segundo avalia o artigo, a introdução de um Esquema de Comércio de Emissões para edifícios e transportes, ao mesmo tempo em que mantém licenças de CO2 gratuitas para a indústria e usa fundos públicos para financiar combustíveis fósseis na Europa, irá de fato transferir o custo da poluição dos poluidores reais para o consumidor final³¹.

Outro relevante pacote aprovado no período, engloba 12 Planos de Recuperação e Resiliência (PRR), sob o programa "NextGenerationEU", que destinará 750 bilhões de euros à recuperação das economias europeias, duramente atingidas pelos efeitos da pandemia. Os ministros da Economia e Finanças da UE aprovaram os planos de Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, França, Grécia, Itália, Letônia, Luxemburgo e Portugal, que terão metas a cumprir e objetivos a atingir, conforme o conteúdo dos planos aprovados. Após a aprovação dos planos, a Comissão Europeia firmará os acordos de financiamento e/ou empréstimo com os Estados-membros, para regular as transferências. Até o momento, 25 países já submeteram seus planos de recuperação e 16 já receberam o aval da Comissão. Desde o começo de agosto, os tão esperados desembolsos começaram a ser parcialmente feitos pela Comissão, agraciando a Bélgica (€ 770 milhões)³², Luxemburgo (€ 12,1 milhões)³³, Portugal (€ 2,2 bilhões)³⁴ e Grécia (€ 4 bilhões)³⁵. Novos desembolsos serão autorizados pela Comissão com base na implementação dos investimentos e reformas descritos nos planos de recuperação e resiliência.

Como já visto no começo desta edição, o apoio financeiro prestado pela Comissão Europeia também se manifesta na forma de serviço. O Pacote de Mobilidade do Instrumento de

²⁷ <https://ecfr.eu/article/the-fit-for-55-package-a-diplomatic-tightrope/>

²⁸ <https://pt.euronews.com/2021/07/14/ce-revela-propostas-legislativas-para-cortar-55-das-emissoes-ate-2030>

²⁹ <https://www.ceps.eu/fit-for-55-is-the-european-green-deal-really-leaving-no-one-behind/>

³⁰ <https://eeb.org/eus-fit-for-55-is-unfit-and-unfair-ngos-say/>

³¹ <https://eeb.org/eus-fit-for-55-is-unfit-and-unfair-ngos-say/>

³² https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_4023

³³ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_4024

³⁴ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_4025

³⁵ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_21_4068

Apoio a Emergências³⁶, destinou mais de 14 milhões de euros ao transporte de equipamentos relacionados à vacinação e terapêuticas de enfrentamento à Covid-19. Somando-se aos € 150 milhões já disponibilizados para o transporte de artigos médicos essenciais desde o ano passado, a União Europeia demonstra a força de suas engrenagens regionais.

Sob o escopo da Estratégia Europeia³⁷ para acelerar o desenvolvimento, a fabricação e a implantação de vacinas seguras e eficazes contra a Covid-19, a Comissão aprovou seu sétimo *Advanced Purchase Agreement (APA)*, para garantir a compra de 100 milhões de doses da vacina norte-americana Novavax, com opção de 100 milhões de doses adicionais ao longo de 2021, 2022 e 2023, após aprovação pela EMA. Por meio destes acordos de compras antecipadas, a Comissão financia parte dos custos iniciais de produção da vacina, em troca do direito de comprar um determinado número de doses em um determinado prazo. Este contrato complementa um já amplo portfólio de vacinas a serem produzidas na Europa, incluindo aqueles firmados com AstraZeneca, Sanofi-GSK, Janssen Pharmaceutica NV, BioNtech-Pfizer, CureVac, Moderna e as negociações exploratórias concluídas com a francesa Valneva³⁸.

A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) aprovou o uso vacina anti-Covid da Moderna, Spikevax, para jovens entre 12 e 17 anos³⁹, a segunda autorizada para adolescentes nos 27 países da União Europeia (a Pfizer/BioNTech foi a primeira). A vacina será administrada aos adolescentes seguindo o mesmo protocolo que para os maiores de 18 anos: duas doses no músculo do braço, com quatro semanas de intervalo. O estudo envolveu 3.732 adolescentes e mostrou que a Spikevax produziu, nos jovens de 12 a 17 anos, uma resposta de anticorpos comparável à observada em jovens adultos de 18 a 25 anos. Nenhum dos 2.163 adolescentes que receberam a vacina desenvolveu a doença, em comparação com quatro das 1.073 crianças que receberam placebo. Estes resultados permitiram concluir que a eficácia da Spikevax em jovens dos 12 aos 17 anos é semelhante à dos adultos. Os efeitos colaterais mais frequentes observados foram semelhantes aos das pessoas com 18 ou mais anos, incluindo dor e inchaço no local da injeção, cansaço, dor de cabeça, dores musculares e articulares, aumento dos gânglios linfáticos, calafrios, náuseas, vômitos e febre. Esses efeitos são geralmente leves ou moderados e melhoram alguns dias após a vacinação⁴⁰.

Para finalizar os conteúdos relativos à UE, vale comentar que o bloco conseguiu vacinar 70% de seus adultos com pelo menos uma dose e 57% deles já contam com a proteção integral da dupla vacinação⁴¹. Enquanto isso, na Região Europeia da OMS, a cobertura vacinal ainda é baixa em alguns países, inclusive entre os grupos prioritários e apenas um terço de sua população adulta completou o esquema vacinal⁴². O número de casos de Covid-19 na Região

³⁶ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_3963: “O Instrumento de Apoio de Emergência (ESI) faz parte de uma vasta gama de instrumentos de assistência da UE, como o Mecanismo de Proteção Civil da UE, incluindo o salvEU; os Procedimentos de Aquisição Conjunta e a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus, ao mesmo tempo que complementa os esforços nacionais dos Estados-Membros. O ESI permite à União Europeia apoiar os seus Estados-Membros quando uma crise atinge uma escala e impacto excepcionais, com consequências abrangentes para a vida dos cidadãos. Em abril de 2020, o ESI foi ativado para ajudar os países da UE a enfrentar a pandemia do coronavírus”.

³⁷ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1597339415327&uri=CELEX:52020DC0245>

³⁸ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_4061

³⁹ <https://www.ema.europa.eu/en/news/covid-19-vaccine-spikevax-approved-children-aged-12-17-eu>

⁴⁰ <https://www.ema.europa.eu/en/news/covid-19-vaccine-spikevax-approved-children-aged-12-17-eu>

⁴¹ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement_21_3921

⁴² https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2021/who-recommends-continuing-breastfeeding-during-covid-19-infection-and-after-vaccination?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=1cd4a5dbcc-

ultrapassou a marca de 60 milhões desde o início da pandemia e mais de 1,2 milhão de pessoas morreram pela doença⁴³.

Ainda sobre vacinação, a OMS Europa afirma que a amamentação não precisa ser interrompida durante a infecção por Covid-19, nem após a vacinação da mãe. O Sars-Cov-2 não foi detectado no leite materno, de acordo com um número limitado de estudos até o momento, indicando que é seguro continuar a amamentar, com os cuidados recomendados, mesmo que a mãe desenvolva Covid-19. As taxas de aleitamento materno exclusivo na Região Europeia da OMS (compreendendo 53 países) são as mais baixas de todas as regiões da OMS, com apenas 13% das crianças amamentadas exclusivamente durante os primeiros 6 meses. Para marcar a Semana Mundial da Amamentação, a OMS Europa está exortando as mulheres que amamentam a se vacinarem contra a Covid-19. A OMS não recomenda a interrupção da amamentação por causa da vacinação⁴⁴.

News_highlights_January_2018_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-1cd4a5dbcc-110576762

⁴³ https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2021/covid-19-cases-top-60-million-in-european-region,-says-who-europe?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=1cd4a5dbcc-News_highlights_January_2018_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-1cd4a5dbcc-110576762

⁴⁴ https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2021/who-recommends-continuing-breastfeeding-during-covid-19-infection-and-after-vaccination?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=1cd4a5dbcc-News_highlights_January_2018_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-1cd4a5dbcc-110576762

Em meio à luta contra variante Delta, a humanidade é cobrada por anos de destruição, descaso e negligência contra o planeta: Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Lúcia Marques

Os eventos climáticos que o planeta está vivendo dariam um excelente filme-catástrofe de fim-de-mundo. Os recordes de calor; rios e lagos secando; tempestades de areia e poeira⁴⁵, incêndios florestais; chuvas torrenciais, acompanhadas de tempestades e tufões cada vez mais fortes; inundações e deslizamentos; derretimento mais rápido dos gelos polares⁴⁶ e do permafrost; e as mudanças nas temperaturas dos oceanos indicam que o clima da Terra entrou em uma fase sem precedentes ao longo de alguns milhares de anos. Só que não é roteiro de filme apocalíptico. O planeta está aquecendo mais rápido que se imaginava e dá sinais de que as mudanças podem ser mais intensas do que as previstas pelos cenários mais ruins⁴⁷. Eventos climáticos extremos estão se tornando mais comuns. O [6º relatório da avaliação \(AR6\)](#) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, divulgado nesta segunda semana de agosto, é claro: a mudança climática generalizada, rápida, que vem se intensificando, é sem precedentes nos últimos 6.500 anos. E está claro que as ações do homem são a principal causa da aceleração.

A seca e o calor extremo - pior em décadas, com temperaturas que chegam a 50° em vários lugares -, provocam enormes incêndios na Turquia, Grécia e na Sibéria, onde o calor recorde derrete o permafrost, liberando grandes quantidades de gás metano, que contribuem ainda mais para o aquecimento global. Nos países do Golfo e da Ásia Central, a seca se reflete em falta de energia e perda de lavouras e de animais de corte e de leite (Irã, Iraque). Na Ásia Sudeste, as chuvas torrenciais são as piores dos últimos 40 anos: enchentes, tempestades, deslizamentos causam catástrofes na China, Índia, Japão, Bangladesh

Em meio ao caos climático, com muitas perdas de vidas e de infraestruturas, os países da Ásia Pacífico e da Ásia Central lutam contra a maior onda de novos casos de COVID-19, por conta da variante Delta, mais contagiosa, que se espalha com mais velocidade e ameaça áreas com baixa vacinação. No Oriente Médio, os países que foram rápidos em fechar suas fronteiras e aeroportos e com maior número de vacinados estão se saindo melhor na batalha contra a variante virulenta. Outros como Iraque, Afeganistão, Síria, Yémen, Territórios Palestinos e Líbano, no OM, Myanmar, Malásia, na AP, travam outras lutas, além da batalha contra a pandemia: seca e falta de energia, crise econômica, escassez de alimentos, conflitos armados.

A relutância dos países ricos em distribuir seu excesso de vacinas contra o coronavírus para as nações mais pobres gerou alertas de organizações financeiras (OMC, FMI) e de saúde globais sobre os perigos que estão por vir se a vacinação não atingir o maior número de pessoas

⁴⁵ Tempestades de areia e poeira são perigos meteorológicos comuns em regiões áridas e semiáridas. Geralmente são causados por tempestades - ou fortes gradientes de pressão associados a ciclones - que aumentam a velocidade do vento em uma área ampla. Os fatores mais importantes das tempestades de poeira são a degradação do solo, desertificação, mudança climática, solo insustentável e uso de água, ventos fortes, aumento da seca e sua severidade ao longo do tempo. Estudos demonstraram que 40% das fontes críticas de poeira são pântanos secos. Além de provocar doenças respiratórias, pode facilitar transmitir doenças infecciosas, como meningite, febre do Nilo e fungos.

<https://www.tehrantimes.com/news/463794/Borderless-collaboration-for-a-borderless-disaster>

⁴⁶ <http://polarportal.dk/en/greenland/surface-conditions/>

⁴⁷ <https://g1.globo.com/natureza/aquecimento-global/noticia/2021/07/28/mudancas-climaticas-os-preocupantes-sinais-que-unem-frio-recorde-no-brasil-a-enchentes-e-calor-pelo-mundo.ghtml>

ao redor do mundo; as disparidades globais nas taxas de vacinas da Covid terão um impacto internacional na recuperação econômica da pandemia. Para o chefe da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, “a falha em garantir o acesso global às vacinas representa uma séria ameaça à economia global e à saúde pública”. Outra opção seria a transferência de tecnologia, para que os países pudessem produzir suas próprias vacinas⁴⁸

E, apesar da Organização Mundial da Saúde pedir “moratória” de vacina⁴⁹, pelo menos até o final de setembro, para que os países pobres possam vacinar parte da sua população, vários países seguem os planos de aplicar (ou já iniciaram a aplicação) doses de reforço. Malásia⁵⁰, Camboja, Israel, Singapura, Indonésia, Rússia, Emirados Árabes, Tailândia, Bahrein, se unem o Reino Unido, França, Alemanha, Suécia, Chile.

Na contramão, China anuncia que pretende fornecer duas doses de vacina para todo o mundo ainda em 2021⁵¹. Em sua mensagem, escrita para o Fórum Internacional de Cooperação de Vacinas COVID-19, Xi Jinping também disse que a China doaria US\$ 100 milhões para iniciativa COVAX. O encontro teve como objetivo ampliar o acesso a vacinas, sobretudo nos países em desenvolvimento, por meio da distribuição equitativa e da cooperação tecnológica. Além da China, os parceiros da Sinovac na Indonésia, Brasil, Turquia, Malásia e Egito também participarão na produção dessas doses. O evento reuniu ministros de diversas nações em desenvolvimento – Brasil presente - e representantes de organismos internacionais, entre eles, o Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, e o Diretor-Geral da OMS, Tedros.

Mudanças Climáticas - As consequências da inação: ainda há tempo?

A temperatura da [Terra](#) já subiu cerca de 1,2°C desde o início da era industrial, e as temperaturas devem continuar aumentando a menos que os governos ao redor do mundo tomem medidas para reduzir as emissões. Intensificados nas últimas décadas, a queima de combustíveis fósseis (como o petróleo e o carvão) e o desmatamento ampliam a quantidade na atmosfera de gases causadores do chamado efeito estufa. Esses gases dificultam a dispersão do calor dos raios solares que atingem o planeta, o que tende a aumentar a temperatura no globo como um todo. Temperaturas mais altas, por sua vez, aceleram a evaporação da água, o que facilita a ocorrência de temporais.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU divulgou o relatório do Grupo de Trabalho 1 ([WGI](#)), que compõe o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC⁵². O documento [IPCC AR6 “Mudanças Climáticas 2021: a Base das Ciências Físicas”](#) incorpora evidências baseadas na ciência e faz a compilação e análise do estado atual das mudanças

⁴⁸<https://www.tehrantimes.com/news/463613/Experts-sound-alarm-of-global-consequences-over-vaccine-inequality>

⁴⁹ <https://www.straitstimes.com/world/ignoring-who-call-major-nations-stick-to-vaccine-booster-plans>

⁵⁰ <https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/malaysia-mulls-over-need-for-covid-19-booster-jabs-announcement-expected>

⁵¹ [Xi diz que a China pretende fornecer 2 doses de vacina COVID-19 para o mundo em 2021 - CCTV | Reuters](#)

⁵² O relatório analisa as mudanças ocasionadas pelas emissões de gases do efeito estufa e aerossóis na atmosfera, as alterações observadas nas áreas continentais e oceanos; o aumento no nível dos mares; derretimento de geleiras; alterações na biogeoquímica dos ecossistemas, ciclo de carbono, modelagem e projeções climáticas, perspectiva histórica e paleoclimáticas sobre as alterações climáticas, causas e atribuição. O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC reúne os relatórios dos outros dois grupos de trabalho: [WGII](#) - Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade, [WGIII](#) - Mitigação das Mudanças Climáticas; e os três Relatórios Especiais: Aquecimento Global de 1,5°C, Mudança Climática e Terra, O Oceano e Criosfera em um Clima em Mudança.

climáticas, o papel da influência humana e os possíveis futuros climáticos. O pesquisador climático, Jeferson Simões, coordenador do [Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera](#), da UFRGS, analisou as evidências trazidas pelo relatório e traz alertas mais contundentes sobre a rapidez com que o planeta está aquecendo e quão danoso podem ser os impactos: o degelo do permafrost é irreversível e a retração das geleiras de montanhas extrapolares e polares vai continuar por décadas e já é sem precedentes pelo menos nos últimos 2.000 anos.

No presente, os desastres climáticos impactam em perdas de vidas humanas e da biodiversidade, no curto, médio e longo prazo, a escassez do ouro azul e o aumento do nível do mar podem causar migração climática, insegurança alimentar e, conseqüentemente, conflitos.

“Mesmo enquanto o mundo trabalha para interromper o novo coronavírus e começar a se recuperar dele, também precisamos agir agora para evitar um desastre climático, criando e implantando inovações que nos permitirão eliminar nossas emissões de gases de efeito estufa.” Escreveu Bill Gates⁵³ em seu blog; há um ano atrás, e ele faz três recomendações: deixe a ciência e a inovação liderarem o caminho; certifique-se de que as soluções funcionem também para os países pobres; comece agora.

Estamos no ano da [COP26](#)⁵⁴ que acontecerá em Glasgow entre 1º e 12 de novembro de 2021, sob a presidência do Reino Unido. Vários eventos e reuniões vêm acontecendo como preparatórias para a conferência. A primeira delas foi organizada pelos EUA, em abril – lei mais sobre a Cúpula da Terra nos [Cadernos CRIS 7/2021](#), página 71.

Foi na COP21, em Paris, que foram definidas algumas metas para impedir uma mudança climática catastrófica – Acordo de Paris 2015. Na ocasião, todos os signatários concordaram em: reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa; ampliar a produção de energia renovável; destinar bilhões de dólares para ajudar países pobres a lidar com o impacto da mudança climática. Também foi acordado que de cinco em cinco anos haveria uma análise do progresso atingido. Portanto, a COP26 será a primeira revisão e será à luz dos recentes eventos climáticos extremos e após a volta dos EUA, de Joe Biden, ao Acordo de Paris.

O degelo do permafrost siberiano

Cobrindo 18 milhões de quilômetros quadrados, as áreas de permafrost do Ártico estão aquecendo e degelando desde os anos 1980 e, no verão siberiano de 2020, houve um aumento significativo das áreas de degelo e muito metano foi liberado. Há grandes incertezas sobre o tamanho dos estoques de carbono e a magnitude das possíveis emissões de metano. Assim, de acordo com o último relatório do [PNUS](#), o aquecimento global antropogênico pode ser acelerado pela liberação do gás metano termogênico na atmosfera.

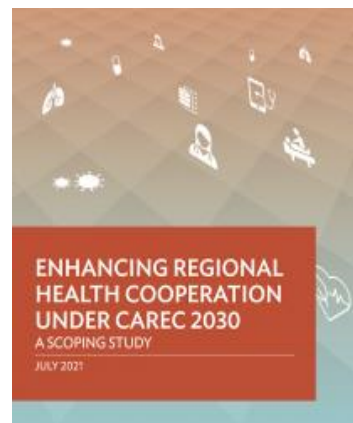
O permafrost congelado há milhares de anos é praticamente impermeável aos gases, funcionando como tampa que contém os gases metanos em seus reservatórios. Com o degelo, o carbono total liberado a cada ano pode rivalizar com as emissões atuais de todos os países da União Europeia até o final do século – e vai amplificar as mudanças climáticas futuras: os eventos climáticos extremos tendem a se tornar cada vez mais poderosos e mais frequentes.

Ásia Central - cooperação regional no setor da saúde como uma prioridade estratégica

⁵³ <https://www.gatesnotes.com/Energy/Climate-and-COVID-19>

⁵⁴ 26ª conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

O estudo [Estratégia 2030](#), no âmbito da [CAREC](#) (Cooperação Econômica na Região da Ásia Central) – Programa Sub-regional em parceria com o [Banco Asiático de Desenvolvimento](#) (ADB), explora o potencial e as oportunidades para promover a cooperação regional no setor da saúde como uma prioridade operacional na Ásia Central. Ele analisa especificamente a carga das doenças transmissíveis e não transmissíveis e seus fatores de risco, juntamente com o progresso e os desafios no desenvolvimento dos sistemas de saúde na região do CAREC, que reúne 11 países⁵⁵. Com base na avaliação, o estudo recomenda o fortalecimento da segurança sanitária regional; desenvolvimento de sistemas de saúde por meio da cooperação regional; e melhoria dos serviços de saúde para migrantes, populações móveis e comunidades fronteiriças.



<http://dx.doi.org/10.22617/TCS210237-2>

A cooperação entre os países mais uma vez provou ser uma necessidade para enfrentar as ameaças regionais à saúde e salvaguardar a saúde da população. Também pode ajudar a encontrar soluções para outros desafios, como lidar com doenças não transmissíveis (DNTs). Assim, a cooperação em saúde foi identificada como uma nova área prioritária, inclusive pode ajudar seus países membros a alcançar as metas da Agenda 2030. Bons vizinhos, bons parceiros, boas perspectivas.

O estudo analisa o progresso e os desafios do setor de saúde. revela a extensão da carga de DNTs e doenças transmissíveis na região e pontos fortes relacionados e fragilidades dos sistemas de saúde. Ele identifica as seguintes áreas estratégicas no avanço regional cooperação em saúde: (i) fortalecimento da segurança sanitária regional; (ii) desenvolver sistemas de saúde por meio de cooperação regional; e (iii) melhorar os serviços de saúde para migrantes, populações móveis e de fronteira comunidades. O estudo propõe a criação de um grupo de trabalho para a saúde composto por representantes da área dos países da CAREC. Dada a pandemia COVID-19, as atividades iniciais de cooperação regional podem se concentrar em fortalecimento da preparação regional e resiliência para doenças infecciosas emergentes e contínuas.

ENREDOS DA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NA ÁSIA PACÍFICO

Myanmar – Diplomata de Brunei será o negociador da ASEAN para a crise

Desde 1º de fevereiro, quando os militares tomaram o poder, com a prisão dos principais membros do governo legalmente eleito, a situação no país asiático vai de mal a pior: as manifestações populares foram reprimidas com violência, deixando mais de 900 mortos e centenas de presos e uma profunda crise econômica⁵⁶. E ainda enfrenta a Covid-19, que se agrava, com falta de profissionais da saúde.

⁵⁵ Afeganistão, Azerbaijão, China, Geórgia, Cazaquistão, Mongólia, Paquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão

⁵⁶ <https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/people-in-myanmar-wait-hours-to-withdraw-cash-but-most-atms-are-empty>

Após meses de atraso, a ASEAN⁵⁷ escolheu o Ministro das Relações Exteriores de Brunei como enviado especial a Myanmar como facilitador entre todas as partes, para que cessem a violência e comecem um diálogo construtivo para uma solução pacífica. A designação aconteceu durante a [28ª Reunião do Fórum Regional da ASEAN](#) (ARF) realizada neste início de agosto. Ficou acordado que o bloco econômico também prestará assistência humanitária. O diplomata brunei tem um difícil trabalho pela frente. Construir a confiança de todas as partes interessadas será mais fácil do que equilibrar o diálogo com o governo militar de forma que a mediação não seja interpretada como aceitação do governo golpista como governo oficial

Rohingya – as pessoas que ninguém quer e as monções não estão ajudando

O maior assentamento de refugiados do mundo está em Bangladesh, e corre o risco de ser lavado pelas chuvas incessantes das últimas semanas. A vida de mais de 1 milhão de Rohingya, que vivem em campos lotados na região de Bazar de Cox, em Bangladesh, ficou ainda mais precária. De acordo com a [Organização Internacional para as Migrações das Nações Unidas \(OIM\)](#), mais de 21.000 refugiados Rohingya foram afetados e quase 4.000 abrigos foram destruídos. Centros de distribuição de alimentos, unidades de saúde e pontos de água foram danificados durante três dias de chuva sem parar. Deslizamentos de terra e inundações estão dificultando a evacuação dos refugiados para áreas mais seguras e dificultando também a chegada de socorro. Bazar de Cox é uma região de poucos recursos e vulnerável a eventos climáticos extremos.⁵⁸ A COVID-19 já vinha causando preocupação e sobrecarregado o governo bangladês.

Sem nenhuma solução à vista para repatriação dos refugiados, Bangladesh tem tido cada vez mais dificuldade em obter recursos para a manutenção desses refugiados, cujo número continua aumentando. As monções só agravaram o problema. Uma recente proposta do Banco Mundial (BM) sobre a questão Rohingya fez com que aumentasse a tensão/preocupação do governo anfitrião. O BM, em seu documento [Quadro de Revisão da Política de Refugiados](#), encaminhado ao Ministro das Finanças de Bangladesh, sugeriu, entre outras coisas, que sejam criadas disposições para que as pessoas deslocadas à força (os Rohingya) comprem e aluguem terras em Bangladesh sem restrições de localização ou duração.

O documento de 33 páginas integra o programa de longo prazo do Banco Mundial para apoio aos 16 países anfitriões, em todo o mundo, em seus esforços para fortalecer políticas e instituições relevantes para gerenciar melhor a situação. A revisão para Bangladesh resume as políticas, práticas e implementação existentes. O Ministro das Relações Exteriores de Bangladesh, Dr. AK Abdul Momen, [deixou claro](#) que Bangladesh não estava de acordo com tais propostas e que as ideias do Banco Mundial que não correspondiam às do governo. “Os

⁵⁷ Associação das Nações do Sudeste Asiático: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia, Vietnam.

⁵⁸ O ACNUR equipou mais de 80.000 famílias de refugiados com kits de abrigo atualizados, que incluem varas de bambu, cordas, lonas para abrigos, sacos de areia e ferramentas. O governo de Bangladesh, apoiado pelo ACNUR e seus parceiros, acrescentou 32 quilômetros de estradas de tijolos e caminhos pedonais, 91 quilômetros de dutos de drenagem e construiu 45 quilômetros de degraus ao longo do assentamento. Sessenta e três quilômetros de muros de contenção e estruturas foram construídos. Noventa e quatro quilômetros de drenagem concluídos ou reparados e 2.324 metros de pontes montadas. O ACNUR também pré-posicionou estrategicamente 116 contêineres de armazenamento com ajuda de emergência e atualizou 20 prédios e instalações da comunidade nas comunidades anfitriãs de Bangladesh. <https://www.acnur.org/portugues/rohingya/>

Rohingya não são refugiados aqui. São perseguidos e deslocados e se abrigam aqui temporariamente. A única solução é a repatriação, não a integração”.

Esse é o maior problema. Os Rohingya não são reconhecidos como cidadãos em seu próprio país. Os Rohingya são um grupo étnico, de maioria muçumana, que viviam há séculos em Myanmar, antiga Birmânia, como um dos 135 grupos étnicos oficiais. No entanto desde a implantação da lei de cidadania, de 1982, a cidadania birmanesa foi negada ao Rohingya⁵⁹ e hoje são o maior grupo apátrida, segundo a ACNUR e OIM. Como não-cidadãos, sofreram, desde 2012, perseguições promovidas pelas forças de segurança de Myanmar, de maioria budista extremista, envolvendo atos de crueldade, violência, estupro e inúmeras mortes, forçando dezenas de milhares de Rohingya a fugir para Bangladesh, Malásia, Tailândia e Indonésia. A [limpeza étnica](#) e religiosa foi considerada crime contra a humanidade e genocídio.



Os Rohingya fugiram não apenas para Bangladesh, mas em grande número também para a Malásia. Há cerca de 40 mil na Índia, dos quais 20 mil vieram após o êxodo de 2017; algumas centenas foram para a Tailândia e Indonésia e alguns até desembarcaram no Nepal. Onde quer que os Rohingya estejam, suas condições são precárias, e não é apenas por causa de ameaças de segurança ou monções, deslizamentos de terra e inundações, mas porque os Rohingya são um povo que não tem

esperança de pertencer a qualquer lugar do mundo; eles não têm nacionalidade; eles não podem ter nacionalidade. São pessoas que ninguém quer.

Geopolítica do microchip - cabo-de-guerra entre China X EUA

Os Estados Unidos estão cercado pelos quatro lados e jogando todas as suas fichas na disputa contra o rival oriental. A pressão tem sido intensa e envolve articulação com países aliados, conquistar novos aliados, ações de demonstração de força militar, acusações sobre direitos humanos e sanções. Essa pressão tem um único motivo: o futuro da tecnologia. Semicondutores e microchips⁶⁰ - quanto menores, maior o desempenho com menor consumo energético, velocidade e maior volume de dados, possibilitando mais dispositivos por km² -; computação quântica⁶¹; e o 5G – 5ª geração de tecnologia de rede de rádio, chamada de Internet

⁵⁹ Entre outras coisas, a lei, ainda válida, dizia que os Rohingyas só podiam preencher o formulário para ter cartão de cidadão caso conseguissem falar uma língua oficialmente reconhecida e provassem que os seus antecessores viviam no país antes da independência. Mas a maioria nunca sequer teve acesso à papelada necessária para satisfazer os requisitos e foi considerada apátrida.

<https://observador.pt/2017/09/13/quem-sao-os-rohingya-e-por-que-fogem-de-myanmar/>

⁶⁰ Os mais avançados têm 7 nanômetros. Um nanômetro equivale a cerca de um bilionésimo de metro – Samsung, na Coreia do Sul, e TSMC, em Taiwan, já começam a produzir chips de 5 nm.

⁶¹ Sistema computacional que não usa o cálculo tradicional binário do 1 e do 0. Usa uma partícula de nível subatômico denominada **qubit**. A supremacia quântica é o momento em que um computador quântico consegue resolver com grande agilidade uma tarefa que seria impossível de ser concluída por um

das Coisas, vai acelerar a automação das indústrias, portos e armazéns, assistência médica remota, cirurgias robóticas, cidades inteligentes.

A China detém tecnologia 5G, mas importa os [microchips](#). As sanções americanas⁶² cortaram o acesso da China a chips avançados – a rede para fabricação envolve vários países - e Pequim está longe de conseguir fabricá-los. A chinesa SMIC, instalada em Xangai, produz chips de 14nm. A sanção mais recente impede que a empresa holandesa ASML venda para a China a “máquina” de litografia que usa a luz ultravioleta para imprimir as sequencias nos chips - custa mais de 150 milhões de dólares. Seu transporte requer 40 contêineres, 20 caminhões e três Boeing 747. O governo Trump pressionou com sucesso o governo holandês a bloquear os embarques dessa máquina para a China em 2019, e o governo Biden não deu sinais de reverter essa posição.

Ações militares no Mar da Meridional da China e Indo-Pacífico

Um exercício militar em larga escala – o maior em décadas –, envolvendo 36 navios, porta-aviões, submarinos, pousos anfíbios e manobras aéreas e terrestres, dos EUA, Japão, Reino Unido, Austrália, Indonésia, Filipinas, Índia. Analistas dizem que os exercícios em larga escala sinalizam apoio dos EUA aos aliados na região, bem como uma demonstração de força para a China, à medida que as tensões aumentam sobre questões como comércio, tecnologia, ataques cibernéticos, pandemia Covid-19 e direitos humanos. Para Zhou Chenming, um analista militar de Pequim, disse que os militares dos EUA realizaram muitos exercícios no Indo-Pacífico como parte da demonstração global de poder de Washington. "A presença militar dos EUA na Ásia-Pacífico recentemente não é suficiente, então eles precisam usar esses tipos de exercícios para provar a si mesmos."⁶³

O Primeiro-Ministro de Singapura, Lee Hsien Loong, tem sido uma voz para evitar um confronto que poderia obrigar as nações menores a escolher um dos lados. Não é a primeira vez que o premier faz esse alerta. Singapura é uma das 10 nações da ASEAN. O governo americano segue tentando pressionar a ASEAN para se posicionar contra a China. Mas isso é muito mais difícil. A ASEAN tem objetivos mais práticos.

Asean e RCEP - o Século Asiático

Recuperar a economia, com crescimento mais inclusivo e sustentável é a principal meta das 10 nações da ASEAN e dos cinco parceiros que aderiram à Parceria Econômica Global Abrangente (RCEP - Regional Comprehensive Economic Partnership), o mais novo e maior bloco econômico e comercial do mundo. O objetivo da iniciativa é fazer com que o fluxo de bens e capitais na região seja tão livre como em uma única economia. O bloco foi projetado para reduzir custos e tempo para empresas e comerciantes, permitindo que exportem seus produtos para

computador clássico de alta potência; usadas para pesquisas científicas no ramo da biologia, meteorologia, astronomia e ciência molecular

⁶² O Acordo de Wassenaar, entre EUA e 41 aliados, restringiu exportação de tecnologias de uso duplo para países comunistas.

⁶³ A China e vários de seus vizinhos estão envolvidos em uma disputa de décadas sobre quem controla o Mar do Sul da China. A China reivindica a maior parte do mar como seu território, mas Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei e Taiwan dizem que partes do mar pertencem a eles. As tensões aumentaram ao longo dos anos e resultaram em vários confrontos, bem como no envolvimento dos EUA. O *South China Morning Post* analisa as origens da disputa, pelo que esses países estão lutando e o que estão fazendo para afirmar suas reivindicações territoriais. [Enquanto os EUA lançam uma enorme broca indo-pacífica, qual é a mensagem para a China | ? South China Morning Post \(scmp.com\)](#)

qualquer nação signatária, sem atender a requisitos separados para cada país. A RCEP corresponde a mais de 30% do PIB mundial e quase 1/3 da população do planeta, além de reunir muitas das maiores e mais pujantes economias da região Ásia-Pacífico, que deixaram diferenças geopolíticas de lado para concretizar o acordo econômico idealizado pela China.

Significativamente, também, o RCEP representa o primeiro acordo de livre comércio entre China, Japão e Coreia do Sul, potências econômicas industrializadas da Ásia. O pacto não deve apenas ajudar as nações da ASEAN a se recuperar no ano que vem da devastação econômica da pandemia, mas também destaca simbolicamente a importância da região no que alguns analistas ainda acreditam que ficará conhecido como o “Século Asiático”.⁶⁴ E Estados Unidos não fazem parte.

Para informar melhor as comunidades empresariais sobre como utilizar o RCEP em seus negócios, a ASEAN planejou uma série de [webinars](#) sobre a parceria. O primeiro “Desbloqueando RCEP para Negócios: Comércio de Bens” aconteceu neste final de julho.

Conselho de Segurança da ONU sob presidência da Índia⁶⁵

Seguindo a tradição de rodízio, neste mês de agosto, a presidência do Conselho de Segurança da ONU está com a Índia. A segurança marítima, a manutenção da paz e o contraterrorismo estão no topo da agenda do Ministério das Relações Exteriores indiano.

Em seu primeiro discurso, o diplomata indiano, embaixador TS Tirumurti, disse que a comunidade internacional já reconheceu que a ameaça do terrorismo é grave e universal, e só pode ser derrotada por esforços coletivos de todos os Estados membros da ONU, sem exceção. É preciso lutar contra o flagelo do terrorismo em vez de dar nomes, como nacionalismo violento ou extremismo de direita⁶⁶. Falou do aumento das fobias religiosas. Acrescentou que é hora de chamar aqueles que abrigam terroristas, que dão apoio material, ideológico e financeiro – alertou para o uso indevido dos mecanismos de internet – mídias sociais, moedas e pagamentos digitais – e uso de drones. Os terroristas estão mais sofisticados.

A violência do Talibã no Afeganistão foi tema de sessão de emergência⁶⁷. Os países pressionam por um cessar-fogo imediato e abrangente. As 15 nações do conselho já declararam que não apoiam a restauração do Emirado Islâmico. E, consideram que não há solução militar para o conflito – haja vista que 20 anos de ocupação não resolveu. A China tem se tornado um ator importante para o diálogo intra-afegãs, pois mantém boas relações com os diferentes atores

A Índia tem muitas preocupações e a maioria envolve a China e suas relações: com o Irã, com o Talibã e com o governo afegão, com o Paquistão⁶⁸, com Rússia. A estabilidade no Afeganistão interessa muito à Índia, pois lhe dá acesso à Ásia Central e à Eurásia. A conectividade

⁶⁴ <https://www.fazcomex.com.br/blog/rcep-formado-o-maior-bloco-comercial-do-mundo/>

⁶⁵ [A agenda de três pontos da Índia no Conselho de Segurança da ONU | o que esperar durante a Presidência de Agosto - India News \(indiatoday.in\)](#)

⁶⁶ Recentemente a imprensa nacional indiana e internacional acusou o Primeiro-Ministro Narendra Modi de agir com violência, repressão e prisão daqueles que criticaram seu governo e suas ações durante a pandemia.

⁶⁷ [Ministro das Relações Exteriores afegão fala ao EAM Jaishankar, mulls sessão de emergência do CSN sobre a situação do Afeganistão - India News \(indiatoday.in\)](#)

⁶⁸ <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3142596/china-pakistan-alliance-afghanistan-worries-india-taliban>

à região faz parte do Corredor de transporte Norte-Sul, que liga Mumbai à Moscou. Assim como fortalecer os laços com o Irã é importante para a conectividade com o ocidente.

A INTRINCADA GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO

A instabilidade regional não é provocada apenas pelo conflito entre governo afegão e Talibã, no Afeganistão; ou pela presença (ou retirada) americana na região⁶⁹, ou pela rivalidade sunitas e xiitas ou disputas entre palestinos e israelenses ou Israel e Líbano.

São Israel e Irã que protagonizam uma guerra indireta com sérios desdobramentos para a instabilidade regional. E o novo presidente, iraniano Ibrahim Raisi, por seu histórico ligado ao movimento revolucionário, não vai facilitar. Já em seu primeiro discurso após eleito, se comprometeu a formar um governo perseverante e revolucionário e a apoiar o eixo de resistência, elogiando seus movimentos e táticas frutíferas “contra o inimigo sionista”.⁷⁰

São grupos de resistência: o Hezbollah, grupo islâmico xiita do Líbano, que nasceu da guerra civil libanesa entre cristãos e muçulmanos; é considerado um movimento de resistência legítimo por grande parte do mundo islâmico e árabe; os Houthis são um movimento político religioso xiita, que protagoniza um dos lados na guerra civil do Iêmen; insurgentes contra o governo oficial; o Hamas, especialmente ativo em Gaza, se define como um movimento de resistência palestino, constituído de braço, filantrópico, político e militar, e, apesar de sunita, por não reconhecer o Estado de Israel, tem apoio do Irã. Entra na lista, e foi recebido com pompa e circunstância pelo novo presidente iraniano⁷¹, o Movimento da Jihad Islâmica Palestina, grupo militante palestino que prega a destruição do Estado judeu e a constituição de um Estado Islâmico.

Ao mesmo tempo, Raisi investe na diplomacia para ampliar as relações de seu país, buscando recuperação econômica. Indonésia, Índia, Iraque, Turquia são alguns dos países que conversam com o novo governo iraniano sobre tecnologia, nanotecnologia, infraestrutura. A China já tem um importante acordo de cooperação.

E agora o novo governo promete ampliar as relações políticas e econômicas com a América Latina. O secretário-geral da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), Llorenti Soliz, esteve presente à posse de Raisi⁷². Fundada inicialmente por Cuba e Venezuela em 2004, a aliança está associada a governos socialistas e socialdemocratas que desejam consolidar a integração econômica regional. Os dez países membros são Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Granada, Nicarágua, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Venezuela. O Suriname foi admitido na ALBA como um país convidado em uma cúpula de fevereiro de 2012.

Cenário pandêmico e vacinação

Os casos mundiais aumentam à medida que a variante Delta se espalha e é uma ameaça em áreas de baixa vacinação, dificultando os sistemas de saúde tão sobrecarregados e com profissionais exaustos. Os Estados Unidos (35.731.175), a Índia (31.895.385) e o Brasil (20.108.746) representam cerca de 43% de todos os casos globais. E cresce a lacuna nas taxas

⁶⁹ Estados Unidos já acertou com o presidente iraquiano a retirada das tropas do país.

⁷⁰ <https://www.tehrantimes.com/news/462311/Iran-s-new-government-will-play-prominent-role-in-the-region>

⁷¹ <https://www.tehrantimes.com/news/463813/Resistance-Axis-and-Iran-A-new-chapter>

⁷² [Raisi promete aumentar as relações com a América Latina - Teerã Times \(tehrantimes.com\)](https://www.tehrantimes.com/news/463813/Resistance-Axis-and-Iran-A-new-chapter)

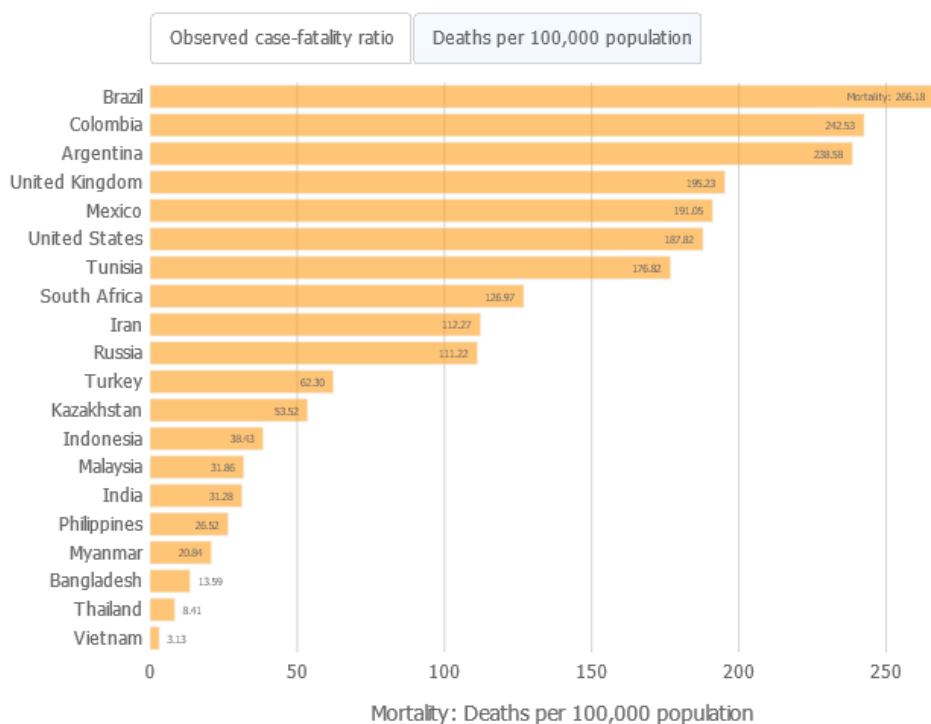
de vacinação entre as nações pobres e ricas. As disparidades globais nas taxas de vacinas da Covid terão um impacto internacional na recuperação econômica da pandemia.⁷³

Estudos mostram que a variante até o momento é a versão mais rápida e eficiente do vírus Sars-CoV-2. Os cientistas estimam que seja cerca de 50 por cento mais contagioso do que a variante Alfa, encontrada pela primeira vez na Grã-Bretanha, que por sua vez era cerca de 50 por cento mais contagiosa do que a cepa original, detectada na cidade chinesa de Wuhan.

Pacientes mais jovens e não vacinados são os mais atingidos. Filipinas registra crianças em estado crítico. A taxa de infecção na Índia está em declínio, mas ainda é muito alta, mas o governo planeja reabrir escolas. Irã vacinou apenas 3% da população. Nas áreas onde os conflitos não dão trégua, o aumento de casos é um desafio para os sistemas de saúde já doentes e com estruturas frágeis de governo – Síria, Líbano, Iraque, Yémen.

Na Tailândia, os necrotérios lotados estão alugando containers para colocar os mortos por Covid-19; e, por falta de espaço, mortos permanecem em casa. E crescem os protestos contra o governo e a má condução da pandemia - somente 4 milhões de uma população de 70 milhões foram vacinados.

China luta para conter o novo surto, de variante Delta, ligado ao caso do Aeroporto de Nanjing. Japão bateu recorde diário de 5 mil casos – ligados às Olimpíadas foram 409 casos até o encerramento. Os países árabes (Emirados Árabes, Kuwait, Bahrein, Irã) voltaram a fazer restrições de viagens – o aumento de casos está ligado a trabalhadores migrantes e à variante Delta.

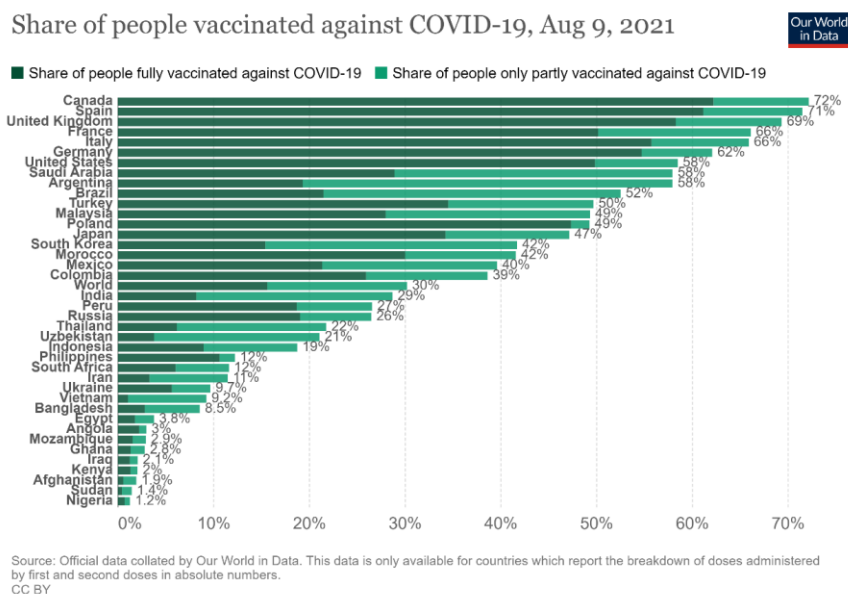


<https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality> em 07/08/2021

⁷³<https://www.tehrantimes.com/news/463613/Experts-sound-alarm-of-global-consequences-over-vaccine-inequality>

O CovaX Facility já distribuiu 190 milhões de doses para 138 países participantes e está alocando vacinas adicionais à medida que os países avançam a vacinação. Nas duas regiões, já receberam vacinas do programa: Camboja, Fiji, Laos, Malásia, Mongólia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Kiribati, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vietnã, Indonésia, Bangladesh, Nepal, Timor-leste, Afeganistão, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Paquistão, Síria, Palestina e Gaza, Yémen.⁷⁴

Estados Unidos seguem doando vacinas – Tunísia, Jordânia, Marrocos, Indonésia, Filipinas, África do Sul, Egito, Colômbia, Brasil, Peru, Zâmbia.



Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](https://ourworldindata.org/covid-vaccinations), dados de 9 de agosto – os dados são atualizados diariamente

País	29/06	10/07	27/07	07/08
Afeganistão	117.158 (4.794)	131.586 (5.561)	144.285 (6.477)	149.810 (6.879)
Arábia Saudita	486.106 (7.804)	498.9065 (7.947)	518.143 (8.167)	531.935 (8.311)
Austrália	30.562 (910)	31.017 (910)	33.286 (922)	36.045 (939)
Bangladesh	896.770 (14.276)	1.009.315 (16.189)	1.179.827 (19.521)	1.343.396 (22.411)
Brunei (ASEAN)	259 (3)	266 (3)	333 (3)	339 (3)
Camboja (ASEAN)	49.255 (575)	59.978 (881)	74.386 (1.324)	81.335 (1.537)
China	103.746 (4.846)	104.019 (4.848)	104.713 (4.848)	105.682 (4.848)
Coreia do Sul	156.167 (2.017)	166.722 (2.038)	191.531 (2.079)	209.228 (2.116)
Emirados Árabes	631.160 (1.807)	648.702 (1.860)	673.185 (1.927)	691.554 (1.971)
Filipinas (ASEAN)	1.408.058 (24.557)	1.467.119 (25.816)	1.555.396 (27.247)	1.649.341 (28.835)
Hong Kong	11.921 (210)	11.949 (212)	11.979 (212)	12.011 (212)

⁷⁴ [COVAX vaccine roll-out | Gavi, the Vaccine Alliance](https://ourworldindata.org/covid-vaccinations)

Índia	30.316.897 (397.637)	30.795.716 (407.145)	31.440.950 (421.382)	31.895.385 (427.371)
Indonésia (ASEAN)	2.156.465 (58.024)	2.491.006 (65.457)	3.194.733 (84.766)	3.639.616 (105.598)
Irã	3.192.809 (84.127)	3.356.786 (185.649)	3.723.246 (89.122)	4.119.110 (93.473)
Iraque	1.338.604 (17.156)	1.414.925 (17.476)	1.564.828 (18.347)	1.704.363 (19.146)
Israel	841.486 (6.429)	845.379 (6.434)	863.680 (6.461)	897.326 (6.535)
Japão	798.129 (14.678)	819.051 (14.896)	881.827 (15.089)	1.017.728 (15.287)
Jordânia	750.886 (9.743)	755.948 (9.818)	766.114 (9.971)	776.178 (10.116)
Kazaquistão	478.063 (3.527)	508.872 (3.566)	602.397 (5.538)	689.402 (2.366)
Kuwait	353.133 (1.943)	372.549 (2.089)	393.605 (2.293)	402.794 (2.366)
Laos (ASEAN)	2.110 (3)	2.630 (3)	5.154 (5)	7.778 (7)
Líbano	544.520 (7.845)	547.170 (7.871)	555.643 (7.894)	568.505 (7.932)
Malásia (ASEAN)	745.703 (5.108)	827.191 (6.067)	1.027.954 (8.201)	1.243.852 (10.389)
Mongólia		136.966 (673)	159.101 (789)	172.069 (846)
Myanmar (ASEAN)	155.697 (3.320)	184.375 (3.685)	274.155 (7.507)	326.482 (5.017)
Nepal	636.916 (9.071)	654.212 (9.362)	682.947 (9.738)	712.740 (10.038)
Nova Zelândia	2.742 (26)	2.766 (26)	2.864 (26)	2.881 (26)
Omã	266.536 (3.056)	281.688 (3.371)	295.017 (3.788)	298.020 (3.906)
Palestina e Faixa de Gaza	313.851 (3.561)	315.047 (3.579)	316.088 (3.599)	317.703 (3.611)
Paquistão	956.392 (22.254)	971.304 (22.555)	1.011.708 (23.087)	1.063.125 (23.797)
Qatar	221.810 (588)	223.175 (598)	255.376 (600)	227.472 (601)
Rússia	5.428.921 (132.314)	5.688.807 (139.896)	6.094.379 (152.836)	6.340.370 (161.343)
Singapura (ASEAN)	62.907 (36)	62.978 (36)	64.314 (37)	65.686 (42)
Síria	25.442 (1.870)	25.766 (1.896)	25.892 (1.908)	26.071 (1.919)
Tailândia (ASEAN)	254.515 (1.970)	326.832 (2.625)	526.828 (4.264)	736.522 (6.066)
Taiwan	14.748 (643)	15.185 (730)	15.582 (786)	15.775 (806)
Turquia	5.420.156 (49.687)	5.465.094 (50.096)	5.618.417 (50.997)	5.870.741 (51.976)
Vietnam (ASEAN)	16.136 (78)	26.608 (110)	109.111 (524)	197.175 (3.016)
Yémen	6.918 (1.361)	6.940 (1.366)	7.012 (1.373)	7.131 (1.384)

<https://coronavirus.ihu.edu/map.html>

Obs. 2: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

A maioria dos estados dos EUA apresentaram níveis altos de transmissão comunitária alimentados pela disseminação da variante B.1.617.2 (Delta). Os casos de COVID-19, as internações e os óbitos continuam aumentando, especialmente em comunidades com menor cobertura vacinal. Apesar de um aumento de pessoas vacinadas, continua existindo resistência à vacinação.

Em 27 de julho o CDC anunciou uma nova orientação para a prevenção da COVID-19 em razão das novas evidências relacionadas à variante B.1.617.2 (Delta) (<https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/prevent-getting-sick/index.html>). Passa-se a recomendar que todas as pessoas, independentemente do estado de vacinação, usem máscaras em ambientes públicos fechados nas áreas de transmissão substancial ou alta (ver mapa). Um novo estudo do CDC revelou que a variante B.1.617.2 (Delta) é altamente contagiosa, e está contribuindo para um aumento de casos, incluindo aqueles com desfechos graves e a susceptibilidades de pessoas vacinadas, ainda que essas são muito menos propensas a adoecer severamente ou morrer.

https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/70/wr/mm7032e2.htm?s_cid=mm7032e2_w

A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

Variante Delta reativa mecanismos na China e Brasil participa em Fórum de Cooperação de Vacinas

A variante Delta tem reativado mecanismos de controle sanitário que estavam dormentes na China. Dos 300 casos nacionais diários há alguns meses, o país ultrapassa os mil. A principal hipótese é que a vertente mais transmissível do sars-cov-2 chegou na China via Nanjing num voo vindo da Rússia em 20 de julho.⁷⁵ Os mecanismos sanitários têm mantido o volume total de mortos quase inalterado desde a mega-quarentena de Wuhan, mas novas formulações para imunizações continuam a ser desenvolvidas em ênfase nas novas variantes. Se aproximando das 2 bilhões de doses aplicadas, a República Popular realizou um fórum internacional sobre a produção de vacinas. O ministro das relações exteriores do Brasil, Carlos França, participou.

Segundo o “Tracking the Epidemic (2021)”, do Centro de Controle de Doenças, os registros da Comissão Nacional de Saúde para o dia 07 de agosto⁷⁶ eram: confirmed: 107 new, 1,444 current; asymptomatic: 32 new, 571 current; recoveries: 33 new, deaths: 0 new.

Segundo o relatório da Comissão para o dia 6 de agosto: “The NHC has received 27,832 confirmed reports from Hong Kong Special Administrative Region, China (12,004 total, 11,724 patients have been discharged, and 212 deaths); Macau Special Administrative Region, China (63 total and 57 patients have been discharged); and Taiwan, China (15,765 total, 13,018 patients have been discharged, and 794 deaths)”.

Os números mais detalhados da China continental indicam um grande acompanhamento dos casos assintomáticos. O que condiz com a estratégia de testagem em massa e a aceitação social das quarentenas.

Além de toda a parafernália envolvida na testagem (roupas, sequenciadores, filas, postos de saúde), há também uma estrutura para os assintomáticos que mantêm a vigilância em casa, como é o caso de idosos assistidos pelos centros comunitários e seus milhões de voluntários.

A relação entre centros comunitários, níveis de execução de política e a Comissão Nacional deve ser estudada com mais profundidade.

A expectativa das autoridades sanitárias é que, além de várias exigências prévias à chegada, as quarentenas compulsórias assegurem que o período de incubação do vírus não atrapalhe o isolamento dos casos.

Com o ‘vazamento’ em Nanjing, algumas autoridades foram punidas, com suspensão, por exemplo, e a Administração da Aviação Civil da China estabeleceu novas regras⁷⁷: Os funcionários da companhia aérea e do aeroporto expostos a viajantes internacionais, mercadorias importadas ou equipamentos de voo serão obrigados a se submeter a testes diários de ácido nucleico, e aqueles que trabalham ao lado de tais funcionários precisam fazer dois

⁷⁵ http://www.xinhuanet.com/english/2021-07/27/c_1310089689.htm

⁷⁶ <http://weekly.chinacdc.cn/news/TrackingtheEpidemic.htm>

⁷⁷ <https://www.caixinglobal.com/2021-08-04/china-tightens-covid-19-control-measures-at-airports-as-cases-rise-101751098.html>

testes por semana com no mínimo dois dias de intervalo, disse a administração em um aviso (link em chinês) publicado na terça-feira.

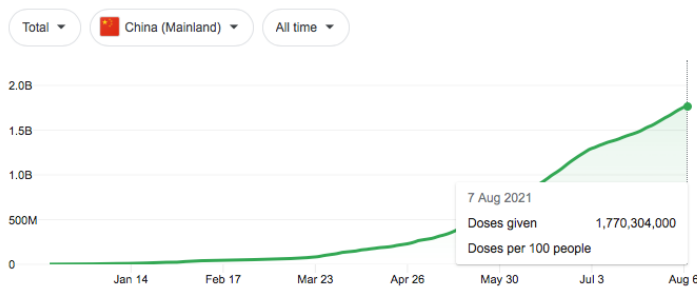
As companhias aéreas também devem reservar as três filas traseiras de assentos da aeronave como zonas de isolamento de emergência, retirar os serviços de bordo em áreas do país com grande número de casos, limpar e esterilizar as instalações da aeronave com mais frequência e reduzir o acesso à cabine, disse o aviso.

A cidade de Nanjing e outras restringiram viagens e lançaram testes em massa em resposta às transmissões locais, muitas delas da variante 'delta'.

Statistics

Vaccinations

From Our World in Data · Last updated: 2 days ago



Data for this location shows the number of vaccine doses given to people, not the number of people fully vaccinated. Since some vaccines require more than one dose, the number of fully vaccinated people is likely to be lower. · [About this data](#)

Vaccinations by location

From Our World in Data · Last updated: 2 days ago

Worldwide

Doses given: **4.43B** (+29.3M)
 Fully vaccinated: **1.2B** (+7.24M)
 % of population fully vaccinated: **15.4%** (+0.1%)

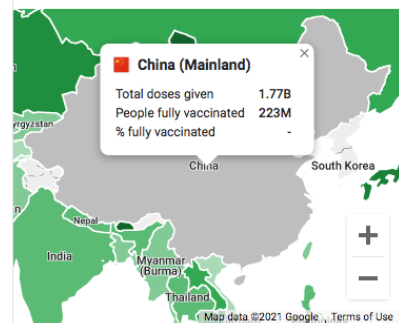
Location	Doses given ↓	Fully vaccinated	% of population fully vaccinated
China (Mainland)	1.77B	223M	-
India	507M	112M	8.2%
United States	351M	166M	50.6%
Brazil	152M	45.2M	21.4%

Evernote

Sign in to Web Clipper to see Related Results

Map of vaccinations

From Our World in Data · Last updated: 2 days ago



% of people fully vaccinated · [About this data](#)

Vaccination overview

From Our World in Data · Last updated: 2 days ago

China (Mainland)

Doses given: **1.77B**
 Fully vaccinated: **223M**
 % of population fully vaccinated: -

Worldwide

Doses given: **4.43B**
 Fully vaccinated: **1.2B**
 % of population fully vaccinated: **15.4%**

Vacinas

Como todos os países que produzem vacina do nível conceitual ao da injeção, a China tem registrado novas pesquisas e propostas para melhorar a eficiência das imunizações contra a nova variante. Entre as estratégias possíveis, mescla de vacinas, terceira dose e inoculações orientadas a mutações específicas.



Figure 1 - Cópia de tela do site do Ministério das Relações Exteriores

O chanceler Wang Yi foi o anfitrião de um encontro dedicado ao tema realizado no dia 5 de agosto, o Fórum Internacional sobre Cooperação em Vacinas contra a Covid-19. O ministro das relações exteriores do Brasil, Carlos França, participou do encontro e firma a declaração comum de 23 países⁷⁸.

Em carta ao encontro⁷⁹, o presidente Xi Jinping comprometeu esforços para ofertar 2 bilhões de doses pelo mundo e oferecer 100 milhões de dólares para a COVAX. Na Cúpula de Saúde Global em maio deste ano, Xi anunciou cinco medidas para apoiar a solidariedade global contra a COVID-19. Entre elas, a criação de um fórum internacional sobre cooperação de vacinas para países em desenvolvimento e produtores de vacinas para promover a distribuição justa e equitativa de vacinas em todo o mundo⁸⁰.



Figure 2 Cópia de tela de comunicação social do ministério

⁷⁸ http://www.xinhuanet.com/english/2021-08/05/c_1310110373.htm

⁷⁹ https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1897887.shtml

⁸⁰ https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1877666.shtml

ESPECIAL

Urgência de ações concretas frente a crise climática global⁸¹

Luiz Augusto Galvão e Paulo M. Buss

Na história existem vários registros de catástrofes que dizimaram populações, cidades, estados e civilizações. Nenhuma delas teve o nível que se anuncia com a crise climática. O secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que o relatório do Grupo I do IPCC é “um código vermelho para a humanidade”. O relatório trouxe evidências irrefutáveis de que as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão sufocando o planeta e colocando bilhões de pessoas em risco. Guterres também afirmou que o relatório “deve soar como uma sentença de morte para os combustíveis fósseis, antes que destruam o planeta” e pediu uma ação imediata para cortes profundos das emissões dos poluentes, já que sem isso, não será possível limitar o aquecimento da temperatura global a 1.5 °C.

Esse relatório do Grupo I não causou surpresa entre os especialistas e ativistas e também àqueles que estão vivendo as consequências imediatas da crise climática. A jovem ativista Greta Thunberg disse “confirma o que sabemos através de milhares de estudos e relatórios anteriores, que estamos numa emergência. É um resumo sólido, mas prudente dos melhores dados científicos disponíveis”. Ela também acrescentou que o IPCC não apresenta soluções e que “somos nós que temos que ser corajosos e tomar decisões baseadas na prova científica”.

Assim como na pandemia que ainda não está controlada, a crise climática revelará de forma ainda mais dramática as inequidades causadas pela discriminação e os preconceitos sistêmico. Serão aqueles em situação de vulnerabilidade que sofrerão as consequências da demora em tomar as ações necessárias pelos responsáveis que seguem preocupados em defender um estado das coisas que pode desaparecer mais rápido do que se imagina em razão de novos desastres sem precedentes causados pelo aquecimento global de + 1,5 graus celsius que será atingido em 2030, 10 anos antes do que tinha sido projetado anteriormente e que poderá aumentar a 2,7 graus Celsius até ao final do século tendo por comparação a média da temperatura na era pré-industrial.

O extenso relatório que pode ser consultado na página do IPCC (<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>). Um resumo das principais conclusões das quatro áreas do relatório são:

A. Situação atual do clima

A.1 É inequívoco que a influência humana aqueceu a atmosfera, o oceano e a terra.

A.2 A escala das mudanças recentes em todo o sistema não tem precedentes ao longo de muitos séculos a milhares de anos.

⁸¹ Publicado originalmente no blog do **Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ**, em 11/08/2021. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=Urgencia-de-acoas-concretas-frente-a-cri-se-climatica-global--por-Luiz-Galvao-e-Paulo-Buss>

A.3 As mudanças climáticas induzidas pelo homem já estão afetando muitos extremos climáticos em todas as regiões do mundo que se evidenciam em ondas de calor, precipitação pesada, secas e ciclones tropicais.

A.4 O conhecimento dos processos climáticos e as evidências foram aprimoradas possibilitando uma melhor estimativa e comparação com ar5.

B. Possíveis futuros climáticos

B.1 A temperatura da superfície global continuará aumentando até pelo menos meados do século sob todos os cenários de emissões considerados.

B.2 O sistema climático se altera em razão do aumento do aquecimento global e leva a um aumento na frequência e intensidade de extremos climáticos com ondas de calor, precipitação pesada, secas agrícolas, ciclones tropicais intensos e reduções no gelo do mar ártico.

B.3 O aquecimento global contínuo deve intensificar ainda mais o ciclo global da água agravando a intensidade dos eventos úmidos e secos.

B.4 Com o aumento das emissões de CO₂, os sumidouros de carbono do oceano e da terra serão menos eficazes no retardamento do acúmulo de CO₂ na atmosfera.

B.5 Muitas mudanças devido às emissões passadas e futuras de gases de efeito estufa são irreversíveis por séculos a milênios, especialmente mudanças no oceano, mantos de gelo e nível global do mar.

C. Informações climáticas para avaliação de riscos e adaptação regional

C.1 Os condutores naturais e a variabilidade interna modularão as mudanças causadas pelo homem, especialmente em escalas regionais e no curto prazo, com pouco efeito sobre o aquecimento global centenário.

C.2 Com mais aquecimento global, cada região pode experimentar mudanças simultâneas e múltiplas.

C.3 A avaliação de risco não deve descartar resultados de baixa probabilidade, como o colapso do manto de gelo, mudanças bruscas na circulação oceânica e alguns eventos extremos.

D. Limitar a mudança climática futura

D.1 Do ponto de vista da ciência física, limitar o aquecimento global induzido pelo homem a um nível específico requer limitar as emissões cumulativas de CO₂, atingindo pelo menos emissões líquidas de CO₂ zero, juntamente com fortes reduções em outras emissões de gases de efeito estufa. Reduções fortes, rápidas e sustentadas nas emissões de CH₄ também limitariam o efeito de aquecimento e melhorariam a qualidade do ar.

D.2 Nos cenários com baixas ou muito baixas emissões de gases de efeito estufa (GEE) (SSP1-1.9 e SSP1-2.6) levarão anos para obter efeitos perceptíveis sobre as concentrações de gases de efeito estufa e aerossóis, e a qualidade do ar, em relação aos cenários de emissões de GEE elevados e muito altos (SSP3-7.0 ou SSP5-8,5). Sob esses cenários contrastantes, diferenças perceptíveis nas tendências da temperatura da superfície global começariam a emergir da variabilidade natural em cerca de 20 anos, e durante períodos de tempo mais longos para muitos outros drivers de impacto climático.

O AR6 terá ainda a contribuição dos Grupos de Trabalho II que avaliará os impactos, a adaptação e a vulnerabilidade, incluindo um capítulo sobre saúde e do Grupo de Trabalho III que analisará as medidas de mitigação/atenuação. O AR6 terá um foco maior em soluções, informações regionais e maior integração entre os grupos de trabalho. Todos os relatórios deste ciclo abrangem o tema das cidades e as mudanças climáticas, o qual será um tema de um relatório especial em 2022.

Detalhes sobre a reunião estão disponíveis no link: <https://www.ipcc.ch/meeting-doc/ipcc-wgi-14-and-ipcc-54/> e do 6º relatório de avaliação no link: <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>

Essas informações serão importantes para as convenções das partes da Convenção Marco sobre Mudança Climática que se reunirá em Glasgow no final do ano (COP26) e para a reunião de avaliação do acordo de Paris em 2023.

A OMS lançou para consulta pública um relatório Especial para a COP26. O relatório intitulado como **“O Argumento da Saúde para a Ação Climática”** busca ordenar os argumentos sanitário em favor das ações frente à crise climática. Ele inclui evidências e soluções que podem beneficiar a saúde no combate às mudanças climáticas e prescreve um conjunto de pedidos à comunidade global de saúde e aos formuladores de políticas sobre mudanças climáticas que participarão na COP26.

O relatório está baseado no [relatório especial cop24 sobre saúde e mudanças climáticas](https://www.who.int/publications/i/item/cop24-special-report-health-climate-change), (<https://www.who.int/publications/i/item/cop24-special-report-health-climate-change>) desenvolvido à pedido do Presidente da 23ª Conferência das Partes da UNFCCC (COP23), primeiro-ministro Bainimarama de Fiji. O relatório está disponível para Consulta pública até dia 25 de agosto de 2021. Todos os comentários relacionados à minuta do Relatório devem ser enviados através do formulário de feedback [online](https://extranet.who.int/dataformv3/index.php/892464?lang=en) (<https://extranet.who.int/dataformv3/index.php/892464?lang=en>)

A ciência e as instituições continuam fazendo a sua parte é necessário que os responsáveis em todos os níveis e em todos os âmbitos, incluindo aqueles privados, aceitem o desafio de acelerar as ações concretas que são inadiáveis e urgentes. Diferente da pandemia, essa crise não poderá contar com nenhum remédio ou vacina.

Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, já foram produzidos **14** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41607>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **16** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Próximos seminários

18/08 – Seminário 17 – ***Agenda 2030 e pandemia: Os debates no Conselho Econômico Social das Nações Unidas***

01/09 – Seminário 18 – ***Mudanças demográficas, envelhecimento e saúde: Desafio global***

15/09 – Seminário 19 – ***Mulheres na Saúde Global***

29/09 – Seminário 20 – ***Saúde e pandemia: Os debates na 76ª. Assembleia das Nações Unidas***

Os seminários serão transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

INFORME CRIS-FIOCRUZ SOBRE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Número: 14/21

Quinzena 27 de julho a 9 de agosto

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2021.

88 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.